



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44

**104ª Reunião Ordinária do Conama.**

Brasília/DF.  
23 de Novembro de 2011.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

45 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Pessoal vamos começar a Ministra já  
46 se encontra aqui, peço que todos tomem seus lugares para darmos início à  
47 sessão, por favor. Pessoal, por favor, dirijam aos seus lugares. Pessoal, vamos  
48 lá. Bom, nós estamos dando início hoje à 104ª reunião do Conama. A porta  
49 trancou, fechou, não abre. Para dar início aos trabalhos nós vamos começar  
50 antes da fala a respeito do Plano Nacional de Consumo Sustentável, e da  
51 exposição sobre a Rio+20, serão feitas pelo Samyra Crespo nossa secretária  
52 de articulação institucional e pelo Fernando Lyrio o nosso coordenador da  
53 Rio+20 no Ministério no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Nós vamos  
54 dar início aos trabalhos ouvindo as palavras da nossa querida Ministra.  
55 Obrigado.

56

57

58 **A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Bom dia  
59 a todos. Eu quero dar início à reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente,  
60 e verificar e olharmos do ponto de vista da agenda de trabalho eu vou fazer  
61 alguns comentários além da questão da exposição sobre Rio+20 e do plano  
62 nacional de consumo sustentável. Eu destaco além desses dois aspectos têm  
63 três questões que são absolutamente relevantes do ponto de vista do  
64 funcionamento deste Conselho. Primeiro a composição das Câmaras Técnicas  
65 que vai ser uma discussão que vai acontecer aqui em razão do novo  
66 Regimento Interno que já está publicado no Diário Oficial. O segundo aspecto  
67 um balanço sobre as atividades do Conama 2011 olhando uma reflexão para  
68 2012. Há um esforço muito grande de todos nós não só do Ministério do Meio  
69 Ambiente, mas dos senhores Conselheiros de resgatar o papel normativo deste  
70 Conselho e de restar o papel deste Conselho de debater as grandes questões  
71 da política ambiental no Brasil, portanto, também as ligações dessas questões  
72 com as outras políticas de desenvolvimento. É esse esforço que nós temos  
73 feito no Conama desde que aqui cheguei ainda como Secretária-Executiva do  
74 Ministério na gestão do ex-ministro Carlos Minc. E os senhores são  
75 testemunhas disso quando aqui cheguei ao Conama estava imobilizado por  
76 ações restritas a moções a, inclusive uma situação crítica de abandono do  
77 Plenário por parte da maior o conjunto maior de Conselheiros em função de  
78 divergências internas entre os Conselheiros e posturas. Eu faço questão de  
79 registrar isso porque de lá para cá tem havido um trabalho enorme de  
80 fortalecimento deste Conselho e que nós só poderíamos fazê-lo ou continuar  
81 fazendo com a cooperação, o trabalho e a dedicação de todos os Conselheiros  
82 e assim tem sido feito em relação ao Conama nos últimos 3 anos em particular  
83 nos últimos 2 anos. Por isso a importância como eu fiz referência ao passado  
84 na última reunião de nós termos uma reflexão sobre o balanço das atividades  
85 desse Conselho, e uma maior apropriação por parte da sociedade brasileira do  
86 papel do Conama. Houve um esforço, há um esforço muito grande nosso, do  
87 Ministério, da ABEMA, das instituições públicas e da Sociedade Civil de  
88 valorização do Conama em todas as instâncias e na excelência que este  
89 Conselho na tradição deste Conselho empresta a política ambiental e o  
90 desenvolvimento sustentável no Brasil. Eu, como Ministra e presidente deste  
91 Conselho, entendo que esse seja talvez uma das prioridades da gestão não só  
92 minha gestão, mas de todos nós que temos a honra de sermos Conselheiros  
93 ou membro deste Conselho. O processo não se limite ao Conselho do Meio  
94 Ambiente nacional do Meio Ambiente, o processo se estende a também um

95fortalecimento dos Conselhos estaduais de Meio Ambiente. E uma extensão  
96agora na questão descentralização para os municípios na formação dos  
97Conselhos municipais de Meio Ambiente. A política ambiental tem na sua  
98origem, na sua formulação e este faz 30 anos um processo absolutamente  
99democrático de inclusão de todas as partes das sociedades para o debate  
100sobre as tomadas de decisões em relação aquilo que está nas nossas  
101competências. Então é importante todo mundo entenda que obviamente como  
102o Conselho é deliberativo e tem caráter democrático que as decisões são feitas  
103por maioria, mas que nunca se deixou de respeitar as posições mais  
104divergentes e, às vezes, mais deslocadas do senso comum do interesse  
105comum do Plenário. Por isso as reuniões são agravadas as posições são  
106registradas e não há pelo menos todas as reuniões que eu participei não há  
107nenhuma posição que não seja esclarecida mesmo que vencida, mas a  
108justificativa é apresentada porque aquela posição não a acolhida. Então  
109entendo eu que o Conama é um Conselho extremamente importante e  
110estratégico quando se discute a partir do ano que vem em relação por conta da  
111realização da conferência Rio+20 o que vai quais são os novos destinos, quais  
112são os novos rumos o desenvolvimento sustentável no planeta e, portanto  
113também pós 2012, uma coisa é a conferência outra coisa é o que acontece que  
114deriva dos entendimentos e do processo de engajamento político e de  
115construção desses novos caminhos sobre economia verde, sobre a erradicação  
116de pobreza, sobre a questão da governança do movimento sustentável e a  
117própria governança ambiental. Não existe isso é absolutamente importante ser  
118ressaltado, não existe ou não deveria existir o sentimento que discutir as  
119questões globais dilua essa discussão, dilua a responsabilidade individual e  
120local de todas nós em relação às questões de desenvolvimento sustentável.  
121Isso é uma percepção que às vezes passa porque parece que a solução da  
122questão climática ou da perda da biodiversidade ou da questão da degradação  
123do uso excessivo em relação ao consumo não sustentável, isso tem a ver com  
124grandes sistemas do planeta, mas não tem nada a ver com o nosso dia-a-dia,  
125isso é um equívoco. Essa não é a leitura e o Conama deve ser um espaço para  
126traduzir isso ou de fazer isso acontecendo no dia a dia de cada cidadão  
127brasileiro. As preocupações ou as diretrizes sobre o desenvolvimento  
128sustentável não são prerrogativa da área ambiental. São prerrogativas de uma  
129sociedade que quer se desenvolver nenhuma sociedade renuncia ao  
130desenvolvimento, mas quer se desenvolver com bases sustentáveis  
131respeitando os seus valores ambientais, seus valores culturais, sociais,  
132econômicos e com a certeza de que nós sim temos uma qualidade de  
133desenvolvimento que deve ser aprimorada em vários aspectos, mas estamos  
134hoje numa situação no mundo quando eu olho os relatórios comparativos de  
135todas as nações o Brasil e o desempenho do Brasil é muito em além do que  
136vários países do mundo. Então nós temos que aprender a valorizar o espaço  
137que este Conselho nos oferece não só como eu disse dentro dos limites da sua  
138competência valorizar significa não ir além das suas competências é trabalhar  
139no limites das suas competências, mas fundamentalmente traduzir isso para o  
140dia a dia de cada cidadão brasileiro e fortalecer com a sua ação a ação dos  
141Conselhos estaduais eu estimular e a fortalecer a ação dos Conselhos  
142municipais de Meio Ambiente neste País. Assim é possível que uma  
143população, que um trabalhador, um assentado ou que o que pequeno produtor  
144rural tenha espaço para discutir as questões ambientais com as questões de

145sustentabilidade à luz da sua realidade. Isso é o valor da democracia isso é o  
146valor da ter na política nacional de Meio Ambiente um dos Conselhos  
147certamente mais democráticos e que permite mais do que isso, consolidar a  
148ideia da federação brasileira e, portanto, da república. Os valores estão  
149colocados neste Conselho. E eu estou falando sobre essa questão em  
150particular por causa dos 30 anos da política nacional do Meio Ambiente e os 30  
151anos da criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente e porque nós  
152estamos indo ano que vem para 40 anos de Estocolmo, 20 anos de Rio 92, 10  
153anos de Joanesburgo é eu estou vendo aqui o Ministro Enrique Brandão  
154Cavalcante é a pessoa que eu remeto o passado, porque foi ele que foi em 72  
155e 73 cria como secretário geral do Ministério do Interior propõe a criação da  
156secretaria especial de Meio Ambiente. O Brasil deixa falar de apenas recursos  
157naturais e passa a falar de Meio Ambiente. E este homem está sentado aqui  
158como Conselheiro deste Conselho. Então nós temos que valorizar esses  
159aspectos como eu vejo os Conselheiros mais recentes dos meio indicados, e  
160para participar deste Conselho antes de qualquer coisa tem respeitar sua  
161história. E o valorizar com isso a honra de que qualquer de um de nós sermos  
162membros do Conama. Por esta razão a pauta do Conama hoje traz algumas  
163novidades, a primeira delas é que eu tenho particular orgulho e fiz questão de  
164lançar neste Conselho é o plano nacional de consumo sustentável que foi  
165trabalhado por vários Ministerios e por vários segmentos da sociedade e que  
166aqui tem o meu agradecimento ao Ministério da Fazenda, Ministério o  
167planejamento, Ministério da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, as  
168instituições etos, as instituições todas que participaram, o ACATU, ao IDEC,  
169MAS agradecer a dedicação porque as pessoas se mobilizaram para fazer  
170acontecer isso que é o compromisso em relação a corte Marraqueche, em  
171relação ao PNUMA. Eu quero aqui isso é um compromisso também que foi  
172meu pessoal do Dr. Stainer Diretor geral da UNEP do PNUMA, e que nós  
173quando nós assumimos, nós não íamos deixar o vazio que nós encontramos  
174em relação à questão de consumo. Então está sendo entregue mais um  
175compromisso meu como Ministra de Estado de fazer o Brasil cumprir os seus  
176acordos internacionais em relação neste caso específico o acordo de  
177Marraqueche e a responsabilidade que nós temos não só como país 7, mas  
178como países estrategicamente sustentável de cumprir aquilo que nós  
179participamos e mobilizamos perante as Nações Unidas e em particular perante  
180o programa das Nações Unidas, que ano que vem faz 40 anos. E que em  
181fevereiro do ano que vem estaremos todos nós em Nairóbi exatamente no ano  
182que é o processo de engajamento da Rio+20, estaremos discutindo os novos  
183rumos também do PNUMA e os novos rumos sobre a participação da  
184governança ambiental do contexto da governança do desenvolvimento  
185sustentável. Então por esta razão eu pedi que a questão fosse o objeto de  
186abertura dessa sessão, e também para informar aos senhores que o Ministério  
187do Meio Ambiente está trabalhando com o PNUMA em uma outra perspectiva,  
188como os senhores sabem o PNUMA tem no Brasil o único modelo que não tem  
189no mundo inteiro, então não há modelo semelhante em outros países de ter um  
190escritório regional do PNUMA da UNEP No Brasil isso não existe em outro  
191país. Certo isso foi uma criação que o Dr. Stainer tem o maior interesse de  
192valorizar e dar um contorno estratégico, tendo em vista a importância do Brasil  
193na agenda internacional de Meio Ambiente. Não só pela sua riqueza em  
194biodiversidade, não só pela participação sempre antagônico nas questões

195climáticas, os seus objetivos estratégicos e bom desempenho do protocolo de  
196Montreal, nas referências técnicas nós estamos na convenção de Basileia, na  
197convenção da questão de direitos do mar, quer dizer, em todas as  
198absolutamente laterais de Meio Ambiente o Brasil é referenciado ou é citado  
199como referência. Eu sempre falo que as pessoas desconhecem as pessoas no  
200Brasil não têm noção da importância no Brasil em termos de Meio Ambiente  
201nas negociações internacionais. E eu quero com isso dizer que o Dr. Stainer  
202recentemente esteve no Brasil nós fizemos uma nova missão é a segunda vez  
203que ele vem ao Brasil esse ano a meu pedido, inclusive, e veio também para  
204dar posse, formalizar a gestão da nova diretora do PNUMA no Brasil que é a  
205Dr<sup>a</sup>. Denise Amur que está aqui sentada conosco, fique em PE não seja tímida,  
206estou apresentando você aos Conselheiros do CONAMA. Ela é a nova diretora  
207do PNUMA no Brasil e a funcionária de carreira do Governo Brasileiro. É  
208funcionária de carreira do Ministério da Ciência e Tecnologia, é mestre pelos  
209*Smithsonian* uma pessoa que começou a carreira dela no Museu Goeld antes  
210no museu de Roraima, trabalhando com as populações indígenas e com a  
211questão ambiental, e ela foi selecionada em um processo global. Não é  
212indicação de Governo é uma seleção que ela foi selecionada por meio de todos  
213os candidatos no mundo. Então mais do que isso nós temos que ter orgulho de  
214ela ser brasileira, ser mulher, ser funcionária do Governo Brasileiro teve uma  
215linda carreira no WWF e mais do que isso é uma pessoa que reconhece e  
216respeita o trabalho do Conama. Então nós temos aqui novas condições no  
217Brasil antes nós tínhamos nossa querida Cristina Montenegro uma funcionária  
218de carreira das Nações Unidas, e agora nós temos uma pessoa do Governo  
219que se licencia e que aplica no processo internacional e é essa selecionada  
220pelas suas credenciais, pelas suas qualificações técnicas. Ainda mais que nós  
221temos que entender o que significa isso e a importância do diálogo do Conama  
222com o PNUMA no Brasil e com o PNUMA enquanto organismo internacional.  
223Então eu quero aqui saudar e deixar registrada a minha alegria de podermos  
224trabalhar com as Nações Unidas nesse novo patamar, e tem forte convicção  
225que nós já estamos trabalhando juntos, o Fernando Lirio deverá falar sobre  
226esse assunto em torno da questão da Rio+20 e tudo o que tem preparado, está  
227sendo preparado para os eventos que são associados à conferência  
228propriamente dita. Além disso, a Samyra vai nos falar um pouco do plano  
229nacional de consumo sustentável, vai explicar a estrutura do plano. Bom dia Dr.  
230Paulo. E em seguida nós também teremos a oportunidade aqui de trabalhar  
231assinar três pactos, aliás, uma iniciativa voluntária e dois pactos com o setor  
232privado. Ontem eu estive em Minas Gerais e participei da entrega do primeiro  
233prêmio do SEBRAE para a prática sustentável para micro e pequenos  
234empresários. Eu pedi inclusive que nós reuníssemos para Rio+20 todos os  
235prêmios que o Brasil tem em sustentabilidade. A sociedade brasileira não tem  
236noção do que é o conjunto de prêmios e de iniciativas, são 400 prêmios que o  
237Brasil trabalha com iniciativas bem resolvidas sobre sustentabilidade, é  
238importante que seja visível. Mas eu quero dizer que ontem nós estávamos  
239falando de iniciativas locais aí pessoal da ANAMMA é impressionante a  
240envergadura dos empresários do que está acontecendo hoje de gente  
241querendo fazer a diferença e mudar e ter maior rentabilidade econômica nos  
242seus negócios. Eu estou dizendo isso porque o plano de consumo sustentável  
243induz a uma série de iniciativas voluntárias. É um plano que está modelado  
244dentro do espírito das Nações Unidas que não é um plano que envolve dinheiro

245do Governo são instituições envolvam todos, o plano que vai para a mudança  
246de comportamento e as três iniciativas ou uma iniciativa e dois pacto são  
247absolutamente simbólicos no espírito do plano. Primeiro eu vou assinar aqui  
248uma iniciativa voluntária a respeito do parque instalado, de cerca de 4.7  
249milhões de refrigeradores comerciais no Brasil. E nós vamos fazer uma  
250iniciativa com a Unilever do Brasil gelados do Nordeste, e que vai ser assinada  
251que ela vai trocar ela detém hoje cerca de 70% desse parque de  
252conservadores de sorvetes, nós não temos noção do que é isso que nós como  
253consumidores não prestamos atenção a envergadura da sustentabilidade.  
254Quando você toma seu sorvete Kibon você não olha para o refrigerador que  
255está ali e aquele refrigerador que já foi objeto do protocolo de Montreal, que  
256trocou o CPF por HCFC quando foi a recomendação, hoje o HCFC foi  
257identificado como um gás mais poderoso do que muitas vezes o metano em  
258relação a mudanças climáticas ao efeito estufa. Então nós vamos a uma nova  
259fase do protocolo de Montreal que nós assinamos com as Nações Unidas e  
260que no caso a Unilever vai fazer voluntariamente a substituição do gás da  
261tecnologia de refrigeradores de 4.7 milhões de refrigeradores nesse país. Esse  
262será vai ser o pacto que vai ser assinado numa iniciativa exclusiva de uma  
263indústria uma empresa no Brasil que muda esse jeito, que muda esse formato.  
264Ela começa com 100 mil e a coca cola já anunciou que vai entrar no início do  
265ano que vem também aderindo essa iniciativa, joga mais 800 mil e nós vamos  
266zerar a caída com programa de Montreal zerar os 4.7 milhões que está no  
267calendário com as Nações Unidas. Então isso é um exemplo do que é acolhido  
268pelo plano de consumo sustentável, de mudança de comportamento e de fazer  
269com que o consumidor possa entender o que significa praticar na dia a dia  
270sustentabilidade. O segundo pacto tem a ver com o descarte seletivo de  
271embalagens e aí vai entrar aqui a questão da ABS, e a questão já associada ao  
272separo o lixo e acerte na lata que é campanha nossa que foi lançada este ano  
273em relação à questão da participação do consumidor cidadão, e como é que  
274ele se comporta em relação a mil produtos de embalagem ao ano em nível  
275nacional, vai ser colocado vai dar detalhes a marca quando você compra como  
276descartar, como você fazer em mil produtos são comercializados você vai  
277encontrar no supermercado e isso significa dar envergadura, isso tudo são  
278iniciativas do setor produtivo, e nós vamos formalizar o pacto com ABS  
279Associação Brasileira de Supermercados e que tem haver com as sacolas  
280plásticas, e nós vamos reduzir eles já têm a ação voluntária, já tem resultados  
281bastantes expressivos e por isso os números expressivos de redução de  
282sacolas plásticas, o Brasil entrou de 14 bilhões de sacolas plásticas ano, o  
283resultado da campanha mostrou até o ano passado 5 bilhões, isso graça a  
284parceria com associação de supermercados. Agora com as metas eles estão  
285assinando formalmente deixando se ser uma ação voluntária e passa a ser um  
286compromisso formal de reduzir até 30% em 2013, e até 40% em 2015 as  
287sacolas plásticos por todos os supermercados no Brasil. Então, esse trabalho é  
288um trabalho que está sendo feito pelo Ministério do Meio Ambiente, pela SAIGS  
289sob a coordenação da Samyra hoje é aniversário da Samyra.

290

291

292(*palmas*).

293

294

295A SR<sup>a</sup>. **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Vou dar  
296a ela uma sacola de pano. É aniversário também da assessora de  
297comunicação da Luciana do Ministério.

298

299

300(*Palmas*).

301

302

303A SR<sup>a</sup>. **IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Estão  
304todas ficando mais velhas, porém sustentáveis. Vocês podem imaginar o que  
305vai ser minha tortura hoje. De qualquer maneira isso tem um esforço da equipe  
306da Samyra, da equipe de comunicação, da Laura em fim todo um trabalho e do  
307setor produtivo de estar trabalhando conosco para avançar nesse consumo.  
308Então, o plano eu fiz questão de falar sobre isso porque o plano acolhe  
309iniciativas como essa e mostra o patamar que nós temos que explorar em  
310relação ao consumo sustentável. Por fim em termos da pauta do Conama tem  
311aquí uma Resolução que define a questão do estágio primários institucionais  
312secundários de vegetação de restinga que foi um pedido de vistas dos Estados,  
313eu espero que os Estados apresentem as suas considerações. Eu fui  
314informada que, embora a SBF o Ministério e a ABEMA tenham feito reuniões  
315dia 18 e 19 de outubro de 2011. Hoje pela manhã o Estado do Rio de Janeiro  
316parece que tem uma posição que quer fazer uma salvaguarda, então de  
317qualquer maneira minha orientação e que, embora as espécies, os Estados  
318não estejam no Rio de Janeiro há uma preocupação que eu peço não sei se o  
319representante do Estado do Rio de Janeiro já está aqui, que faça a  
320apresentação e discuta com o Plenário quais são os caminhos com a ABEMA,  
321porque isso já foi objeto de sucessivas reuniões e talvez fique mais fácil Denise  
322vocês fazerem o entendimento aqui a Dr<sup>a</sup>. Regina, o pessoal da ABEMA e o  
323nosso pessoal vai coordenar isso de tal maneira que possa arrumar ou que o  
324Rio de Janeiro, embora as espécies não existam no Rio de Janeiro não entendi  
325muito bem essa preocupação, mas parece que os relatos que eu tenho é que  
326tinha sido tudo concensuado. Hoje de manhã eu recebi \*o telefonema do  
327secretário pedindo que houvesse o atendimento com sua participação, então  
328eu estou pedindo ao Plenário do Conama que nesse caso desde já se mobilize  
329Regina por gentileza como pessoal da ABEMA, com o rio de Janeiro verificar  
330como é que pode ser feito uma emenda de texto em função do rito de  
331aprovação da Resolução, já que não cabe pedido de vistas adicional porque já  
332houve pedido de vista coletivo na reunião passada, e pelo histórico que eu  
333tenho aqui foi um conjunto de reuniões e a última reunião realizada em outubro  
334deste ano pela SBF com a ABEMA envolvendo os Estados. Seguida vai ter o  
335calendário de reuniões ordinárias eu peço cuidado em relação a esse  
336calendário por conta dos processos da Rio+20. Depois teremos uma  
337Resolução um limite de correção de emissão de óxido de carbono de HC isso é  
338uma coisa específica a pedido da CNI. Então eu acho que pelo que eu tenho  
339informação não há dificuldades sobre esse assunto. É também pauta  
340associadas à questão de óleo lubrificante e algumas de revisão de Resoluções.  
341Nós temos duas propostas de revisão de Resolução do Conama sobre  
342resíduos de construção civil e sobre o óleo lubrificante e uma Resolução que  
343estabelece limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes  
344fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a janeiro de

3452007. O interessado é o próprio Conama. O seu conteúdo, vamos chamar  
346técnico, e um conteúdo ainda de um conjunto de moções que seguem as  
347regras regimentais estabelecidas pelos senhores. Então é isso, por fim está  
348pautado o informe da Ana sobre o Conama e o Conselho Nacional Recursos  
349Hídricos, destaques a importância disso em função de 2012 e da própria  
350questão da discussão sobre vazão ecológica e sobre vazão mínima  
351remanescente. A questão do relatório de pneumáticos do Ibama também o  
352Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Pará sobre zoneamento informe do  
353Ministério seu zoneamento ecológico do Pará. E por fim um informe do  
354Ministério do Meio Ambiente sobre o plano nacional de resíduos sólidos que  
355está nesse momento em consulta. Então com isso eu dou iniciada a reunião do  
356Conama é desejo a todos um bom trabalho e vamos agora o primeiro item de  
357pauta com a Dr<sup>a</sup> Samyra expondo o plano nacional de consumo sustentável em  
358seguida eu assino os atos e pediria com licença aos senhores me retirarei e o  
359Dr. Francisco Gaetani vice Ministro conduzirá as reuniões do Conama junto  
360com a Dr<sup>a</sup> Adriana e a Dr<sup>a</sup> Samyra. Muito obrigada a todas e Bom dia

361

362

363(*Palmas*).

364

365

366**A SR<sup>a</sup>. SAMYRA BROLLO DE SERPA CRESPO (Secretária de Articulação**  
367**Institucional e Cidadania)** – Bom- dia a todos Conselheiros e todas as  
368Conselheiras. Bom dia Ministra Isabela Teixeira o secretário Gaetani e aos  
369demais membros do Conama. É com muita alegria que nós trazemos hoje aqui  
370para vocês para que vocês tomem conhecimento da estrutura e das  
371potencialidades do nosso plano de ação em produção e consumo sustentáveis,  
372e eu acredito com que esse plano nós completamos Ministra 4 planos do  
373Ministério do Meio Ambiente coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente,  
374que não são exclusivamente associados a sua tarefa tradicional de cuidar das  
375áreas verdes, das áreas protegidas de biodiversidades tem relação, mas são  
376planos que olham para outras direções a política nacional de resíduos sólidos  
377que tem foco principalmente nas ações urbanas, a política nacional do clima  
378que nas suas ações de enfrentamento de mudança climática tem muito  
379interface com ações do setor produtivo, o plano de agro-sócio-biodiversidade  
380que trata da agricultura familiar e de toda uma série de produção sustentável, e  
381agora o plano de ação em produção e consumo sustentáveis. Eu faço esse  
382preâmbulo porque os senhores vão perceber que toda a estruturação do plano  
383buscou sinergias com esses demais planos, e de tal forma que muito dos  
384sucessos que nós esperamos alcançar com esse plano estejam associados ao  
385sucesso dos planos aqui citados. Então eu acho o que contexto é mais do que  
386óbvio essa uma figura muito divulgada em relatório do PNUMA, onde nós  
387sabemos que em 2002 se nós tivéssemos que estender os padrões de  
388consumo e produção hoje praticados nos países chamados desenvolvidos, nós  
389já teríamos que ter um planeta é um quarto e a previsão é que essa  
390insustentabilidade se amplie cada vez mais. Esse contexto absolutamente é  
391assombroso levou ao PNUMA a fazer uma série de relatórios falando sobre o  
392Estado da arte do consumo no mundo, e buscando incentivar aos países a  
393desenhar ações estratégicas para o enfrentamento desse problema. Nós  
394fazemos esse plano no contexto bastante eu diria instigador e favorável,

395primeiro deles é que hoje no Brasil nós somos 193 milhões de pessoas, mas  
39652% dos brasileiros fazerem hoje parte da chamada nova classe média, ou  
397seja, com renda para consumir e com o desafio que nós temos de fazer com  
398que esse consumo seja inteligente de tal forma que seja menos predador do  
399Meio Ambiente e que aumente os impactos sociais. Mas ao mesmo tempo é  
400uma classe média otimista disposta adotar padrões novos uma vez que até  
401bem pouco tempo esses padrões não estavam estabelecidos. Há uma  
402estimativa do setor varejista esse é um dado do valor de que até o final de  
4032011 um trilhão de reais seriam gastos na aquisição de bens serviços,  
404produtos e serviços pela chamada nova classe média a chamada Classe C  
405hoje em torno de 100 milhões de pessoas. Só para nós termos uma idéia do  
406impacto desses valores e desses montantes, além disso, nós sabemos que  
407hoje nós somos 7 bilhões de pessoa no mundo e tendo uma expectativa de  
408que cheguemos a 9 bilhões e a grande contribuição para esses 9 bilhões de  
409pessoas que nós teremos no planeta em 2050 virão dos países hoje chamados  
410emergentes que são China, Índia e Brasil que têm 750 milhões de  
411consumidores, isso é para mostrar assim rápidas pinceladas a importância de  
412se ter um plano nacional, um plano de ação para o enfrentamento dos desafios  
413do consumo. Nós adotamos como conceito básico sobre o é consumo  
414sustentável um conceito que é difundido no mundo inteiro pela UNEP pelas  
415Nações Unidas, e onde basicamente está enunciado coisas muito simples  
416como, nós não podemos retirar da natureza principalmente em termos de não  
417renováveis aquilo que nós não podemos repor ou substituir com tecnologia  
418sustentável, e nem podemos descartar aquilo que a natureza ou ciclos  
419ecológicos não são capazes de absorver. Então eu acho que basicamente é  
420isso. Levando também em consideração a dimensão social, ou seja, de não  
421praticar violência contra as culturas e nem aumentar os riscos sociais do nosso  
422consumo. E basicamente no Brasil não se usa muito o termo do consumo  
423sustentável, nós não temos a cultura falar de consumo sustentável algumas  
424instituições que nós consideramos de referência em consumo falam de  
425consumo consciente e de consumo responsável. O consumo consciente no  
426nosso modo de ver ele é a maneira é o padrão que vai nos levar a ter um  
427consumo sustentável, portanto é um meio não o fim, o fim é o consumo  
428sustentável, mas às vezes para entendimento em campanhas da população da  
429um modo geral nós costumamos usar como sinônimos o consumo consciente,  
430o consumo responsável e o consumo sustentável. O plano aqui nós temos uma  
431cronologia para mostrar basicamente a nossa adesão ao processo do  
432Marraqueche em 2007, depois da Constituição de um Comitê gestor que tem  
433um pouco das características do Conama é muito setorial com a presença de  
434vários segmentos de 8 Ministérios várias representações do setor produtivo  
435como a CNI, como a Sebrae, como o CEBEDES, o Instituto Ethos também  
436organizações de referência do consumo no Brasil como o instituto de defesa do  
437consumidor e estamos reformando a portaria a partir do ano que vem para  
438incluir Ministérios que são estratégicos na nossa ação, como o Ministério, por  
439exemplo, da educação que hoje não é membro nato do Comitê e o Ministério  
440da Justiça que tem todo o trabalho de defesa do consumidor. Então nós  
441passamos 2009 fazendo uma revisão do plano principalmente para buscar  
442sinergias com a política nacional do clima, depois em 2010 com a política  
443nacional de resíduos sólidos e fizemos a Consulta Pública em dezembro do  
444ano passado. Esse ano nós consolidamos o plano não ficamos esperando de

445 braços cruzados para lançar, hoje eu vou falar de todas as ações que nós já  
446 fizemos em 2011 e finalmente estamos agora lançando aqui no Conama para  
447 que esse plano possa implementar as ações estratégicas que elegeram. O  
448 próximo por gentileza, eu quero dizer para os senhores que muitas vezes  
449 quando nós vamos elaborar um plano sempre se parte da metade do copo que  
450 está vazia, nós sempre pensamos quais são as lacunas, o que não está feito, o  
451 que falta, qual é o déficit. Nós experimentamos um exercício orientado pela  
452 ministra Izabella de olhar para aquilo que já existia e partir da metade do copo  
453 cheio, e quando nós fizemos uma consulta aos outros Ministérios da esplanada  
454 e vários organismos não governamentais e, inclusive o setor produtivo, nós  
455 obtivemos respostas muito animadoras sobre ações em produção e consumo  
456 sustentáveis que já estão em curso, e aí eu alinho alguma delas. Então, por  
457 exemplo, em termos de contratações sustentáveis nós já tínhamos uma  
458 iniciativa dentro do programa minha casa minha vida, e nós só selecionamos  
459 iniciativas que têm escala e têm impacto, porque projetos demonstrativos  
460 pilotos ou pontuais nós temos milhares senão milhões de projetos no Brasil. e  
461 projeto da esplanada sustentável que é todo um planejamento de se fazer a  
462 reforma dos nossos prédios que já são dos anos 60 e bastante obsoletos em  
463 termos de equipamento, já com bases insustentáveis, já com um edital na  
464 praça começando pelo Ministério do planejamento. Nós temos o Procel Edifica  
465 e nós temos o selo azul da caixa que começa com uso de água, economia de  
466 energia e materiais, mas também premia uma, porém série de outras  
467 distinções com o selo da caixa, inclusive oferecendo uma linha creditícia mais  
468 favorável a esse tipo de construção. Também em termos de compras públicas  
469 nós não partimos do 0, porque nós já temos alteração da lei 8.666, nós temos a  
470 instruções normativa número 1 que dá a base de instrução legal para os  
471 gestores públicos comprarem com discricionariedade em sustentabilidade, e  
472 temos, inclusive a compra da merenda escolar promovendo a agricultura  
473 sustentável e os orgânicos no Brasil. Aumento de reciclagem nós temos todas  
474 as ações dentro da política nacional de resíduos sólidos principalmente os  
475 pactos setoriais de logística reversa. Ainda para não deixar de fora algumas  
476 iniciativas que estão muito importantes para vocês verem que a nossa metade  
477 cheia é cheia mesmo, nós temos aí o índice ISE e Bovespa onde 30 empresas  
478 que estão lá selecionadas pelo índice tem uma série de dimensões de  
479 sustentabilidade sócio-ambientais verificadas e são alvos de investidores que  
480 acreditam nesse tipo de fundos éticos. Varejo sustentável, pactos setoriais  
481 para a sustentabilidade nós também não partimos do 0 os pactos que a  
482 Ministra assina não são uma novidade eles mostram a potencialidade do plano,  
483 mas nós temos pactos anteriores como da soja sustentável, da madeira  
484 certificada, e da carne com rastreabilidade assinada pela ABRAS Associação  
485 Brasileira de Supermercados para evitar o desmatamento da Amazônia. Então  
486 nós temos ainda instrumentos econômicos importantes como o novo protocolo  
487 verde, a retirada de IPI sobre os produtos reciclados, produção do IPI, redução  
488 do IPI na linha branca do selo Procel e a fixação de preços mínimos nos  
489 produtos não madeireiros da floresta e da produção sustentável. Isso é só para  
490 mostrar para os senhores que o espírito que a Ministra mencionou na sua fala  
491 é de que nós vamos levar em consideração o que está sendo feito, portanto  
492 não é sair do 0 e buscar dar escala e aperfeiçoar essas ações que já existem  
493 valorizando, inclusive esse esforço que está presente em vários setores não só  
494 o Governamental. Aqui é só uma figura para mostrar a sinergia que nós

495 buscamos com outras políticas incluindo aí o Brasil maior o crescer, e todo  
496 esse detalhamento de como essas sinergias se cidadão estão detalhadas nos  
497 anexos do plano que já se encontram no hot-site e no portal que nós vamos  
498 utilizar como o nosso principal meio de comunicação, para que os senhores  
499 possam se têm interesse em algum detalhe levar em consideração todas as  
500 interfaces e as sinergias que o plano tem com as demais políticas nacionais. A  
501 estrutura do plano, o próximo. Os senhores receberam uma pasta aí nós temos  
502 um CD o plano então tem essa estrutura que fala da missão dos objetivos em  
503 fim, de tudo o que tem que constar do plano e eu vou passar rapidamente os  
504 principais aspectos dele. Então a missão do plano, quer dizer, a missão central  
505 do plano é promover dinâmicas vigorosas no país que possam ampliar ações  
506 que já existem, e desenvolver novas ações estratégicas para fazer o  
507 enfrentamento dos problemas que poderão advir do consumo sustentável ou  
508 da produção menos limpa. Os princípios que norteiam o plano são os  
509 princípios que o Brasil tem adotado na maior parte dos seus planos e políticas  
510 públicas, que o princípio do desenvolvimento sustentável levando em  
511 consideração a concepção dos 3 pilares, o da responsabilidade compartilhada  
512 que é muito importante porque o Governo é o reconhecimento de que o  
513 governo não faz sozinho precisa da sociedade, precisa de riqueza, da  
514 singularidade, da contribuição da sociedade e todos temos que fazer juntos, da  
515 liderança governamental por meio do exemplo é um reconhecimento de que o  
516 Governo tem que acabar com o seu teto de vidro, assumir e adotar ações  
517 exemplares, o da precaução na linha de que mesmo na falta de uma certeza  
518 científica nós devemos sempre levar em consideração os fatores que nos  
519 protegem de riscos maiores, o da prevenção porque é melhor prevenir do que  
520 remediar, da participação da Sociedade Civil, ou seja, ter sempre em mente  
521 que nós temos que pactuar essas ações que não é possível que as leis  
522 venham de cima para baixo, porque elas costumam não pegar, da cooperação  
523 no sentido de que o plano ele busca trazer uma agenda positiva. Nós hoje  
524 temos muitas agendas negativas na área ambiental porque sempre nós temos  
525 a deterioração, nós sempre temos um déficit às vezes de implementação em  
526 ações estratégicas. Então a ideia é de ter um espírito solidário de cooperação  
527 que traga um espírito de agenda positiva para o plano e da educação  
528 ambiental O objetivo do plano, eu já falei que ia fomentar então essas  
529 dinâmicas e mais do isso integrar ações que hoje parecem dispersas,  
530 pulverizadas ou não vertebradas dentro do próprio Governo federal ou no setor  
531 privado. Os resultados que se esperam do plano, portanto, é através da  
532 fomentação dessas dinâmicas levar os atores estratégicos a um maior  
533 engajamento inclusive os consumidores. E aí nós temos uma novidade no  
534 plano que é conceito de consumidor coletivo, porque nós não podemos nos  
535 esquecer que as instituições, as empresas compram e consomem serviços.  
536 Então uma escola, um hospital uma empresa também é compradora de bens e  
537 serviços, portanto, é um consumidor coletivo que também tem que adotar  
538 práticas de gestão sustentável. A mudança do atual paradigma de produção e  
539 consumo no Brasil e finalmente parâmetros mais sustentáveis a serem  
540 praticados por toda a sociedade. A estratégia do nosso plano, portanto, ela é  
541 simples e clara, a primeira estratégia é implementar o plano em ciclos curtos, o  
542 que significa isso? E nós selecionamos o primeiro ciclo como ciclo de 4 anos  
543 incluindo 2011. O ciclo curto permite que uma agenda como esta que,  
544 inclusive, dividirá ganhar grande notoriedade e grande impulso com as

545discussões da Rio+20, com o legado Rio+20 não pode ficar engessada em um  
546plano muito longo, então a ideia é que nós possamos implementar  
547realisticamente uma série de ações em curso e novas, e possamos incorporar  
548com muita rapidez ações novas que advirão desse patamar que a discussão  
549da Rio+20 deverá trazer, A segunda é vertebrar as ações existentes, como eu  
550disse várias ações que estão hoje marginais, pontuais ou pulverizadas em  
551vários Ministérios, em várias empresas a ideia é que o plano vertebre essas  
552ações e dá um território de encontro para que nós possamos depois  
553contabilizar como o esforço comum o que se alcançou com o plano. O terceiro  
554pilar é reconhecer o esforço do setor privado na melhoria das suas operações  
555e do seu delivre na sociedade. Hoje nós sabemos que muitas empresas  
556relatam os seus avanços em relatório de sustentabilidade e a Ministra  
557acostuma dizer que esses relatórios vão enfeitar as nossas estantes no  
558Ministério, porque efetivamente nós não temos um instrumento para aproveitar  
559essas informações e para usá-las como critério nem de parcerias, nem de  
560desenvolvimento de ações conjuntas. Então a ideia é que nós tenhamos no  
561PPCS em outros instrumentos que a Ministra está orientando ao Ministério do  
562Meio Ambiente, desenvolver espaços para que esse dialogue se dê não só  
563através das conversas e das reuniões, mas que nós possamos efetivamente  
564aproveitar os instrumentos que o setor privado tem criado para relatar os seus  
565avanços e os seus compromissos. O quarto pilar é conhecer a exemplaridade,  
566a força do exemplo e, portanto, dá um gás muito grande aquilo que nós  
567chamamos da agenda ambiental na Administração Pública que depois eu vou  
568mencionar. O quinto pilar ênfase ao consumo sustentável nesse primeiro ciclo  
569e não na produção, por uma razão muito simples porque segundo os relatos de  
570Joanesburgo de certa forma o setor produtivo respondeu muito positivamente  
571ao princípio da ecoeficiência, e, portanto muitas empresas adotaram  
572rapidamente por entender que isso não era custo nem externalidade, mas  
573receita e fator de competitividade elas então criaram uma dinâmica própria  
574para ir limpando a sua produção. Enquanto que a parte do consumo ficou  
575totalmente desarvorada sem foco e sem atores estratégicos que pudessem  
576criar uma política de enfrentamento do programa do consumo. Então nesse  
577primeiro momento, nesse primeiro ciclo curto de implementação do plano nós  
578vamos tratar principalmente do consumo. Sexto pilar busca das sinergias  
579diretas e verificáveis. A Ministra disse desde o primeiro dia quando nós fomos  
580apresentar preliminar do plano que ela não queria plano de papel, que se nós  
581não tivéssemos planos onde as ações estratégicas tivessem atores definidos,  
582recursos definidos e um plano realista de implementação que era preferível  
583que nós tivésemos em plano Modesto e não inflássemos o plano apenas com  
584discurso do desejo, e assim o fizemos. Então a ideia é de que o plano é  
585modesto, mas é decente é exequível e é inspirador. E, por fim, ele tem que ser  
586verificável. Então toda a nossa, contamos aí com o PNUMA, a nossa força  
587tarefa do ano que vem de começar a criar os indicadores do progresso do  
588plano. Então as prioridades agora desse primeiro ciclo de 4 anos o Comitê  
589gestor ele elencou 17 temas chamados prioritários para a produção e consumo  
590sustentável no Brasil, foram selecionadas essas 16 prioridades para esse  
591primeiro ciclo. Educação para o consumo sustentável pelas razões óbvias de  
592que nós precisamos ter estratégias de mudança de comportamento dos  
593consumidores individuais e coletivos, compras públicas sustentáveis pela força  
594do exemplo, pelo poder de indução do Estado. Há um estudo de IPEA que

595estima que hoje nós temos 17, 5% do PIB brasileiro empregado em compras  
596governamentais nas 3 esferas de Governo e tantos estaduais juntado os  
597estaduais, municipais e federal. Então nós imaginamos a força que uma  
598iniciativa governamental de peso pode ter de indução de compras sustentáveis.  
599E esse é, inclusive um ponto de nosso documento brasileiro da Rio+20 que  
600depois o Fernando Lírío vais destacar e que tende a ser um iniciativa do Brasil  
601e do todo o continente na Rio+20. Aumento da reciclagem de resíduos sólidos  
602e aí o nosso objetivo é nos associarmos diretamente às metas e objetivos da  
603Política Nacional de Resíduos Sólidos, varejo e consumo sustentável merece  
604aqui uma palavra até o nosso parceiro Sussumu Honda, presidente da ABRAS  
605Associação Brasileira de Supermercados, aqui presente nosso parceiro há 3  
606anos. Porque é uma aliança estratégica com o varejo. Porque hoje no Brasil  
607inteiro só tem capilaridade correio, banco, supermercado e geladeira da coca-  
608cola. E depois os partidos e a igreja, ou seja, nós imaginamos que nós aqui na  
609Esplanada não temos a capilaridade necessária para atingir todos os públicos,  
610e as pesquisas mostram que os brasileiros vão 3 vezes por semana ao  
611supermercado e nas áreas rurais a cada 10 dias ao hipermercado, então nós  
612sabemos que se nós temos o setor supermercadista do nosso lado numa  
613aliança forte de educação do consumidor, da disponibilização de produtos mais  
614sustentáveis e as próprias lojas mudarem o seu perfil de operação se tornando  
615estruturas mais educadoras, nós teremos aí um bom enfrentamento desse  
616desafio. E por fim a promoção de iniciativas em produção e consumo  
617sustentáveis na construção civil, onde nós temos aí uma conversa já muito  
618bem encaminhada com a CBIC, a Câmara de construção brasileira de  
619construção civil, e que deveremos assinar um pacto no próximo ano. Eu acho  
620que a novidade que PPCS traz é permitir uma tipologia de ações diferentes no  
621seu âmbito. Então ações governamentais aquelas ações típicas de Governo  
622como, por exemplo, todo esforço que o Governo hoje faz para disponibilizar  
623linhas creditícias para promoção dos catadores e formação das cooperativas  
624ou pela compra da merenda escolar. Ações de parcerias que são ações pelo  
625próprio nome que aplicam recursos mistos e acordo em torno de algumas  
626ações e aí nós temos como ações de parceria, a ação que nós fizemos a  
627ABRA saco é um saco que é uma campanha nacional por redução de sacolas  
628plásticas que se espalhou hoje pelo Brasil inteiro, e que hoje tem um  
629rebatimento numa política de banimento das sacolas plásticas em todo o  
630Estado de São Paulo, que levará o Ministério do Meio Ambiente a uma nova  
631parceria em que depois de São Paulo nós já temos 3 Estados que vão aderir a  
632essa campanha, 6 Estados e realmente nós vamos conseguir reduzir  
633significativamente a utilização de sacolas plásticas no Brasil e mudar fazer a  
634mudança do consumidor. A outra ação é aquilo que nós chamamos de  
635iniciativa voluntária, e como a Ministra disse é simplesmente valorizar o esforço  
636que está sendo feito pelo setor produtivo, porque a iniciativa voluntaria não  
637envolve uma lei que as obrigue a fazer, não envolve recursos que o Governo  
638tem que inverter ou investir, e essas iniciativas elas têm que ter impacto e  
639relevância. Na hora que nós assinamos com a Unilever e a metal frio que está  
640aqui presente. Metal Frio que detém 80% do mercado na tecnologia dos gases  
641não destrutivos da camada de ozônio, e da Unilever uma das maiores na  
642produção de alimentos, nós estamos falando de uma iniciativa que deverá  
643induzir outras empresas a fazerem o mesmo, tanto é que a coca-cola nos  
644formalizou ontem o desejo de fazer um pacto setorial ano que vem, portanto,

645 não só mais uma única empresa alinhando os seus 17 fabricantes no objetivo  
646 de substituir o parque que está estimado em cerca de 800 mil freezers  
647 comerciais logomarcados. A outra ação que nós achamos importante são os  
648 acordos e pactos setoriais que são feitos no âmbito do PPCS, mas também da  
649 logística reversa na política nacional de resíduos sólidos e no âmbito da  
650 política nacional do clima, porque todos eles somam para os mesmos  
651 objetivos. E finalmente as forças tarefas, passa o próximo slide que eu quero  
652 falar rapidamente da força tarefa, o que é a força tarefa? Guardando uma  
653 simetria com o próprio plano de Marraqueche no nível internacional, a força  
654 tarefa é dedicada a uma discussão que ainda não está madura a uma  
655 estratégia que ainda não tem seus atores totalmente definidos, nós já temos  
656 duas forças tarefas do ano que vem uma com habit da indústria têxtil e a outra  
657 com a CBIC, portanto, deveremos ter dois pactos o ano que vem já com essas  
658 organizações. Finalmente os mecanismos de implementação muito  
659 rapidamente para vocês dizerem, mas como é que nós vamos fazer tudo isso?  
660 O Comitê gestor que como vocês sabem participaram da elaboração e agora  
661 acompanham e monitoram o plano, o fórum anual de produção e consumo  
662 sustentável que é uma maneira de colocar os parceiros para discutir os  
663 avanços, mas também os gargalos, o portal e as redes de comunicação  
664 eletrônicas que têm uma no Brasil e tem também a rede internacional que a  
665 UNEP implantou chamada rede pics, os diálogos setoriais que são esses que  
666 nós fazemos com o setor da construção civil para dirimir dúvidas e buscar o  
667 engajamento, a cooperação com o PNUMA nós temos o apoio técnico e  
668 recursos para estudos pesquisas, nós fizemos um acordo com o PNUMA em  
669 2010 que está agora vigente, é por meio do PNUMA, por exemplo, que nós  
670 estamos contratando uma pesquisa nacional sobre hábitos do consumidor e  
671 sobre produção e consumo. Carinha do nosso hot-site onde todo o  
672 detalhamento do plano está, tudo isso que eu estou aqui falando rapidamente  
673 vocês vão encontrar lá, anexos com pesquisas com sinergias com referências  
674 bibliográficas tudo que for necessário para difundir o conceito, e aí vem  
675 finalmente a nossa macro-meta. A macro-meta do plano é aumentar em 100%  
676 percentual de consumidores conscientes até 2014. Aí vocês dizem, mas qual  
677 é o universo? Pequeno lamento a única instituição que faz pesquisa  
678 sistemática buscando identificar o consumidor, o comportamento do  
679 consumidor consciente é o Instituto Akatu de São Paulo, que vem  
680 desenvolvendo essas pesquisas a cerca de 10 anos. Portanto tem uma  
681 pequena histórica. Com base nessa pesquisa que é a única que existe até o  
682 momento eles definem e categorizam o comportamento do consumidor em 3 e  
683 ali tem um nicho do que seria os consumidores conscientes em torno de 5%.  
684 Então nós vamos participar do esforço de pesquisa do Instituto Akatu e  
685 faremos com o IBGE e com o IPEA novas pesquisas para nós termos base  
686 *line*, os números de base para projetarmos novas metas quando terminar esse  
687 ciclo curto. E aí vêm as metas de cada prioridade e eu termino a minha  
688 apresentação. Então temos ali aumentar o número de consumidores como eu  
689 disse é a primeira. Realizar e reportar 20 processos licitatórios em compras  
690 sustentáveis de impacto não é uma compra pontual, eu chamo compra de  
691 impacto, por exemplo, uma agora que é liderada pelo jardim botânico  
692 organização vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Que junto 40  
693 organizações públicas no Rio para fazer compra de almoxarifado sustentável,  
694 compram em conjunto com discricionalidade e ainda compram e grupo fazendo

695um redução 30% no valor das compras, então eu falo de processos que têm  
696impacto. Depois então no aumento da reciclagem de resíduos sólidos nós  
697assumimos a meta da política nacional e do plano nacional de resíduos sólidos  
698que é de 20%, e em varejo sustentável nós estamos em uma conversa com  
699ABRAS para estimular que 50% do setor supermercadista adote nas suas  
700operações e nos serviços que dispõem ao público um elenco de atitudes  
701sustentáveis, por exemplo, colocar aquilo que nós chamamos de postos de  
702coleta voluntária. Porque hoje em geral dia vocês sabem uma grande  
703dificuldade mesmo que o consumidor queira ter um ato de consumo  
704responsável muitas vezes ele não tem onde destinar remédios, pilhas, baterias,  
705eletro eletrônico e etc. nós estamos aí numa conversa grande com a ABRAS  
706para que o setor possa adotar essas práticas. E finalmente em construções  
707sustentáveis onde já existe um programa antigo de qualidade da construção  
708nós queremos que seja assumido explicitamente as dimensões da  
709sustentabilidade e melhorando 20% do desempenho que é o número que a  
710Câmara brasileira de construção achou que era razoável. Finalmente então  
711agora é finalmente mesmo, as ações que nós desenvolvemos em 2011. Tem  
712que falar do monitoramento então. Monitoramento eu pensei que era a última.  
713Então nós temos como monitoramento os relatórios anuais que os pactos  
714setoriais nos enviam, os relatórios de sustentabilidade, que os que fazem as  
715iniciativas voluntárias nos mandarão a cada ano, e os relatórios anuais do  
716PPCS que não só serão discutidos no âmbito o Comitê gestor e do fórum, mas  
717estarão disponíveis na Internet. Teremos um preenchimento online de cadastro  
718de organizações e empresas que desejem atuar conosco no PPCS e temos  
719também o requerimento de informação caso haja dúvida em relação a alguma  
720prática, ou alguma iniciativa no âmbito do PPCS. E aí o próximo, nós para  
721deixarmos o plano bem concreto nós pensamos em 3 fases de implementação  
722muito rápidas, a primeira é tornar o plano conhecido e para isso nós já temos 3  
723parcerias estabelecidas com o SEBRAE, com o Sistema S e com os fóruns  
724climáticos dos Estados para fazer uma discussão do plano de produção e  
725consumo. A etapa 2 é ampliação dos acordos e as ações dentro do PPCS e a  
726etapa 3 é capilarização. A ministra determinou que em 2013 o Ministério do  
727Meio Ambiente faça a sua conferência temática de produção e consumo  
728sustentáveis, aproveitando, portanto, todo o caudal que virá de discussões da  
729Rio+20 mais a implementação do plano de produção e consumo. E aí  
730finalmente as ações de 2011 campanha do saco é um saco que agora será  
731vamos tirar o planeta do sufoco com 6 Estados, campanha separa o lixo e  
732acerte na lata que nós fazemos em conjunto com o MDS e a Secon, mês do  
733consumo sustentável onde nós fizemos em 4 capitais em parceria com os  
734metrô, campanha de coleta de lixo eletro-eletrônico. A criação da rede mulher  
735como a Rio+20 mulheres brasileiras pela sustentabilidade uma experiência  
736liderada pela Ministra Izabella e pela Ministra Irene Lopes onde um dos temas  
737chaves em discussão é a mudança de padrão e consumo. O lançamento da TV  
738Meio Ambiente que vai privilegiar nesses próximo 6 ações de programação  
739ações do PPCS, que é uma TV pela web, e articulação para os pactos setoriais  
740que serão assinados hoje. Basicamente isso que eu tinha que apresentar para  
741os senhores e estamos totalmente disponíveis na SAIC, no Ministério para  
742dirimir qualquer dúvida ou acolher qualquer iniciativa que seja agregada ao  
743plano muito obrigada Bom dia.

744

745

746(*Palmas*).

747

748

749**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Vamos lá  
750então para darmos prosseguimento reunião do Conama. Eu gostaria de  
751convidar a Juliana Nunes da Unilever está aí? Juliana, por favor, o Maurício  
752Groke está aí também? O presidente da ABRAS está aí? Sussumu Honda, o  
753Fábio da Metafrio, por favor, que nós vamos assinar os pactos porque eu vou  
754acelerar aqui a reunião.

755

756

757(*Assinatura de pactos*).

758

759

760**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Nós  
761estamos assinando aqui com a associação brasileira de embalagens o pacto  
762em relação à questão do descarte seletivo. Então gente, mais um passo em  
763torno do consumo sustentável no Brasil, parabéns.

764

765

766(*Palmas*).

767

768

769**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Juliano  
770da Unilever, por favor, vamos lá para os gelados. E o Fábio da Metafrio.  
771Assinamos então o primeiro de vários com a Unilever exatamente para resolver  
772o (...). Eu quero os 4.7 milhões viu de geladeiras ok? É um compromisso deles  
773nós vamos resolver os 4.7 milhões de geladeiras no Brasil comerciais. Está  
774bom.

775

776

777(*Palmas*).

778

779

780**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Agora,  
781Honda, vamos lá. Esse homem aqui se vocês querem resolver embalagens de  
782supermercados é com ele. Resolver supermercado é com ele. Com isso o  
783terceiro compromisso que é da rede de supermercados do Brasil pelo  
784banimento das sacolas plásticas até 2015 40%. Ou mais o mínimo de 40%. Ele  
785vai fazer a meta antes do tempo, então isso aqui é como se faz parceria  
786permanente trabalhando na gestão ambiental no Brasil com o setor privado.  
787Obrigado Honda.

788

789

790(*Palmas*).

791

792

793**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Eu  
794queria chamar a Denise Hamú do PNUMA por gentileza e Paulino do Ministério

795das Relações Exteriores. Denise eu vou te entregar aqui formalmente o plano  
796já assim sem papel para ter sustentável. Então, você vai ser traduzido também  
797para inglês isso não tem nenhum problema, e também a cartilha que nós  
798estamos lançando consumir sem desperdício com o CEMPRE, Centro  
799Brasileiro de Reciclagem, está ali o Victor Bica que sai e circula hoje  
800exatamente em torno da questão do consumo sustentável e da reciclagem.  
801Paulino está em papel porque ela não trouxe, mas isso aqui é o meu rascunho,  
802então tem vias de apreciações nós vamos formalizar com isso com vocês e  
803vamos colocar formalmente perante o PNUMA que nós cumprimos o acordo de  
804Marraqueche. E pela cooperação que o Ministério das Relações Exteriores tem  
805sido um parceiro em todos os acordos multilaterais de Meio Ambiente.

806

807

808(*Palmas*).

809

810

811**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – E  
812finalmente eu quero dar uma notícia a vocês. Eu vou ler um trecho aqui um  
813artigo que é uma das coisas que mais de deixou feliz nesse processo.  
814"estabelecimentos industriais farão jus até 31 de dezembro de 2014 a crédito  
815presumido de imposto sobre produtos industrializados, ou seja, o IPI na  
816aquisição de resíduos sólidos a serem utilizados como matéria-prima ou  
817produtos intermediários na fabricação dos seus produtos" isso é o Decreto da  
818presidente Dilma Rousseff dando crédito presumido para a reciclagem. Esse  
819aqui é um esforço do Ministro Guido Mantega, da Ministra Tereza Campelo e  
820do Ministério do Meio Ambiente o Decreto foi publicado ontem. Então até 2014  
821mais um passo em relação à questão de trabalhar com os catadores, com a  
822reciclagem e com aquilo que nós prometemos sobre o Governo Federal que é  
823facilitar assim com instrumentos econômicos e mudar a escala da produção  
824industrial no Brasil com a reciclagem, então está aqui promessa feita promessa  
825cumprida pelo Governo Federal. Isso é parte desse esforço não só de política  
826nacional de resíduos sólidos, mas também da questão da reciclagem do  
827consumo sustentável em que o Ministério acaba de apresentar. Então está  
828publicado no Diário Oficial o Decreto é o número 7619 de 21 de novembro de  
8292011 está publicado pela Sr<sup>a</sup>. Presidenta da República Dilma *Rousseff*. Então  
830mais um passo feito pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Movimento  
831Social e o Ministério da Fazenda. Com isso eu vou passar o comando da  
832reunião para o Dr. Francisco Gaetani e temos agora um breve informe sobre  
833Rio+20 com assessor especial do Ministério para a conferência, e também eu  
834peço o que Ministério das Relações Exteriores esteja conosco aqui porque nós  
835estamos trabalhando de maneira coordenada, integrada o Ministério do Meio  
836Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Fazenda e  
837Ministério das Relações Exteriores para a conferência Rio+20, então não se  
838trata de uma só conferência só de Meio Ambiente uma conferência sobre o  
839desenvolvimento sustentável, uma conferência que o arranjo institucional que o  
840Governo estabeleceu é um arranjo que coloca as 4 instituições trabalhando  
841juntos em todas as etapas do processo, não só o processo internacional, mas o  
842processo nacional. Então o Ministro Paulino convidou o Sr. A estar conosco e  
843aí Chico você conduz a reunião daqui para frente. Muito obrigada a todos um  
844bom dia eu vou pedir com licença aos senhores Conselheiros. E de tal maneira

845que eu terei que me ausentar porque ainda estamos nas negociações do  
846Código Florestal. E aí o Donizete no seu documento entregue aqui você fala da  
847preocupação de ter uma lei sobre o Cerrado, o próprio relatório do Senador  
848Jorge Viana e como também acertado com o Senador Luiz Henrique esse  
849relatório mostra que tem lá a proposta de se fazer leis para os biomas. Esse é  
850mais um passo no avanço da proteção das nossas florestas, mas também do  
851uso sustentável da nossa Biodiversidade.

852

853

854(*Palmas*).

855

856

**857A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Por fim  
858eu quero fazer aqui o reconhecimento público ao esforço do Senador Jorge  
859Viana e do Senador Luiz Henrique, o trabalho de altíssimo nível que eles  
860conduziram ou têm conduzidos para que nós possamos avançar num texto de  
861Código Florestal, que mais do que elimine a segurança jurídica ofereça ao  
862Brasil um novo status de produzir alimentos de maneira sustentável e proteger  
863o Meio ambiente sem comprometer as atividades econômicas. Acho que está a  
864discussão no Senado hoje um texto absolutamente importante de ser avaliado  
865e de ser aperfeiçoado, mas eu tenho a firme convicção que o Congresso tanto  
866o Senado quanto a Câmara estão trabalhando juntos, de tal maneira que nós  
867possamos ter algo uma lei que seja recepcionada pela sociedade brasileira.  
868Venho aqui também o reconhecimento e agradecimento às equipes técnicas do  
869próprio Ministério do Meio Ambiente, o pessoal ficou trabalhando até 2:30 da  
870manhã por conta das negociações continuam desde 7 horas da manhã vou sair  
871para isso. E também no Ministério da Agricultura e Ministério do  
872Desenvolvimento Agrário. Há um esforço técnico monumental dedicado a  
873buscar soluções em todo o país sobre o Código Florestal. Eu gostaria que este  
874Conselho reconhecesse que nós estamos realmente trabalhando de maneira  
875muito dura com a sociedade brasileira, duro no sentido de intenso para termos  
876uma lei que sólida e seja recepcionada por todos os brasileiros. Esse é o  
877espírito do Congresso hoje tanto do Senado quanto da Câmara. Por fim eu  
878quero fazer um comentário nós estamos vivendo hoje um momento sobre um  
879acidente de petróleo, houve um vazamento na bacia de campos como os  
880senhores estão acompanhando pela mídia, o que eu peço a este Conselho é  
881que acidente dessa natureza e como qualquer outro acidente, pode ser  
882acidente na indústria química, por exemplo, nós temos que esperar a  
883conclusão de todas as avaliações para que nós possamos nos manifestar com  
884serenidade técnica e legal. Não existem manifestações sem base técnica não  
885orientam ação do governo nesse assunto em qualquer assunto, é um assunto  
886extremamente complexo, um assunto delicado do ponto de vista do quadro  
887legal e do ponto de vista das exigências. A competência de controlar, de lidar  
888com atividades de exploração e produção que regula isso no Brasil é o  
889Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de petróleo, a área  
890ambiental lida em relação às questões do licenciamento ambiental. Eu acho  
891absolutamente importante que as pessoas saibam ou passem a entender que o  
892determinante do acidente não é a questão ambiental, o determinante do  
893acidente são as ações que regulam e como é que você opera no Brasil e é isso  
894que a Agência Nacional de Petróleo está trabalhando. Nós estamos

895trabalhando de maneira coordenada com ANP e com a Marinha desde o  
896primeiro momento que nós fomos informados do acidente. O Ibama é o órgão  
897responsável por isso, lembro aos senhores Conselheiros deste Conselho que o  
898Conama em 2008 aprovou a Resolução 398 que disciplina o plano de  
899emergência individual, e o Conama estabeleceu o que é quais são os limites de  
900vazamento e como é que você chama algo de impacto nacional. Esse acidente  
901não cabe numa questão nacional. A própria Resolução Conama aprovado por  
902este Conselho estabelece isso e nós estamos seguindo todos os ritos legais, o  
903que eu peço aos senhores eu sei que é um momento que eu recomendo é que  
904nós possamos falar neste Conselho, eu sei que tem interesses que sejam  
905falados sobre o acidente quando tiver todas as investigações concluídas,  
906porque aí sim o presidente do Ibama virá ao Conselho e apresentará o relato  
907sobre o que aconteceu do ponto de vista do licenciamento ambiental, se houve  
908atendimento ou não houve atuação em conformidade com o que a licença  
909estabelece, se o plano de emergência individual que este Conselho aprovou as  
910regras foi atendido ou não foi atendido. Agora isso só poderá ser feito depois  
911de concluído todos os processos, os processos de análises, os processos de  
912defesa, os processos de argumentos técnicos, mas ainda estamos na linha de  
913frente lidando com o acidente nós estamos colhendo todas as informações,  
914agora eu posso assegurar aos senhores que desde o primeiro momento do  
915acidente, a primeira notícia de um possível vazamento o Ibama esteve  
916imobilizado. Então não é uma questão que deva ser tratada pela área  
917ambiental estrito censo, a questão que é tratada pela Agência Nacional de  
918petróleo e o Ministério do Meio Ambiente por intermédio do Ibama, de maneira  
919a articular em função do licenciamento ambiental em função do plano de  
920emergência individual cujas regras foram estabelecidas por este Conselho.  
921Então os dados são absolutamente claros eu acho que há um desencontro de  
922um conjunto informações, é uma ação águas da União apresenta uma ação  
923privativa da União. A fiscalização é privativa da União. O licenciamento é  
924privativo da União. Então em nenhum momento tem atitude nenhuma do  
925Governo de a não ser atitude de cumprir a lei e cumprir os ritos. E nós como eu  
926disse estamos trabalhando com a marinha e com a ANP, a ANP é o órgão  
927regulador o órgão que tem competência de dizer como se explora no Brasil,  
928quando se explora no Brasil em que condições, e se atualmente tiver algum  
929questionamento sobre as condições do operar no Brasil quem vai dizer isso se  
930vai operar se não vai operar é Agência Nacional de petróleo assim a lei  
931brasileira determina. Quem tem o poder regulador que é poder concedente da  
932União é Agência Nacional de petróleo na questão do petróleo não é o Ibama. O  
933Ibama trabalha com licenciamento ambiental. Então nós temos que ter  
934serenidade eu não tenho nenhuma dificuldade, uma vez feito todas as  
935avaliações que o presidente do Ibama passe um informe como nós sempre  
936asseguramos aqui em todas as situações o informe sobre o que isso  
937aconteceu, quais foram as providências tomadas, se há necessidade de  
938aperfeiçoamento da norma em relação à avaliação de emergência, se há  
939necessidade em relação avaliação de risco isso tudo será discutido  
940posteriormente a partir de relatórios técnicos que não serão contestados por  
941ninguém. Isso é que é importância de um setor que trabalha com o risco como  
942a variável do conjunto dessa tomada de decisão. Então eu posso todas as  
943informações que eu tenho que foram fornecidas pelo presidente do Ibama e  
944pela equipe de coordenação do petróleo do Ibama, é que as providências

945legais e as providências técnicas todas foram tomadas desde o primeiro  
946momento. Agora concluído o relatório, concluída a avaliação uma série de  
947processos eu creio que da nossa parte não tem nenhuma dificuldade que o  
948lbama venha aqui e faça os esclarecimentos, apresente o que aconteceu  
949providências tomadas nos desdobramentos legais das providências tomadas.  
950O resto eu peço aos senhores que é o momento de trabalho, um momento de  
951dedicar a solução dos problemas e deixar a ANP Agencia Nacional de Petróleo  
952exercer suas funções e suas competências, cabe a ela e o Ministério de Minas  
953e Energia com o rigor técnico de lei apurar os fatos e atuar dentro da esfera de  
954competência de petróleo, e nós trabalhamos de maneira conjunta. Por fim  
955mesmo, tenho aqui uma ressalva eu gostaria de propor a este Conselho que  
956nós fizéssemos um minuto de silêncio pelo falecimento da Madame Miterrand  
957que foi uma mulher que dedicou a sua vida as causas dos conflitos  
958socioambientais, está havendo uma mobilização no planeta inteiro em relação  
959a isso e eu acho que este Conselho deve o Conselho não, mas o Brasil os  
960movimentos sociais tem no trabalho dela um reconhecimento público de que  
961ela nos ajuda o mundo inteiro na questão dos conflitos socioambientais, então  
962foi pedido aqui que eu solicitasse aos Conselheiros um minuto de silêncio pelo  
963falecimento de Madame Miterrand.

964

965

966(*Um minuto de silêncio*).

967

968

969**A SR<sup>a</sup>. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do MMA)** – Obrigada  
970senhores e um Bom dia a todos.

971

972

973(*Palmas*).

974

975

976**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Pessoal, nós vamos rapidamente fazer  
977um breve update, uma atualização sobre os trabalhos da Rio+20. A exposição  
978vai ser feita pelo coordenador da Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente, o Dr.  
979Fernando Lyrio. Vamos depois abrir rapidamente para algumas questões. Peço  
980apenas que nós procuremos ser objetivos nas questões relacionadas que trata  
981basicamente o informe.

982

983

984**O SR. FERNANDO LYRIO (MMA)** – Obrigado, secretário. Bom dia a todas,  
985bom dia a todos. A ideia aqui é fazer um breve comentário sobre a forma como  
986estão se desenvolvendo os trabalhos da Rio+20 e atualizar um pouco o  
987processo, e nós poderemos conversar sobre o estado da arte da Conferência. A  
988Conferência Rio+20 foi proposta pelo Governo Brasileiro em 2009, aprovada  
989por uma Assembleia Geral das Nações Unidas. Acho que é importante nós  
990mencionarmos o que sempre se destaca, a nossa Ministra mencionou, se não  
991se tratar de uma Conferência de Meio Ambiente. E esse é um dos grandes  
992desafios da Rio+20. A Conferência Rio 92, embora já fosse uma Conferência  
993sobre desenvolvimento no seu próprio vocabulário, na sua própria terminologia,  
994ela acabou sendo conhecida como a Conferência Ambiental. O próprio nome

995que a popularizou “Eco 92” já retrata um pouco a forma como ela foi vista e os  
996acordo que dela derivaram foram conhecidos como desacordos multilaterais  
997ambientais, dando bem a forma como ela foi interpretada. O grande desafio da  
998Rio+20 hoje é transformar um pouco essa vertente e tentar enxergar as  
999questões que hoje têm sido vistas de uma maneira multissetorial sob a ótica  
1000ambiental, que ela possam ser vistas como questões de desenvolvimento. E  
1001nós podemos pegar dois exemplos clássicos da Rio 92: a convenção sobre  
1002mudança do clima e a convenção sobre diversidade biológica, que é  
1003acompanhada pelo nosso amigo Paulino, que são convenções essencialmente  
1004que tratam de questões muito mais amplas do que a questão ambiental. Os  
1005próprios processos de negociação, no âmbito do Governo Brasileiro, de  
1006formação, de posições, envolvem todo um conjunto de atores da sociedade  
1007brasileira que vão além do pacote ambiental. Então, é dessa maneira que a  
1008preparação para Conferência tem se dado no âmbito do Governo brasileiro. A  
1009presidenta, Dilma, por meio de um Decreto, criou uma Comissão nacional.  
1010Essa Comissão nacional é composta de 25 Ministérios, representados pelos  
1011seus respectivos Ministros, e por mais um conjunto bastante amplo de atores  
1012da sociedade brasileira, que envolve ONGs, envolve setor privado, movimentos  
1013sociais, academia, povos indígenas, representantes dos Estados,  
1014representantes dos municípios. Basicamente, eu diria que a sociedade  
1015brasileira, de maneira geral, está representada nessa Comissão. Obviamente,  
1016a característica de representação é sempre uma coisa muito complexa. Como  
1017é que você pode dizer que uma ou duas pessoas representam um determinado  
1018setor? Mas a ideia que nós temos tido de trabalhar com a Rio+20 tem sido não  
1019só no âmbito da Comissão, como também no âmbito de diversas outras  
1020instâncias que tem trabalhado junto conosco, quem tem nos convidado a  
1021participar de debates e discussões, e nós também temos organizado todo um  
1022conjunto de discussões com atores da sociedade, visando coletar um pouco  
1023das visões e perspectivas para a Rio+20. O Ministério do Meio Ambiente  
1024lançou uma consulta pública também, visando auferir um pouco essas  
1025percepções e essas visões, e todo esse conjunto de discussões e debates que  
1026aconteceram no âmbito da Comissão nacional foram os insumos que deram  
1027origem ao documento que o Brasil apresentou agora na data de 1º de  
1028novembro, que são as visões e perspectivas do Governo Brasileiro para a Rio  
1029+20. Eu não sei se todos tiveram acesso... Adriana, as pessoas tiveram acesso  
1030a esse documento? Certo. De qualquer maneira, no site do Ministério do Meio  
1031Ambiente esse documento está disponível, e é o documento que apresenta o  
1032resultado desse esforço de discussão com a sociedade brasileira do ponto de  
1033vista de quais são os temas importantes para a Rio+20 e quais são as  
1034principais propostas que o Brasil tem para a Conferência. Esse documento é  
1035um documento que tem um caráter de... É um documento governamental, mas  
1036esse documento expressa, e tem ali refletido, vários esforços da sociedade  
1037brasileira. E é importante ressaltar como que um conjunto bastante expressivo  
1038de atores da sociedade brasileira participou, foi às reuniões da Comissão  
1039nacional, responderam à Consulta Pública, ou por meio de diversos outros  
1040meios nos convidaram a participar de diálogos que informaram a construção  
1041desse documento. O documento reflete a visão bastante ampla da sociedade  
1042brasileira e é um documento que contém essas perspectivas. Agora, é  
1043importante também ressaltar que esse documento não é um fim de um  
1044processo, esse documento é apenas uma etapa intermediária do processo.

1045Esse documento foi uma demanda do secretariado geral das Nações Unidas. E  
1046eu acho importante, eu creio que a maior parte dos senhores sabe como  
1047funciona uma Conferência das Nações Unidas. O Brasil é um País anfitrião. O  
1048Brasil não tem governança sobre a agenda da Conferência. A agenda da  
1049Conferência, a forma como a Conferência é estruturada, os temas principais da  
1050Conferência, são definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que por  
1051meio de suas resoluções vai dizer qual é o caminho, quais são os temas e  
1052como que as coisas vão ser discutidas. Cabe ao Brasil naturalmente um papel  
1053política de auferir o mais alto nível de importância para a Conferência, isso do  
1054ponto de vista da interlocução que tem com os demais países, no sentido de  
1055que os resultados da Conferência sejam os mais bem sucedidos possíveis.  
1056Esse documento que o Brasil apresentou, foi apresentado a secretariado geral  
1057das Nações Unidas, e ele vai dar origem ao que se chama do “Rascunho Zero”,  
1058o *Zero Draft*, que é um documento de negociação que vai ser discutido ao  
1059longo do ano que vem, até a sua adoção final pela Conferência, no dia 22 de  
1060junho do ano que vem. Então, esse documento brasileiro tende a perder  
1061importância na medida em que ele vai se misturar com outros documentos de  
1062todos os países, para gerar esse rascunho zero, e esse rascunho zero passa a  
1063gerar um novo processo de consultas, de conversas, de negociações e troca  
1064de ideias com relação ao que o Brasil quer com esse documento, o que o Brasil  
1065vai opinar; esse documento vai conter naturalmente uma variedade muito  
1066grande de visões, de perspectivas. Então, a ideia é que nós possamos  
1067estabelecer um novo processo com a sociedade brasileira, no sentido de  
1068discutir esse documento. Então, esse documento que o Brasil apresentou é  
1069apenas um passo. É importante deixar claro que nós temos em longo trabalho  
1070pela frente, até chegar a esse documento. Outra questão que é importante  
1071mencionar, e eu como eu tinha falado, a Conferência, como processo  
1072internacional, é um processo sobre o qual o Brasil tem pouca governança. É  
1073um processo que nós temos o maior interesse político nos resultado dela, mas  
1074naturalmente é um processo que vai ser decidido por todos os países, por  
1075todos os representantes membros das Nações Unidas. Por conta disso, nós  
1076temos trabalhado com vários países no sentido de discutir as nossas  
1077propostas; as propostas que o Governo Brasileiro fez contemplam avanços em  
1078discussões da sociedade, e aí é importante ressaltar como foi rico o processo  
1079de discussão, não só com a sociedade brasileira, mas também o processo de  
1080discussão com os órgãos governamentais do nosso País. Essa Comissão  
1081nacional é composta de três representantes setoriais, juntamente com o  
1082Itamaraty, que coordena a Secretaria Executiva dessa Comissão, e três órgãos  
1083setoriais que são o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do  
1084Desenvolvimento Social e o Ministério da Fazenda, dando exatamente a ideia  
1085das três dimensões do desenvolvimento sustentável. E foi muito importante  
1086verificar como que o Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento  
1087Social participaram ativamente, inclusive no sentido de trazer para o cerne  
1088dessa discussão vários outros ministérios do Governo Brasileiro, que estão  
1089efetivamente discutindo a questão de sustentabilidade. Então, os resultados  
1090que estão no nosso documento, que envolvem alguns, inclusive que a  
1091secretária Samyra já mencionou, como compras públicas, como produção e  
1092consumo, são temas que fizeram parte, não de uma discussão ambiental, mas  
1093fizeram parte de uma discussão econômica, de uma discussão social. Nós  
1094também tivemos, eu acho que é importante mencionar, o Brasil fez propostas

1095bastante avançadas do ponto de vista de participação pública e do ponto de  
1096vista de acesso á informação. Duas iniciativas em particular que o Brasil propôs  
1097foram no sentido, primeiro: de que toda a discussão sobre governança para o  
1098Sistema das Nações Unidas possa incluir mecanismos mais criativos e mais  
1099efetivos de participação pública, do ponto de vista de participação dos atores  
1100não governamentais. O processo multilateral, por definição, é um processo  
1101orientado e conduzido por países. Agora, existe uma grande amplitude de  
1102atores da sociedade internacional que estão fazendo coisas, que estão  
1103trazendo informações, que estão se mobilizando, e é importante reconhecer  
1104isso no setor não-governamental, no setor privado, como que essas visões  
1105todas podem ser traduzidas e influenciar os processos multilaterais? Os  
1106processos multilaterais hoje contêm alguns mecanismos para assegurar essa  
1107participação, mas esses mecanismos são limitados na visão que nós temos  
1108tido, são limitados e não oferecem reais perspectivas de influenciar os  
1109processos. Então, utilizando a própria experiência que o Governo Brasileiro tem  
1110de instâncias como esta, como o Conselho Nacional de Meio Ambiente, com  
1111diversos outros Conselhos, diversos outros mecanismos de interação com a  
1112sociedade, nós gostaríamos que as Nações Unidas também contemplassem  
1113isso de alguma maneira. Então, isso é uma proposta que o Brasil tem colocado,  
1114que a discussão sobre governança possa incluir também essa questão. O  
1115Brasil também fez uma proposta para assegurar a implementação do princípio  
111610 da declaração do Rio, que fala sobre acesso à informação e participação  
1117pública na tomada de decisão. Esse é um princípio que já é bastante  
1118implementado no Brasil, nós temos todo um conjunto de mecanismos legais  
1119que asseguram acesso à informação e participação pública na tomada de  
1120decisões, e estamos propondo isso também em nível global. Então, essas  
1121visões que o Brasil tem tido refletem um pouco a forma como que o Brasil tem  
1122se posicionando internamente, e como gostaríamos que externamente  
1123pudéssemos avançar em algumas questões essenciais. Agora, tudo isso é o  
1124processo internacional, que importante isso e com o qual o Brasil tem um  
1125grande compromisso. Mas o Ministério do Meio Ambiente tem trabalhado sob  
1126uma perspectiva bastante explícita de que, em paralelo a esse processo  
1127internacional, nós temos que discutir o que queremos com o processo nacional.  
1128E o fato de que uma Conferência como a Rio+20 se realiza no Brasil significa  
1129por parte da sociedade brasileira um processo bastante amplo de mobilização,  
1130de discussão, de debates e de ideias que têm surgido. Muitos desses debates,  
1131ideias e propostas não necessariamente vão desembocar no processo  
1132internacional; não necessariamente elas vão estar presentes no documento  
1133final da Rio+20. Mas elas estão sendo acolhidas e recepcionadas pelo  
1134Ministério do Meio Ambiente, pelo Governo Brasileiro, no sentido de que nós  
1135possamos construir o que a Ministra se referiu aqui agora há pouco como o  
1136legado da Rio+20 para o Brasil. O secretário Gaetani tem trabalhado muito  
1137ativamente no sentido de estimular as áreas técnicas do Ministério a construir  
1138propostas, a construir ideias que possam refletir avanços do ponto de vista da  
1139política ambiental brasileira. Então, o ano que vem será também um ano muito  
1140rico do ponto de vista dessa discussão interna. O que nós, sociedade brasileira,  
1141queremos do ponto de vista de política ambiental? Os senhores sabem que a  
1142Conferência teve uma mudança de datas recente. A Conferência ia se realizar,  
1143os seus últimos dias, nos dias 4, 5 e 6 de junho, coincidindo um desses dias no  
1144Dia Mundial do Meio Ambiente, onde tradicionalmente nós celebramos aqui no

1145Brasil também, o dia do meio ambiente, e esses dias agora foram modificados  
1146para os dias 20 a 22 de junho e, com isso, havendo também uma  
1147movimentação dos outros eventos associados à Conferência. Com isso, nós  
1148temos discutido no Ministério do Meio Ambiente, isso nos abre uma  
1149oportunidade de pegarmos a semana do Meio Ambiente para ele ser um  
1150processo onde nós temos o ápice de toda essa discussão que a sociedade  
1151brasileira tem tido, do ponto de vista do que queremos de legado. Então, a  
1152semana do Meio Ambiente passa a ser uma semana onde internamente o  
1153Brasil possa celebrar a realização de processos, de mudanças institucionais,  
1154de lançamento de propostas. E tudo isso pode acontecer de forma que o Brasil  
1155chegue à Rio+20 com a responsabilidade e a percepção de dever realizado.  
1156Então, a ideia é que possamos chegar agora à Rio+20 tendo celebrado a  
1157conquista de várias mudanças do ponto de vista daquilo que vem a constituir o  
1158legado que a Conferência deixa para o Brasil. É muito importante que nós  
1159tenhamos essa percepção de legado, de que a Conferência deixe um resultado  
1160para a sociedade brasileira do ponto de vista de realização. Qualquer que seja  
1161o resultado do processo internacional, para o Brasil a Conferência deve essa, é  
1162a percepção e a forma como temos trabalhado no Ministério do Meio Ambiente,  
1163de ter um grande legado. Isso se reflete do ponto de vista de estudos, de  
1164conhecimentos gerados, de propostas inovadoras, de forma que nós possamos  
1165sair da Conferência com uma política ambiental diferenciada, com uma política  
1166ambiental que seja avançada e, principalmente, com essa discussão, e  
1167estamos falando de política ambiental porque essa é a forma com que nós  
1168temos trabalhado no Ministério do Meio Ambiente, mas principalmente fazer  
1169com que as questões ambientais estejam cada vez mais internalizadas de vista  
1170do processo de desenvolvimento do País. Algumas das propostas que estão  
1171presentes no documento brasileiro já refletem isso, já refletem um consenso  
1172bastante importante da sociedade Brasileira e do Governo Brasileiro, em temas  
1173que anteriormente eram vistos muito mais como questões ambientais. Vários  
1174dos temas que estão ali presentes, como produção e consumo, compras  
1175públicas sustentáveis. Todos esses são temas que tinham entraves e que  
1176tinham percepções diferentes no governo brasileiro até algum tempo atrás, e  
1177hoje nós percebemos um grande consenso do Governo no sentido avançar na  
1178sustentabilidade e na discussão de ideias para o desenvolvimento sustentável  
1179do País. Então, não é o Ministério do Meio Ambiente trabalhando pelo  
1180desenvolvimento sustentável. É exatamente o Governo brasileiro e a sociedade  
1181brasileira trabalhando em termos dessa ideia. Parece muito tentador resumir  
1182uma Conferência como esta à ótica ambiental, mas para nós do Ministério do  
1183Meio Ambiente, o grande desafio é exatamente fazer com que a Conferência  
1184não seja vista sob a ótica ambiental, porque nós temos essa percepção de que  
1185os avanços na área ambiental só vão se realizar quando essas questões  
1186ambientais estiverem bastante internalizadas dentro de uma discussão do  
1187desenvolvimento do País. Então, toda a participação dos demais órgãos de  
1188governo nesse processo, de atores da sociedade brasileira nesse processo é  
1189mais do que bem-vinda nesse sentido. Então, essa é a forma como nós temos  
1190visto a Conferência; temos trabalhado nessas duas vertentes: o processo  
1191nacional, que constitui o legado da Conferência para o Brasil, e o processo  
1192internacional. Nesses dois processos, todas as instâncias de discussão da  
1193sociedade brasileira são válidas. O Conama, nesse sentido, é um espaço de  
1194discussão extremamente efetivo, onde as questões que estarão presentes ao

1195 longo da discussão no ano que vem poderão ser discutidas e acolhidas pelo  
1196 Conama. Eu já me coloquei, Adriana, disponível, para que nós possamos  
1197 discutir, trazer os documentos e criar mecanismos onde o Conama possa  
1198 efetivamente conhecer e participar desse processo. E lá na assessoria da  
1199 Rio+20, nós estamos à disposição para apoiar e responder qualquer processo  
1200 que se faça necessário. Eu gostaria de ressaltar, eu falei de maneira genérica  
1201 sobre a participação de todos os órgãos de Governo, e, por se tratar de um  
1202 processo internacional, destacar particularmente a forma como o Itamaraty tem  
1203 conduzido, tem participado desse processo. Temos sido grandes parceiros  
1204 nesse processo. A Comissão nacional é copresidida pela Ministra Isabela  
1205 Teixeira e pelo Ministro Patriota. E o Itamaraty tem trabalhado com essa visão  
1206 que temos tido de inclusão de sociedade, de inclusão dos processos  
1207 governamentais, da maneira mais ampla possível. Então, é isso. Obrigado pela  
1208 oportunidade de falar.

1209

1210

1211 (*Palmas!*).

1212

1213

1214 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Pessoal, nós não vamos ter perguntas  
1215 por que nós já estamos muito atrasados no horário. Eu pediria que todos  
1216 encaminhassem as questões que eventualmente tenham para o Fernando, ou  
1217 o procurem pessoalmente no Ministério, senão nós não vamos conseguir. O  
1218 Paulino vai dar um recado? Vamos usar um pouco o bom senso. Não, por  
1219 favor, deixe-me terminar de falar aqui. A ideia nossa é abrir para as perguntas,  
1220 mas dado o adiantado da hora, eu vou pedir para que vocês procurem o  
1221 Fernando ou encaminhem um e-mail através da Internet, o fórum, o link da  
1222 Rio+20, e nós vamos trazendo para vocês em todas as reuniões do Conama  
1223 atualizações sobre como estão indo as negociações. (*Interferência fora do*  
1224 *microfone. Inaudível*). O senhor quer discutir a Conferência? Se vocês  
1225 preferirem, a nossa preocupação aqui é com a nossa reunião; se for  
1226 necessário, se vocês quiserem discutir a Rio+20 agora, nós abrimos espaço e  
1227 fazemos a discussão. A ideia é trazer um breve informe. Fica a critério do  
1228 Plenário se vai abrir uma discussão sobre a Rio+20 agora, ou se nós  
1229 continuamos a reunião. Eu pediria que os que são a favor de se fazer uma  
1230 discussão sobre a Rio+20 nesse momento, por favor, levantem os seus  
1231 crachás. Os que são a favor de nós darmos sequência à reunião do Conama e  
1232 retomarmos na próxima reunião, que se manifestem. Muito obrigado. Bom, eu  
1233 queria agradecer, Fernando, a exposição. Nós vamos trazer em todas as  
1234 reuniões essa atualização. Depois, na próxima reunião, nós vamos ter já uma  
1235 reunião de (...) em dezembro. Na próxima reunião do Conama já vão ter os  
1236 informes relacionados a (...), e peço que nós vamos nos situando em relação a  
1237 isso. O pessoal vai informar a todos os conselheiros do andamento das  
1238 reuniões. Os materiais vão ser disponibilizados para que nós possamos ir  
1239 discutindo na medida em que a data for se aproximando. Muito obrigado,  
1240 Fernando e Paulino.

1241

1242

1243 (*Palmas!*).

1244

1245

1246 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós temos novos Conselheiros. E nós  
1247 gostaríamos de apresentar rapidamente esses novos Conselheiros, para que  
1248 nós demos as boas-vindas ao Conama. Eu passo a palavra à Adriana. Eu peço  
1249 que se levantem para que nós possamos conhecê-los.

1250

1251

1252 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Bom dia a todos. O Conama tem  
1253 alguns novos Conselheiros. Pela Secretaria Geral da Presidência de República,  
1254 Juliana Miranda e Adilson Santana de Carvalho. Juliana, bem-vinda (*Palmas!*).  
1255 Dos Governos estaduais, Governo do Rio Grande do Norte, Gustavo Szilagyi.  
1256 Acho que está aqui, não? Governo do Mato Grosso, Vicente Falcão de Arruda.  
1257 E Sueli de Fátima Menegon Bertoldi. Pelo Instituto Ingá, a ONG Ingá, nós  
1258 temos Lúcia Sevegnani. E secretário, novos assumindo a Câmara dos  
1259 Deputados tem a Comissão de Meio Ambiente, que participa do Conama como  
1260 conselheiros convidados. E recentemente, nós recebemos a indicação de três  
1261 deputados federais, que passam a integrar o Conama nessa condição, que são  
1262 os deputados Geovani Cherini, Marina Pignarato Santana e José Luiz de  
1263 França Pena.

1264

1265

1266 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Todos vocês receberam a ata da 103<sup>o</sup>  
1267 Reunião Ordinária de 31 de agosto e 1<sup>o</sup> de setembro. Alguma observação em  
1268 relação à ata ou podemos considerá-la aprovada? Nenhuma manifestação em  
1269 relação à ata da reunião passada. Eu a considero aprovada. Obrigado. Nós  
1270 temos agora os encaminhamentos relacionados à reunião de hoje. Esses  
1271 encaminhamentos envolvem a composição das Câmaras Técnicas e do CIPAM  
1272 e o balanço de 2011, atividades do Conama. São 11h54. Eu sugiro que nós  
1273 comecemos a discussão das Câmaras Técnicas para nós tentarmos ver até  
1274 aonde nós conseguimos avançar. Vamos começar com a informação sobre o  
1275 conteúdo ofício-circular 109, que trata da indicação de conselheiros e membros  
1276 para as Câmaras Técnicas, CIPAM e relaciona o prazo de 15 dias para  
1277 encaminhamentos.

1278

1279

1280 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Aqui, nós temos o Regimento  
1281 Interno aprovado, publicado já na sexta-feira. E agora nós temos a discussão  
1282 que se coloca, que é a nova composição das Câmaras Técnicas, essas  
1283 Câmaras do Regimento e do CIPAM. O Regimento Interno apresenta algumas  
1284 modificações em relação ao Regimento anterior. Não há mais a presença do  
1285 representante na Câmara Técnica. O representante era aquele que vinha  
1286 eventualmente, na medida em que o membro da Câmara não poderia vir. Isso  
1287 não existe mais. Nós temos na Câmara um Conselheiro, um membro titular e  
1288 dois suplentes. Eles podem ser ou não Conselheiros do Conama. A instituição  
1289 é quem indica, mantendo o critério de dois membros por segmento, sendo um  
1290 titular e dois suplentes. Para pretear a presidência de Câmara Técnica, é  
1291 importante que a entidade mande o Conselheiro, porque só o Conselheiro pode  
1292 presidir a Câmara, assim como só um Conselheiro, pela regra que nós  
1293 aprovamos na Plenária passada, pode coordenar GTs. E o Regimento traz  
1294 também inovações em relação à falta nas Câmaras Técnicas. Duas faltas

1295daquela entidade em reuniões consecutivas ensejam a mudança da entidade  
1296aquela Câmara, e três ao longo do ano enseja a mesma penalidade. Então, eu  
1297chamo a atenção porque agora não pode ser simplesmente uma pessoa que  
1298apareça ou não apareça na reunião. Há que haver um compromisso mais sério  
1299de quem a instituição ou entidade mande para a Câmara Técnica. Porque tem  
1300uma penalidade e porque a reunião tem que acontecer. Não dá para não  
1301acontecer por falta de quórum. Qualquer reunião nossa que não ocorra por  
1302ausência de quórum, nós já estamos com a intenção, o departamento de apoio,  
1303de fazer um movimento grande de divulgar que aquela reunião não aconteceu  
1304por falta de tais e tais instituições, de forma a criar um constrangimento. Porque  
1305trazer pessoas de fora, ter uma pauta para ser deliberada e a reunião não  
1306acontecer é uma coisa bastante delicada, ruim para o Conama, como um todo.  
1307E aí nós temos algumas dúvidas que surgem. Eu queria passar para o Volney  
1308poder colocar das preparatórias, como elas foram conduzidas ontem.

1309

1310

1311**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom dia a todas e todos. Ontem  
1312nós fizemos uma, como sempre, as reuniões preparatórias para os diversos  
1313segmentos do Conama. Nesse ponto específico em relação às Câmaras  
1314Técnicas, nós fomos informados pelos diversos setores, o da sociedade civil, o  
1315setor empresarial, os governos estaduais, a ANAMMA, que eles deverão definir  
1316ainda durante esta Plenária as entidades, as instituições. Nós solicitamos que  
1317comuniquem até provavelmente amanhã ao meio-dia para que nós consigamos  
1318até montar uma tabelinha e disponibilizar. E em 15 dias após a Plenária, até o  
1319dia 09, nós deveremos ter indicação dos nomes das pessoas que terão relação  
1320com as instituições. O Governo Federal só que tem uma reunião marcada para  
1321o dia 1º e que vai definir suas instituições nessa reunião do dia 1º, mas também  
1322vai atender o prazo de indicar todos os seus representantes das instituições até  
1323o dia 09. Então, foi esse o relato em relação às questões das reuniões  
1324preparatórias, os segmentos informaram. E também uma das questões que  
1325apareceu foi relacionada à possibilidade de composição dentro de uma mesma  
1326vaga. Nós temos o titular de uma determinada instituição e nós temos o  
1327suplente de uma outra instituição. Por exemplo, você tem o Ministério do Meio  
1328Ambiente como titular de uma determinada vaga em uma Câmara e o suplente  
1329ser o Ministério da Saúde, por exemplo. Então, houve de uma forma geral o  
1330entendimento também que isso seria uma questão que talvez pudesse ser  
1331discutida, mas não se via nenhuma limitação sob o aspecto regimental desse  
1332tipo de composição. Então, foram essas as questões que foram um rápido  
1333relato em relação às reuniões de ontem.

1334

1335

1336**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Questões? Perguntas? Então, amanhã  
1337até o meio-dia. Vamos recapitular então, Volney.

1338

1339

1340**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós aguardamos um pouquinho.  
1341Quem já estiver, quanto mais cedo melhor. Nós pretendemos antes do meio-  
1342dia ainda disponibilizar uma tabelinha para dar uma orientação aos segmentos,  
1343até porque são os seguimentos que vão olhar para o próprio segmento, ver  
1344como ficam as instituições em função das 7 Câmaras Técnicas e mais do

1345CIPAM. Não podemos esquecer que a grande responsabilidade que aumenta  
1346nos titulares e nos suplentes em função da extinção da figura do representante,  
1347e que no caso do CIPAM, precisam ser Conselheiros os representantes. Não  
1348pode ser uma qualquer indicação das instituições. Precisam ser Conselheiros  
1349do Conama. Tanto titulares como suplentes, mas Conselheiros. Vamos chamar  
1350atenção que até amanhã ao meio-dia, nós gostaríamos poder disponibilizar  
1351esse mapeamento aí com as instituições, ficando a indicação dos nomes das  
1352pessoas, até o dia 09 de dezembro. Ok? Então, eu acho que está registrado  
1353este ponto, senhor secretário.

1354

1355

1356**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós vamos ver agora rapidamente uma  
1357breve exposição sobre o balanço das atividades do Conama em 2011, pela  
1358Adriana Mandarino.

1359

1360

1361**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Já vou me adiantando. Nós temos  
1362aí então um conjunto de processos. No total são 52, em tramitação no  
1363Conama, e que eles vão ter que ser revistos à luz das novas Câmaras  
1364Técnicas com as suas composições. Então, o que nós pretendemos fazer é  
1365uma divisão a nosso critério técnico de para qual Câmara vai cada processo e  
1366talvez precisa haver por divergência de membros da Câmara uma adequação,  
1367um ajuste fino, porque alguns processos têm uma correlação com uma Câmara  
1368e também têm correlação com a outra. Então talvez seja necessário olhar  
1369alguma coisa caso a caso. O site do Conama está sendo reformulado para  
1370espalhar o novo Regimento interno e essa divisão dos assuntos por Câmaras  
1371Técnica. Nós temos ali esse balanço de quantos, eu queria chamar atenção  
1372especialmente da Câmara Especial Recursal, que é uma Câmara que nós não  
1373costumamos falar dela aqui no Conama, mas é uma Conama que vem julgando  
1374com muita eficiência todos os autos de infração do Ibama que ainda estão sob  
1375a análise no Conama. É um quantitativo residual, já que essa competência saiu  
1376no Conama, mas existe um universo de processos, isso nós lidamos bastante  
1377no ano passado, cujo autuado já havia interposto um recurso para o Conama.  
1378Então, eles estavam no meio do caminho. E houve um entendimento da  
1379consultoria jurídica do Ministério de que, para assegurar o direito de defesa do  
1380autuado, seria melhor que o Conama se manifestasse. Então, essa é uma  
1381Câmara provisória, tende a acabar os seus trabalhos na metade do ano que  
1382vem, mais ou menos é essa a estimativa, foram julgados 335 processos e  
1383faltam 148. Os GTs, aqueles que já estão instalados e em funcionamento,  
1384seguem a regra do Regimento anterior. Existe um Grupo de Trabalho criado e  
1385não instalado que já tem a indicação de coordenação e de relatoria nos moldes  
1386do Regimento novo. Então, esse Grupo de Trabalho que é da antiga de  
1387Câmara Saneamento Ambiental, a tendência nossa de chamar uma reunião  
1388para breve consultando os membros da antiga Câmara e da nova Câmara para  
1389que indiquem os componentes desse Grupo de Trabalho. De forma que aí nós  
1390possamos acelerar esse começo de estudo e montar um grupo bastante  
1391representativo. Eu queria passar para frente. Nós temos aqui o balanço dessas  
1392atividades com a carteira de assuntos em discussão no Conama. Eu acho que  
1393esse quadro todos receberam na pauta da Plenária; eu imagino que nós  
1394possamos passar para frente. E por último, o número de resoluções publicadas

1395neste ano de 2011. Foram cinco com esses assuntos que estão elencados.  
1396Nós estamos disponíveis, os técnicos do departamento de apoio, o Robson.  
1397Poderia levantar, Robson. Aí nós aproveitamos e apresentamos, não tem muito  
1398jeito. O Robson é o nosso novo gerente. O Mattedi, que vinha acompanhando o  
1399Conama, assumiu uma área ligada ao Sistema Nacional de Meio Ambiente, e o  
1400Robson é quem está nos auxiliando nisso. Então, o Robson e a equipe técnica  
1401estão disponíveis para esclarecimentos pontuais porque realmente nós temos  
1402aí um leque de assuntos grandes, que nós vamos ter que dar sequência  
1403rapidamente. Nós temos uma Plenária em março. E para que a Plenária em  
1404março seja efetiva e tenha os assuntos em pauta é preciso que nós  
1405trabalhemos bastante nesses meses agora. Em dezembro e janeiro, não dá  
1406para chamar Câmara Técnica, mas dá para convocar Câmara. Então, nós  
1407presenciamos fazer a convocação para que e as reuniões se iniciem em  
1408fevereiro.

1409

1410

1411**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Dar um aviso aos nossos  
1412colegas, Conselheiros da sociedade civil: aguardar no auditório durante o  
1413almoço, que eu acho que é questão relacionada às Câmaras Técnicas, a  
1414pedido do Tonhão.

1415

1416

1417**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós vamos fazer um breve intervalo para  
1418o almoço, também em função da necessidade de algumas reuniões  
1419acontecerem nesse paralelo. E retomamos às 14h30. Obrigado.

1420

1421

1422**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Secretário, um aviso para quem é  
1423de fora, sobre restaurante: esse restaurante não está em funcionamento, mas  
1424tem o restaurante dos Correios que é aqui do lado e da Finatec, que é na UnB.  
1425Tem um mapinha aqui que dá a explicação. E se alguém tiver alguma  
1426dificuldade, nós faremos uma orientação melhor.

1427

1428

1429*(Intervalo para o almoço)*

1430

1431

1432**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Boa tarde. Vamos retomar então  
1433a nossa reunião, 104<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conama. O nosso próximo ponto é  
1434tribuna livre. Eu pergunto se há inscrições para tribuna livre.

1435

1436

1437**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Inscrições para tribuna livre. Eu  
1438já tenho anotado: Soares (Furpa), Tonhão (Mover), Ronaldo (Ponto Terra),  
1439Saint Clair (Ministério Público Estadual) e o Donizete (Ecodata), Bocuhy. Mais  
1440alguém para a tribuna livre? Francisco Soares não está na Plenária. Então, vou  
1441passar para o Tonhão.

1442

1443

1444 **SR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA (Mover)** – Olha, é eu queria fazer dois  
1445 comentários, rapidinho. Ontem eu vindo para a Brasília, de madrugada eu  
1446 escutei um Deputado Federal do Paraná, que é o Micheletto, fazendo uma  
1447 crítica a respeito do que está acontecendo em termos de comercialização de  
1448 alguns agrotóxicos aqui no Brasil. Isso aqui, eu estou falando mais dirigido para  
1449 o pessoal da CNA, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da  
1450 Agricultura, Anvisa. Porque eu fiquei um pouco preocupado. Ele dizendo que o  
1451 Brasil tem alguns produtos que são proibidos aqui e que são comercializados  
1452 na Argentina, Paraguai e Uruguai, livremente. E que o Brasil não permite que  
1453 esses produtos sejam comercializados aqui, no entanto, adquire arroz e trigo  
1454 desses países. Esses produtos são utilizados para produção desses grãos.  
1455 Então, é uma preocupação que eu acho que nós temos que ter. E eu queria  
1456 solicitar que o pessoal da CNA, da Anvisa, Ministério do Meio Ambiente,  
1457 Ministro da Agricultura prestassem esclarecimentos, não só para este  
1458 Conselho, mas a sociedade como um todo. Outra questão, rapidinho, é a  
1459 respeito do que disse o atual Ministro Aldo Rebelo. Nós das ONGs ficamos  
1460 praticamente numa saia justa danada, porque primeiro nós tivemos um  
1461 comunista que defendeu ferrenhamente a questão do Código Florestal, aliado  
1462 principalmente aos ruralistas; depois esse mesmo cidadão virou um Ministro e,  
1463 assim que ele vira Ministro, a primeira fala dele foi a respeito das ONGs. Então,  
1464 eu, particularmente, se fosse uma Ministra de Meio Ambiente de um País e se  
1465 naquele momento um grupo político que diz que defende ferrenhamente as  
1466 bases, os movimento populares, etc., não foi tomada providência contra o  
1467 cidadão, no caso Aldo Rebelo, por ter dito isso, descaracterizado o caráter que  
1468 grande parte das ONGs têm feito, eu acho que, no mínimo, esse camarada  
1469 tinha que ser exonerado imediatamente do cargo dele, se nós vivêssemos num  
1470 País tão sério, como alguns dizem. E eu, se fosse um Ministério do Meio  
1471 Ambiente, ou um Ministro na pasta, uma pasta afim, e como cidadão de base,  
1472 eu não sei se eu me sentiria confortável em continuar num governo que aceitasse  
1473 um Ministro falar uma coisa dessas, descaracterizando praticamente todas as  
1474 ONGs, esquecendo, inclusive, que nós temos OAB, CNA, CNI, FIEMG, CNBB,  
1475 essas entidades todas como ONGs. E por eu me sentir muito ofendido, a ideia  
1476 era vir fazer esse comentário para que tivesse algum posicionamento. Inclusive  
1477 me parece que tem uma proposta de moção nesse caso.

1478

1479

1480 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Bom, eu quero levantar  
1481 aqui um problema sério com relação à previsão de cinco hidrelétricas no Piauí.  
1482 Ninguém é contra hidrelétrica. Só que licenciamento do Ibama para quatro  
1483 novas hidrelétricas não respeita nem a lei de recursos hídricos, não contempla  
1484 as reclusas, tampouco a escala dos peixes para produção. E acima de tudo,  
1485 não foi feito o devido levantamento das áreas que vão ser atingidas por  
1486 barragens. Está em pé de guerra a população do município de Palmeirais, de  
1487 Floriano e também de Amarante, com essas hidrelétricas. E o pior, a ANEEL já  
1488 marcou leilão para o dia 20 de dezembro, através daquele sistema A5. São  
1489 várias hidrelétricas. E a do Piauí está, agora, o Ibama, o que nós estamos  
1490 colocando que este Plenário vote, recomende ao Ibama para suspender essa  
1491 licença porque não atendeu à legislação. Na Resolução 01/86 do Conama não  
1492 é nada disso. Então, nós gostaríamos que fosse colocado isso hoje e  
1493 recomendasse ao Ibama. A matéria nos jornais. E aqui está. Eu vou entregar

1494 aqui à coordenação. Invadirem até a sede da companhia da secretária do Meio  
1495 Ambiente esta semana, os quilombolas e o pessoal que vão ser atingidos por  
1496 barragens. Tomaram conta do prédio porque não estão, estão vendo uma  
1497 revelia, e o Ministério Público Federal já entrou com a liminar, com pedido de  
1498 suspensão do leilão que está na Justiça Federal. Nós estamos acompanhando.  
1499 A outra colocação é com relação à proposta de moção, que eu quero que ela  
1500 pegue, pedido de urgência e inversão de pauta com relação ao vazamento de  
1501 óleo causado na Bacia de Campos pela Chevron. Isso vai ser colocado em  
1502 votação muito antes das outras matérias porque, senão, não vai ter água,  
1503 continua derramando petróleo. A outra é pedido de inversão de pauta com  
1504 relação à retirada da competência do Governo Federal, dos órgãos  
1505 fiscalizadores, que o Estado, a União e os municípios tenham as suas  
1506 competências. Você não pode é caçar o direito da União e fazer a fiscalização.  
1507 Então é isso que nós estamos colocados, as hidrelétricas são um caso muito  
1508 sério porque os impactos ambientais causados pelo empreendimento não  
1509 estão contidos no projeto da proposta. Para incluir eu quero dizer para vocês  
1510 que está totalmente ilegal, que o Ibama deve, senão a Justiça Federal vai  
1511 terminar suspendendo o leilão da ANEEL.

1512

1513

1514 **SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministérios Públicos**  
1515 **Estaduais)** – Boa tarde a mesa. Boa tarde a todos. Eu queria lembrar que nós  
1516 estivemos em Curitiba por determinação do Ministério do Meio Ambiente, à  
1517 realização da audiência pública a respeito da nova lei de resíduos sólidos, onde  
1518 tivemos a participação dos três Estados do Sul, Paraná Santa, Catarina e Rio  
1519 Grande do Sul, e pudemos constatar esse ato de cidadania muito participativo.  
1520 E lembrando que uma das discussões que tivemos lá foi exatamente a questão  
1521 da incineração dos resíduos sólidos, e a audiência maciçamente se mostrou  
1522 contrária à incineração dos resíduos. E é bom lembrar que o Brasil também é  
1523 signatário da convenção para não emissão de poluentes orgânicos e  
1524 persistentes. Então, é importante que nós estejamos alerta a isso. Vamos ter  
1525 movimentações nacionais a esse respeito, principalmente no que diz respeito  
1526 aos senhores catadores de materiais recicláveis, que certamente vão perder  
1527 seu trabalho, e nós vamos queimar lixo contra a legislação de que o próprio  
1528 Brasil é signatário. E hoje nós ouvimos falar aqui que o Brasil quer ser  
1529 cumpridor das suas convenções internacionais. E a respeito do que foi dito aqui  
1530 hoje também, o Paraná se alinha, esperamos contar com o apoio do Ministério,  
1531 para que possamos banir também o uso das sacolas plásticas, já que o Estado  
1532 do Paraná teve grandes movimentações em relação a isso. Estamos dispostos  
1533 a ombrear tanto como aqueles que querem colaborar com o Ministério e  
1534 principalmente com a sociedade paranaense, que está disposta a colaborar na  
1535 melhoria das condições de vida do nosso Brasil. Muito obrigado.

1536

1537

1538 **SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Senhor  
1539 coordenador, conselheiras, conselheiros, visitantes, um assunto rápido para,  
1540 aliás, como tem que ser pelo Regimento Interno, tanto o passado quanto o  
1541 atual, e a questão das energias e a questão do meio ambiente. Nós  
1542 poderíamos comentar a questão das usinas nucleares, poderíamos comentar  
1543 que o Brasil disputa hoje com a China quem vai ter a maior usina hidrelétrica

1544do mundo: se Itaipu, se a da China, ou agora essa em construção complicada,  
1545que é a questão de Belo Monte, mas que, segundo os técnicos oficiais, poderá  
1546gerar cerca de 11 gigawatts, 10% da produção total que o Brasil tem de energia  
1547elétrica. Lembrar que no mundo inteiro o percentual de 18% que é produzido  
1548de energia elétrica pelo sistema hidroelétrico, e que esse número no Brasil, só  
1549para facilitar as contas, é da ordem de 72%. Eu sei que não são 72%, mas só  
1550para facilitar 18 vezes 4, para lembrar que o Brasil tem uma posição  
1551privilegiada na questão da geração da energia elétrica pelo processo de  
1552hidroelétrica. Eu queria comunicar a este Plenário que nós do Ponto Terra  
1553vamos realizar em Minas, agora, dias 28 e 29, um seminário tratando  
1554exatamente dessa questão, inclusive da questão do licenciamento ambiental.  
1555Talvez as pessoas não conheçam, mas os funcionários do Ibama, bons  
1556funcionários de uma maneira geral, têm um trabalho interessante sobre a  
1557questão do verdadeiro licenciamento ambiental. É bom que as pessoas  
1558entendam isso. Então, nós vamos conversar sobre a geração hidroelétrica,  
1559lógico, a geração eólica, com a participação da CEMIG, a geração da  
1560bioeletricidade, a geração solar fotovoltaica, que o Brasil precisa investir cada  
1561vez mais, de fato e de direito, para que este País tenha uma matriz energética  
1562cada vez mais moderna e menos poluidora. Então, o Ponto Terra vai discutir  
1563essa questão nos dias 28 e 29 de novembro lá em Belo Horizonte. Eu queria  
1564comemorar que eu quero fazer uma entrega ao Dr. Volney, simbolicamente,  
1565para representar que Conama está sendo convidado para tomar conhecimento  
1566deste seminário. E que haverá uma palestra no primeiro dia, uma palestra  
1567magna de um representante ou de uma representante do Ministério do Meio  
1568Ambiente, que vai falar para nós exatamente sobre essa questão de  
1569licenciamento ambiental em usinas hidroelétricas. Muito obrigado.

1570

1571

1572**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Ronaldo. Então,  
1573dando divulgação ao Seminário de Energias e Meio Ambiente nos dias 28 e 29  
1574de novembro, no auditório da Federação das Indústrias de Minas Gerais.  
1575Então, está à disposição como o Dr. Ronaldo já informou. O próximo que nós  
1576temos na tribuna livre é a Donizete, Ecodata.

1577

1578

1579**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Sr. Presidente, senhoras e  
1580senhores Conselheiros, nós realizamos na semana passada um seminário  
1581sobre economia verde no Cerrado e já entregamos a Ministra um documento e  
1582também em forma de moção. E um dos pontos principais que discutimos nesse  
1583seminário é a criação de um marco regulatório para o Cerrado. Essa é uma  
1584iniciativa junto com a frente parlamentar ambientalista, já está sendo adota pela  
1585própria discussão do Código Florestal, que sabemos que está extremamente  
1586negativa. O encaminhamento do ponto de vista do nosso entendimento  
1587ambiental, as discussões acontecendo do Código Florestal, entretanto, uma  
1588das questões é a definição das leis para o bioma. E o bioma Cerrado é um dos  
1589biomas que nós entendemos que merece um cuidado especial em função do  
1590alto grau da pressão que está acontecendo nesses últimos anos. Além disso,  
1591eu gostaria de fazer aqui um apelo ao Governo Federal e ao Congresso  
1592Nacional pelo instrumento que estão adotando agora na contramão do que a  
1593Ministra falou aqui hoje, que as questões ambientais devem ser debatidas

1594democraticamente, através de medida provisória reduzindo as áreas das  
1595unidades de conservação. O Cerrado que há mais de 50 anos, a minha idade  
1596exatamente e um pouco mais, que não se cria uma unidade de conservação de  
1597proteção integral no Cerrado. E o que nós estamos vendo agora é que através  
1598de Medida Provisória estão reduzindo as áreas de unidade de conservação,  
1599tanto na região do Cerrado como na Amazônia. Eu gostaria que os colegas que  
1600se manifestarem recusando essa forma que o Governo está adotando de  
1601Medida Provisória para redução de unidades da conservação, sem a discussão  
1602nos ambientes técnicos e sem, inclusive, a participação da sociedade civil, que  
1603se manifeste de pé aqui para repudiar essa atitude do Governo. (*A Plenária se*  
1604*pôs em pé*). Obrigado.

1605

1606

1607

1608**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu trago aqui três  
1609preocupações. A primeira delas é o que nós consideramos como a moda  
1610primavera-verão dos incineradores no Brasil pipocando para todo o lado, com  
1611pouco critério de avaliação de impacto ambiental, em regiões ambientalmente  
1612saturadas e sem muito critério de avaliação de impacto ambiental. Então, eu  
1613acho que o Conama deveria fazer uma discussão sobre a perspectiva da nova  
1614onda de incineradores que se lançam aí principalmente sobre regiões como  
1615São Paulo e outros Estados. E isso está ocorrendo à mercê da perspectiva de  
1616mercado, das alternativas econômicas, e não do ponto de vista ambiental.  
1617Inclusive, está sendo uma grande preocupação para o movimento nacional de  
1618catadores e outras cooperativas que têm a sua subsistência voltada para essa  
1619área de resíduos. A segunda questão é o Rodoanel Metropolitano Mário Covas  
1620que foi objeto de uma representação ao Banco Interamericano de  
1621Desenvolvimento. Pedimos que Banco reconsiderasse que a proposta do  
1622Rodoanel Trecho Norte contraria as salvaguardas do Banco Interamericano de  
1623Desenvolvimento e, portanto, o Banco não poderia portar os recursos para o  
1624Rodoanel. O Banco está examinando; pediu um prazo maior até 16 de  
1625dezembro para nos dar a resposta. E nesse processo do Rodoanel, eu queria  
1626registrar aqui a posição tímida do Ibama, que não teve tempo para avaliar o  
1627estudo de impacto ambiental, mas mesmo assim anuiu. Disse que não teve  
1628tempo, mas anui. Em função da gravidade do problema do Rodoanel, nós  
1629representamos também a Comissão de direitos humanos da organização dos  
1630Estados americanos. Está conosco aqui o Dr. Ricardo Stanziola, especialista  
1631na área de Direitos Humanos, que está nos ajudando nesse processo. O caso  
1632do Rodoanel é um caso de licenciamento ambiental, o trecho Norte, tão  
1633problemático, que nós optamos por desaforar o processo. Nós estamos  
1634pegando com o Rodoanel fora o Brasil. Isso é um absurdo porque não nos  
1635socorreu até o último instante os instrumentos que a sociedade dispõe de  
1636licenciamento ambiental. A terceira questão diz respeito ao Ibama, e nós  
1637estamos fazendo um apelo para que o Ibama seja extremamente rigoroso com  
1638relação à avaliação de impacto ambiental, da ampliação do porto de São  
1639Sebastião no Estado de São Paulo. As audiências públicas ocorrerão pelo  
1640Ibama no dia 7 de dezembro, na cidade de São Sebastião, e dia 08 em Ilha  
1641Bela. O estudo de impacto ambiental subvenciona as questões biofísicas,  
1642bioquímicas, as comunidades vulneráveis, ou seja, ele não dá conta da  
1643realidade. E, nesse sentido, há uma preocupação de que haja essa forte

1644atenção por parte do Ibama, no sentido de corrigir e atuar para que nós  
1645tenhamos realmente um estudo de impacto ambiental isento, e que dê conta  
1646dos ambientais da área. Obrigado.

1647

1648

1649**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, doutor Bocuhy. Eu vou  
1650passar para a Dr<sup>a</sup>. Adriana fazer alguns informes.

1651

1652

1653**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Nós temos ainda um  
1654conselheiro novo aqui no Conama, que não estava incluído naquela lista, mas  
1655nós fazemos agora a retificação, que é o Grayton Tavares Toledo. Eu pediria  
1656para ele se levantar. É o secretário de Meio Ambiente do Amapá. Bem vindo  
1657Grayton. Eu queria aproveitar e fazer um convite à Plenária. Nós temos hoje à  
1658noite, às 19h30, a entrega do prêmio Chico Mendes. É um prêmio que todo ano  
1659o Ministério do Meio Ambiente faz contemplado uma série de categorias. Este  
1660ano, os premiados vão desde o Ministro do STJ, Gilson Dipp, o procurador da  
1661república, Daniel César Azeredo, e várias ONGs que, de alguma maneira,  
1662atuaram fortemente na Amazônia, e por isso ganharam esse prêmio pelo  
1663trabalho desenvolvido na área socioambiental. A premiação vai ser às 19h30,  
1664aqui no Centro Comunitário da UnB, muito perto daqui. O ano passado, muitos  
1665de nós fomos porque coincidiu com a 100<sup>a</sup> Reunião Plenária do Conama, e  
1666houve uma homenagem conjunta aos Conselheiros mais antigos e aos  
1667premiados do Chico Mendes. Eu só peço que o Conselheiro que se interessar  
1668na entrega desse prêmio, até umas 5h mais ou menos, converse com a Rúbia,  
1669que é uma servidora nossa que está ali fora, porque nós vamos informar onde  
1670é e passar o quantitativo de Conselheiros que vão para a organização do  
1671evento.

1672

1673

1674**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Passamos agora ao próximo  
1675ponto na reunião, que trata da apresentação à mesa de pedido de inversão de  
1676pauta, retirada de matéria e por escrito os requerimentos de urgência,  
1677propostas de moção e recomendação. A mesa recebeu algumas moções. Nós  
1678ainda, considerando que quando saiu a convocação, não havia sido publicado  
1679no Regimento, nós deveríamos receber as moções nessa reunião ainda,  
1680porque não teria como disponibilizar 18 dias antes, como está previsto no  
1681Regimento. Nós só vamos pedir que estas moções, que entram aqui em caráter  
1682ordinário, tem duas moções que está se pedindo urgência para que sejam  
1683avaliadas nessa reunião, tem outras que são em caráter ordinário, essas que  
1684entram nesse caráter ordinário nós vamos registrar e elas passam para o final  
1685da fila. Nós temos quinze moções para amanhã, essas aqui entram. E nós  
1686pedimos que essas moções, se elas não forem analisadas nessa reunião, que  
1687elas sejam rerepresentadas na próxima reunião de acordo com Regimento, que  
1688nós tínhamos combinado sobre isso. Então, eu peço para a Adriana que leia o  
1689recebimento dessas moções, só para identificar.

1690

1691

1692**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Uma delas, recomenda ao  
1693Ibama a suspensão das LPs e LIs da hidrelétrica do Estreito de Amarante e

1694São Francisco. Da hidrelétrica de Cachoeiros Floriano, Barão de Grajaú, bem  
1695como hidrelétrica de Ribeiro Gonçalves, no Piauí, Uruaçu, Castelhana de  
1696Palmeiras, enfim, suspensão de LI. A outra, porque às vezes as moções são  
1697enormes, encaminha uma proposta para que os doze secretários de Meio  
1698Ambiente do Cerrado, governadores e parlamentares tomem alguma  
1699providência quanto à questão saída do seminário da agroextrativismo no  
1700Cerrado. Eu estou tentando só dar o assunto porque às vezes elas não estão  
1701com o tema tão colocado. A Outra é a uma moção de apoio às ações Polícia  
1702Federal na questão do derramamento da Chevron. A uma moção é uma moção  
1703de solidariedade à comunidade Cajauá, Guarani, quanto a uma questão dos  
1704atingidos por barragens. Será que é isso? Não, eu vou ter que ler isso aqui,  
1705Volney. Uma comunidade indígena, Caiuá, Guarani, do acampamento Tecona  
1706Guavari, no município de Amambaí, no Mato Grosso do Sul, sofreu no dia 18 o  
1707ataque de cerca de 40 pistoleiros encapuzados. A ONG Amaringá pede uma  
1708moção de solidariedade a esta comunidade. Pronto. Aí uma outra: também  
1709uma moção de solidariedade ao movimento dos atingidos por barragens, para  
1710que eles continuem a dialogar com o Governo Federal e impedir um retrocesso  
1711na regulamentação desse setor. A outra diz respeito também a uma moção de  
1712solidariedade da empresa Thyssen Krupp, aos pesquisadores dela, da Thussen  
1713Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico. São pesquisadores da Fiocruz,  
1714para que eles continuem realizando um trabalho que denuncia os efeitos dessa  
1715metalúrgica. São essas que nós recebemos.

1716

1717

1718**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então, está registrada a entrada  
1719do recebimento pela mesa dessas moções, o recebimento na lista que deverá  
1720ser apreciada amanhã. E nós temos aqui duas moções, sendo que uma delas  
1721tem pedido de urgência e também de inversão de pauta, e a outra também,  
1722pedido de urgência e inversão de pauta. As duas são de autoria do Dr.  
1723Francisco. É isso? Primeira aqui é relacionada à Chevron, é assinada pelo Dr.  
1724Francisco, e a segunda... Só um pouquinho que eu vou organizar. Então, nós  
1725recebemos esses dois pedidos de moção com pedido de urgência, então  
1726baseado no art. 13 do § 3º, e que excepcionalmente a proposta de moção  
1727poderá ser apresentada e apreciada durante a reunião do Plenário, desde que  
1728sua urgência seja reconhecida pela maioria simples dos conselheiros. Então,  
1729essas duas urgências, para que sejam avaliadas nessa reunião, deverão ser  
1730votadas a sua urgência, e depois tem o pedido de inversão de pauta. Eu vou  
1731aproveitar só, que eu tenho já uma outra que é um pouco mais simples, que o  
1732requerimento de urgência. E eu acho que vai ser um pouco mais simples de  
1733analisar e depois entra nessas duas moções. Nós temos um requerimento de  
1734urgência também do Governo do Estado do Pará, que propõe urgência para  
1735apreciação da proposta de recomendação ZEE Leste e Calha Norte do Pará.  
1736Então, nós temos três pedidos de urgência na mesa e que eu vou organizar  
1737agora o processo de discussão, e que a Plenária deverá se pronunciar. No  
1738caso de aprovação por maioria simples, essas matérias deverão ser analisadas  
1739nesta reunião. É claro que depois tem uma questão mais de inversão de pauta,  
1740que nós analisaremos mais adiante, contratadas essas resoluções específicas.  
1741Eu vou propor que nós comecemos pela avaliação do requerimento de  
1742urgência do Governo do Estado do Pará. Eu não sei quem que vai fazer a  
1743defesa desse pedido de urgência. Por favor, nós temos lá o representante e

1744Conselheiro Rubens Sampaio. Então, eu peço que ele rapidamente  
1745contextualize a razão do pedido de urgência, e logo em seguida nós podemos  
1746pedir algum esclarecimento ao Dr. Rubens e, se for o caso, nós organizamos já  
1747o processo de deliberação. Por favor. O senhor tem 3 min.

1748

1749

1750**O SR. RUBENS SAMPAIO (GOVERNO do PARÁ)** – Bom tarde, senhoras e  
1751senhores. Primeiro lugar eu quero agradecer aos Estados que assinaram aqui  
1752o nosso apelo da urgência, nesse caso, o Estado de Roraima, Amapá,  
1753Amazonas, Goiás, Rio de Janeiro e Ceará. Bom, em primeiro lugar, eu quero  
1754falar a respeito do problema do Estado do Pará. Nós temos uma população  
1755muito grande na zona rural. O Pará está dividido em três áreas de zoneamento.  
1756O primeiro foi aprovado, que é o da BR 163, o zoneamento da BR 163 foi  
1757aprovado. E agora ficou pendente ante o da Calha Norte e Banda Leste. Existe  
1758uma população nessas duas áreas do zoneamento que giram em torno do 1,5  
1759milhão de habitantes. A população, a maioria é de agricultores familiares. Nós  
1760temos, só na Região Sudeste do Pará, em torno de 503 assentamentos da  
1761reforma agrária. São milhares de famílias que estão dependendo dessa  
1762aprovação, análise e aprovação, se possível, da proposta do Estado do Pará  
1763com relação ao zoneamento. São pessoas, são famílias, que a maioria estão  
1764abaixo da linha de pobreza. São milhares de famílias. Muitas dessas famílias  
1765vindas de outras unidades da Federação, principalmente do Nordeste e do  
1766Centro-Oeste, são nossos irmãos. E nós abraçamos essas famílias lá, e nós  
1767estamos precisando direcionar as atividades que já estão consolidadas nessas  
1768áreas. A partir daí, essas famílias, após a aprovação do zoneamento, vão ter  
1769acesso ao crédito, acesso às políticas governamentais. Então, o meu apelo aos  
1770Conselheiros é que nós votemos o mais rápido possível, porque o Estado do  
1771Pará vive um momento de conflito histórico, conflito pela terra, e tudo isso  
1772passa pelo ordenamento territorial e ambiental, e o zoneamento faz parte disso.  
1773Então, o meu apelo é que nós votemos o mais rápido possível a isso. Eu  
1774agradeço aos senhores. Muito obrigado.

1775

1776

1777**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Rubens. Algum  
1778esclarecimento em relação a essa solicitação de pedido de urgência?

1779

1780

1781**A SRª. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Esse processo do ZEE da  
1782Calha Norte, do Estado do Pará deu entrada no Conama, e esse já é um  
1783assunto para a Câmara Técnica de Gestão Territorial, Unidades de  
1784Conservação e demais áreas protegidas. Ele já passa por essa Câmara e, em  
1785seguidas, passa pela Câmara Jurídica, para chegar à Plenária.

1786

1787

1788**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Então, todos esclarecidos? Em  
1789regimento de votação. Eu pergunto se aqueles que estão de acordo com a  
1790proposta de urgência solicitada pelo governo do Estado do Pará, por favor,  
1791senhoras e senhores conselheiros, levantem os seus crachás. Obrigado.  
1792Solicito que aqueles que são contrários à proposta de urgência levantem os  
1793seus crachás. Abstenções? Por contraste, está provado o pedido de urgência

1794para o ZEE do Pará. Nós temos agora uma segunda moção. Essa moção aqui  
1795trata do projeto de lei que foi aprovado no Congresso, o PLC 01 agora, e eu  
1796acho que foi enviada para sanção dia 18. Eu pergunto quem é que faz a defesa  
1797dessa proposta de moção, justificando o pedido de urgência e também já  
1798justifica a questão de pedido de inversão de pauta, que eu devo votar já...  
1799Havendo o pedido de urgência ter sido aprovado, nós votamos depois o pedido  
1800de inversão de pauta.

1801

1802

1803**O SR. MARCELO PRETTO MOSMANN (INGÁ)** – Senhores Conselheiros, boa  
1804tarde. Foi pouco divulgado na mídia nacional, embora houvesse um  
1805pronunciamento da Ministra, a cerca do Projeto de Lei da Câmara nº 1 de  
18062010, que foi aprovado no Senado no dia 26 de outubro de 2011. E esse  
1807projeto já foi remetido para Sessão Presidencial no dia 18 de novembro,  
1808conforme informação que consta atualizada no site da Câmara. Esse projeto,  
1809esse é o ponto específico que já foi objeto de manifestação da Ministra, ele  
1810retira a competência fiscalizatória do Ibama sobre os Estados e retira também a  
1811competência fiscalizatória dos Estados sobre os municípios. Quer dizer, é um  
1812projeto que altera profundamente a organização do Sistema Nacional do Meio  
1813Ambiente; altera profundamente e totalmente uma lógica é uma ordem que já  
1814está pacífica já na doutrina, na jurisprudência nacional, aceita pelo Supremo  
1815Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, jurisprudência dominante; e  
1816que realmente padece de absoluta inconstitucionalidade e fragiliza em absoluto  
1817a ação do Ibama, a ação dos Estados e, enfim, o sistema de proteção  
1818ambiental nacional. A nossa proposta é recomendando solicitando a Sr<sup>a</sup>.  
1819Presidenta da República que vete esses dispositivos dessa lei complementar.  
1820Bem, o pedido de urgência, e essa é a questão no momento, se deve ao fato  
1821de que, como foi encaminhado o projeto para sanção no dia 18, e o prazo para  
1822esse veto é de 15 dias, segundo a Constituição Federal, esse prazo se  
1823encerrará em dezembro. E se aguardarmos até a reunião de março, já não  
1824haverá qualquer produtividade ou qualquer utilidade nessa moção. Por isso o  
1825pedido de urgência. E o pedido de inversão de pauta é porque a aprovação das  
1826moções é o último ponto de pauta da reunião e, possivelmente até lá, e essa,  
1827se não houver a inversão de pauta, entraria ainda como a última das moções.  
1828E temos outras já, mais de 10 na pauta. Então, caso os Conselheiros não  
1829venham a aprovar o pedido de inversão de pauta de urgência, essa matéria vai  
1830ficar prejudicada e, desse modo, sequer será analisada. Então, pedimos que  
1831seja aprovado o pedido para nós analisarmos o mérito e podemos deliberá-la.  
1832Obrigado.

1833

1834

1835**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Quais são os termos que  
1836estão na moção. As entidades signatárias formulam a presente moção. A  
1837excelentíssima Sr<sup>a</sup>. Presidente da República, solicitando que sejam vetados o  
1838art. 7º inciso XIII, art. 8º inciso XIII e art. 9º inciso XIII, § 2º inciso II, do Projeto  
1839de Lei de Câmara nº 1. Eu não sei se todos têm clareza do que significa o que  
1840está solicitado nessa moção, mas de qualquer jeito, tem um aspecto que talvez  
1841seja interessante nós já vermos, é a questão da relevância ou não desse  
1842processo, para ser avaliado em caráter de urgência. Então, eu pergunto se  
1843alguém gostaria de algum esclarecimento em relação ao próprio proponente da

1844moção. Porque assim, em primeiro ponto é que nem todos têm noção do que  
1845tem nesses artigos e incisos, talvez alguém queira fazer algum pedido de  
1846esclarecimento em relação a isso. E depois, tendo esclarecido, nós entramos  
1847na discussão da relevância e urgência dessa matéria. Quem quer? Valtemir,  
1848CNM.

1849

1850

1851**O SR. VALTEMIR BRUNO GOLDMEIER (CNM)** – eu entendo que para esse  
1852assunto poder ser apreciado em Plenária, até em inversão de pauta ou a  
1853votação de urgência, haveria necessidade de o Governo colocar na tela artigo  
1854por artigo que está sendo denominado aí, porque senão a votação vai se dar  
1855no escuro; não se sabe o que está se votando; em segundo lugar, lembrar para  
1856todos aqui presentes que existe uma predisposição, segundo as negociações  
1857que nós fizemos nos últimos anos, e esse é o último projeto do PAC 1 que foi  
1858votado, o último. Portanto, o País carece de termos essa legislação aprovada.  
1859Então, é necessário, Volney, que houvesse por parte do Ministério do Meio  
1860Ambiente, e segundo algumas informações e diálogos que nós mantivemos, de  
1861que existe por parte do Ministério do Meio Ambiente uma predisposição de  
1862vetar esse artigo. Então, dentro desse contexto, eu entendo que essa matéria  
1863só pode ser votada com esclarecimento em Plenária e, por outro lado, e é  
1864opinião pessoal minha, eu entendo que não há necessidade de votação dessa  
1865moção porque o próprio Ministério do Meio Ambiente já tem feito esse  
1866esclarecimento. E por fim, deixar bem claro que nós municípios não aceitamos  
1867fiscalização dos Estados sobre os municípios e não aceitamos a fiscalização do  
1868ente Governo Federal sobre os municípios. Nós três somos entes federados.  
1869Quem nos fiscaliza é Tribunal de Contas, é Ministério Público. São as  
1870instituições existentes, e não querer nos tratar como filho e irmão menor e ter  
1871que ser fiscalizado por meio mundo, Deus e bem quem o quiser. Então, deixar  
1872isso bem claro e registrado em Plenário, porque senão nós voltamos à  
1873República Velha, onde os municípios são tratados, e não como entes  
1874federados como merecem.

1875

1876

1877**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só vou deixar um  
1878esclarecimento, que o Ministério do Meio Ambiente está desenvolvendo uma  
1879posição, está elaborando um parecer que vai ser encaminhado à Casa Civil  
1880para ser cotejado com outros pareceres do próprio Governo, mas assim, não é  
1881uma decisão só do MMA, é uma decisão que se dá no âmbito do Governo, e a  
1882presidente deverá tomar decisão em cima dessa sua avaliação. O que me  
1883parece aqui um pouco difícil é nós avaliarmos a relevância dessa temática com  
1884uma complexidade que tem nesse processo, que nem todos estão dominando  
1885aqui. Então, nós não podemos ficar discutindo essa Resolução o tempo todo,  
1886nós vamos ter que ver a possibilidade de esclarecer e de ver, na medida em  
1887que a Plenária entender que é relevante e que vale a pena discutir mais esse  
1888aspecto, ela votará à urgência e ela passará a ter uma priorização na pauta,  
1889que é uma outra discussão, que daí nós vamos discutir questão de inversão e  
1890em que lugar da pauta ela vai.

1891

1892

1893 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (Ponto Terra)** – Sr. Presidente,  
1894 no instituto de tentar ajudar, o senhor sabe, eu fui Deputado anos e anos.  
1895 Quanto mais informações a pessoa que for vetar ou sancionar tiver, melhor.  
1896 Pelo que eu estou entendendo, o que o Dr. Marcelo está pedindo é apenas  
1897 para que a posição das duas entidades chegue à Presidência da República.  
1898 São mais informações que a presidenta Dilma vai ter para sancionar ou vetar.  
1899 Então, não vejo necessidade de entrar em detalhes A B ou C, artigo tal, item  
1900 tal, inciso tal ou qualquer coisa nesse sentido. O que nós podemos fazer, na  
1901 minha opinião, é votarmos tanto o pedido de urgência e a questão também do  
1902 mérito da proposição, para que essa informação chegue à Presidência da  
1903 República, nada mais do que isso. Quanto mais informações a presidenta  
1904 Dilma tiver, melhor, para sancionar ou vetar determinado artigo. Apenas isso  
1905 que eu deveria falar. Trata-se de processo, e não de mérito de uma questão ou  
1906 outra.

1907

1908

1909 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Eu vou tentar simplificar um  
1910 pouco essa discussão aqui, porque depois, se houver a aprovação da  
1911 relevância, nós vamos discutir o mérito de uma forma mais detalhada desse  
1912 processo. A minha proposição é que, vamos dizer, em cima as informações  
1913 que foram prestadas tanto pelo Valtemir quando pelo Marcelo e Dr. Ronaldo,  
1914 nós temos de construir uma convicção no sentido da relevância ou não de ser  
1915 avaliado com urgência essa moção. Se houver o entendimento for de que a ela  
1916 deverá ser dada urgência, depois nós discutimos a questão da pauta logo em  
1917 seguida. Pode ser assim? Podemos encaminhar? Então, eu consulto a Plenária  
1918 em regime de votação. Aqueles que são favoráveis de encaminhar a moção à  
1919 presidente da República, solicitando vetos do projeto de lei complementar que  
1920 foi recentemente aprovado. Votar o regime de urgência, estou explicando, votar  
1921 porque eu estou explicando qual é a moção, certo? Nós vamos votar a  
1922 urgência. Aqueles que são favoráveis à urgência para esta moção, que é o que  
1923 eu estava descrevendo aqui, eu solicito que levantem os seus crachás,  
1924 favoráveis à moção, à urgência. Obrigado. Aqueles que são contrários à  
1925 urgência. Por contaste, solicito que sejam as abstenções. Foi rejeitada a  
1926 urgência. Está claramente aqui pelo contraste. Com isso, cai, vamos dizer  
1927 assim, essa solicitação aqui dessa moção, e ela entra na fila normal das outras  
1928 moções.

1929

1930

1931 **O SR. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (MPA)** – Eu peço que retirado, na  
1932 medida em que até a próxima reunião Plenária já não haverá qualquer utilidade  
1933 na aprovação dessa moção.

1934

1935

1936 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Então retirada. Bom, nós  
1937 temos uma outra moção proposta pelo Dr. Francisco Soares, relacionada ao  
1938 vazamento de óleo da plataforma operada pela companhia Chevron na bacia  
1939 de Campos. Dr. Francisco, o senhor tem 3 min para apresentar.

1940

1941

1942 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – O Brasil todo está  
1943 sabendo desse vazamento de óleo que aconteceu na plataforma operada pela  
1944 Companhia Chevron, na Bacia de Campos. O desastre ambiental tão grande, a  
1945 repercussão tão grande, que a mancha já atingia há uns quatro dias 162km<sup>2</sup>. E  
1946 mais ainda, ocorreu a 5km da costa do Rio de Janeiro. E mais, essa região é  
1947 um local onde ocorre, é considerada a região de migração de baleia jubarte, do  
1948 golfinho-pintado-do-atlântico e o golfinho-nariz-de-garrafa. Nós sabemos  
1949 também que o Ibama ou os órgãos, a Agência Nacional de Petróleo, estão  
1950 tomando as suas providências cabíveis, mas este Conselho, o Conselho  
1951 Nacional de Meio Ambiente, tem que dar uma resposta que está  
1952 acompanhando e está vigilante. Embora nós saibamos que a multa máxima  
1953 que pode ser aplicada são de R\$ 50.000.000,00 nós estamos ratificando, mas  
1954 só a multa em si não resolve o problema, porque nós temos outras  
1955 recomendações que deverão ocorrer através do Ministério do Meio Ambiente,  
1956 através da Agência Nacional de Petróleo, através do Governo do Estado do Rio  
1957 de Janeiro, e mais, ao Ibama. Então, a moção propõe que o Ibama faça  
1958 medidas, inclusive, pecuniária, e capazes de impedir novos acidentes  
1959 ambientais, referentes às empresas petrolíferas, que tenham controle rígido  
1960 sobre os vazamentos. E outra colocação: que as atividades pesqueiras foram  
1961 muito afetadas, que determina a empresa Chevron indenizar os pescadores  
1962 que foram prejudicados. Não só o governo, mas os próprios pescadores estão  
1963 prejudicados com esse desastre que aconteceu do vazamento. Então, este  
1964 Conselho precisa votar porque, se for votar em março, não tem mais sentido,  
1965 porque o óleo continua se diluindo, se espalhando dentro, e precisa. Nós  
1966 sabemos que os 50 milhões estão sendo aplicados. Nós estamos só ratificando  
1967 aquilo que o Ibama já deve estar fazendo e o Ministério deve se manifestar.  
1968 Porque a repercussão é internacional, e este Conselho não pode ficar omissos.  
1969 Daí a necessidade do pedido de urgência para votar essa moção que chegue  
1970 realmente ao Ibama, para tomar essas providências, e a Ministra se manifeste  
1971 respaldada com este Conselho.

1972

1973

1974 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Francisco. Só para  
1975 ler aqui. Existe uma série de considerandos, mas moção tem o seguinte  
1976 conteúdo: aprovar moção para que o Ibama: a) efetive medidas, inclusive  
1977 pecuniárias, capazes de inibir novos acidentes ambientais, visando com isso  
1978 que as empresas petrolíferas tenham controle mais rígido sobre os vazamentos;  
1979 b) mensure os danos, causas às atividades pesqueiras e determine a empresa  
1980 Chevron indenize os pescadores impactados. Eu queria só fazer uma  
1981 lembrança aqui, que a própria ministra, a Presidente deste Conselho, hoje pela  
1982 manhã, fez uma solicitação, dizendo que, enquanto nós estivéssemos no  
1983 processo de averiguação e investigação que estão sendo desenvolvidas  
1984 relacionadas a esse incidente, ela tinha solicitado que o Conama se absteve de  
1985 fazer maiores pronunciamentos, enquanto não tivesse concluído esse tipo de  
1986 investigação. No entanto, está apresentada aqui essa Resolução. Eu pergunto  
1987 se alguém gostaria de algum esclarecimento, de alguma manifestação, antes  
1988 de nós avaliarmos a relevância em relação à questão da urgência dessa  
1989 solicitação em relação a essa moção. O Ministério de Minas e Energia.

1990

1991

1992A SR<sup>a</sup>. **MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Bom tarde.  
1993Eu não sei se é de conhecimento dos senhores, mas diariamente está saindo  
1994um informe no site da Agência Nacional do Petróleo, informando todas as  
1995ações, os resultados que estão sendo encontrados, e que no final vai sair um  
1996relatório consolidado desse levantamento, dessas apurações. Então, eu só  
1997queria reforçar, hoje, a fala da Ministra Isabela, no sentido de que aguardemos  
1998todo esse trabalho que está sendo executado no âmbito das agências, do  
1999Ibama, para que o Conama se manifeste.

2000

2001

2002O SR. **VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Estão esclarecidos? Não sei  
2003se o Ibama quer fazer algum comentário. Então, em regime de votação.  
2004Aqueles que são favoráveis à urgência da moção, ao regime de urgência para  
2005que seja tratada a moção, por favor, se manifestem levantando os seus  
2006crachás. Aqueles que são contrários à urgência. Abstenções. Ok. Rejeitado o  
2007regime de urgência da moção. Dando seguimento. A questão das moções já  
2008está resolvida. Nós temos um pedido de retirada de pauta em relação à  
2009Resolução, à complementação da Resolução 417/2009. O Ministério do Meio  
2010Ambiente, foi o comunicado, solicita a retirada de pauta da Resolução relativa  
2011ao Estado do Rio de Janeiro, que não se conseguiu ainda fazer um acerto na  
2012questão técnica. Então, se retirará de pauta a avaliação, nessa reunião, ela  
2013deve voltar para a próxima reunião do Conama em março. O que se pede só é  
2014que o Estado do Rio de Janeiro apresente essas suas sugestões num prazo de  
201560 dias ao Ministério do Meio Ambiente. Então, se retira de pauta do Rio de  
2016Janeiro. São Paulo, como vocês sabem, está ainda na Câmara de Assuntos  
2017Jurídicos e deverá ter um tratamento específico, porque São Paulo tem uma  
2018lista. Nós, logo em seguida, deveremos voltar às questões relativas aos outros  
2019Estados, envolvendo Santa Catarina e os outros onze Estados. Então, o pedido  
2020foi retirado, nós estamos retirando de pauta ao MMA como a proponente essa  
2021minuta, proposta de Resolução, que trata da lista de espécies extratos  
2022funcionais de restinga. Eu acho que não precisa maiores discussões. (...) o  
2023Ministério do Meio Ambiente e o Estado do Rio de Janeiro. Isso retornará para a  
2024próxima reunião. Com isso, eu não sei se ficou alguma pendência de moção.  
2025Nenhuma? Ok. Então, vamos passar para a Ordem do Dia, Resolução 7.1.  
2026Então, trataremos ainda da complementação dessa matéria, complementação  
2027da Resolução 417/2009 que definiu a vegetação primária em estágios  
2028funcionais secundários de vegetação de restinga. Como eu já tinha  
2029mencionado anteriormente, essa matéria nós podemos encaminhar de duas  
2030formas. Eu vou tentar fazer o seguinte encaminhamento. Nós temos acordos aí  
2031com cerca de São Paulo, do Rio de Janeiro já foi retirado; São Paulo não  
2032chegou ainda a Plenário; Santa Catarina, o Ministério do Meio Ambiente tem o  
2033entendimento que tem uma lista e que cumpre plenamente, vamos dizer assim,  
2034os objetivos que essa Resolução estava propondo. Então, a ideia é que essa  
2035Plenária, uma vez que veio para a votação da Plenária, nós votemos aqui o  
2036arquivamento dessa proposta de Resolução. E a minha proposta seria que as  
2037outras 11, que Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Pernambuco,  
2038Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe sejam  
2039votadas em bloco, para que se aprove em bloco essas 11 Resoluções. Eu vou  
2040tentar fazer esse encaminhamento. Pode ser assim? Então, não sei eu pediria  
2041ao Ministério do Meio Ambiente que esclarecesse rapidamente a questão do

2042arquivamento da proposta de Resolução de Santa Catarina. E depois eu  
2043gostaria de usar a palavra. E em seguida, nós abrimos à deliberação.

2044

2045

2046**O SR. FELIPE (MMA)** – O arquivamento do Estado de Santa Catarina só se  
2047deve ao fato de Santa Catarina já ter uma Resolução com espécies indicadoras  
2048de restinga. E essa Resolução já era uma exceção prevista da Resolução 417  
2049do próprio Conama. Então, como essa Resolução já existia, e não havia  
2050obrigatoriedade de esse Estado ter uma nova Resolução, então Santa Catarina  
2051com o Ministério do Meio Ambiente pactuaram que já cumpria e não havia uma  
2052necessidade de uma nova Resolução, já que ela já estava em funcionamento.  
2053Por isso que nós pedimos mesmo o arquivamento do Estado de Santa  
2054Catarina.

2055

2056

2057**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Filipe. Algum  
2058esclarecimento adicional? Santa Catarina, ok? Então, eu gostaria que, em  
2059regime de deliberação, aqueles que são favoráveis ao arquivamento do  
2060processo da proposta de Resolução de que trata da lista de espécie de Santa  
2061Catarina, por favor, levantem os seus crachás. Obrigado. Aqueles que são  
2062contrários. Abstencões. Três abstencões. Então, foi aprovado o arquivamento  
2063dessa proposta de Resolução. Agora, a proposta que nós votemos em bloco,  
2064as outras 11, as outras propostas de Resolução que tratam da lista de espécies  
2065daqueles Estados que eu já citei. Por favor, o Ministério do Meio Ambiente  
2066pode fazer uma observação rápida sobre essa questão? Eu acho que houve o  
2067acordo entre os Ministérios, entre os diversos setores sobre o método dessas  
2068propostas de resolução que foram já disponibilizadas no site. Todos têm  
2069acesso a elas, tiveram acesso ao site em tempo hábil. A ideia seria agora nós  
2070deliberarmos sobre elas em bloco.

2071

2072

2073**O SR. FELIPE (MMA)** – As 11 Resoluções restantes foram, nós fizemos um  
2074trabalho de levantamento dessas resoluções porque era um compromisso já  
2075firmado desse Conama, e já imposto pela lei da Mata Atlanta. Estava na  
2076Resolução 417/09 do Conama e faltavam as espécies indicadoras do ambiente  
2077de restinga, ligadas ao bioma Mata Atlântica. Nós fizemos e sobre os auspícios  
2078também da ABEMA fizemos uma reunião de caráter técnico para justamente  
2079afinar com os Estados se as listas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente  
2080estavam consoantes à realidade desses Estados. E chegamos a bom termo e,  
2081finalmente hoje, com exceção do Rio de Janeiro, nós conseguimos viabilizar  
2082todas essas listas, com exceção evidentemente do Rio de Janeiro e o Estado  
2083de São Paulo que deve estar revendo a sua lista, dentro do seu próprio staff  
2084técnico, com o seu próprio staff técnico.

2085

2086

2087**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Esclarecidos todos?  
2088Podemos deliberar? Eu consulto a Plenária. Aqueles que são favoráveis à  
2089aprovação do texto das Resoluções dos 11 Estados que eu acabei de  
2090mencionar, por favor, levantem seus crachás. Obrigado. Aqueles que são

2091contrários. Abstenções? Três abstenções. Então, estão aprovadas as 11  
2092propostas de Resolução.

2093

2094

2095**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu gostaria de  
2096fazer a seguinte declaração de voto sobre essa questão. Nós temos dúvidas,  
2097muitas vezes, quanto aos subsídios técnico-científicos que são utilizados para  
2098darem uma possibilidade de voto consciente por parte dos Conselheiros.  
2099Então, a metodologia que o Ministério do Meio Ambiente utiliza, as fontes  
2100consultadas para que haja um subsídio como essa pauta específica, elas  
2101deixam dúvidas. Então nós gostaríamos muito em uma oportunidade próxima  
2102de discutir um pouco essa metodologia e essa forma que o Ministério utiliza  
2103para subsidiar as suas decisões. Obrigado.

2104

2105

2106**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Acho que não há problema. A  
2107Secretaria de Biodiversidade de Florestas está à disposição para discutir essas  
2108questões metodológicas. Passamos então ao 7.2, que esse aí é um ponto  
2109(espero que) mais tranquilo, que institui o calendário de reuniões ordinárias do  
2110Conama para 2002. Solicito que disponibilizem a proposta de calendário.

2111

2112

2113**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Bom, o calendário basicamente  
2114repete a lógica das plenárias. Nós temos que ter 4 plenárias no ano. E  
2115basicamente repete a lógica utilizada para este ano. Nós temos a primeira  
2116reunião, nossa proposta é que seja final de março, porque aí deu tempo de  
2117fazermos reuniões de Câmaras Técnicas em fevereiro e em março, comecinho.  
2118A segunda pode ser para metade, para o final do mês de maio, de forma que  
2119não comprometa as preparatórias da Rio+20. Então, com a nova data, nós  
2120vamos ter um mês que antecede a Rio+20, porque aí todo o Governo Federal  
2121de modo geral, e muitos dos Conselheiros que estarão envolvidos nessa outra  
2122reunião no Rio. E as outras duas basicamente repetem o que foi este ano. A  
2123minha pergunta aqui para a minha equipe técnica, porque isso nós vimos  
2124ontem à noite, era se nós não poderíamos, João, Renata, antecipar essa de  
2125setembro em uma semana, de forma que fica um pouquinho mais distante da  
2126de novembro. Então, eu queria que vocês dessem uma olhada no calendário  
2127agora, de forma que nós coloquemos essa nova proposta, se não tiver  
2128nenhuma objeção. Porque aí nós conseguimos um pouco de intervalo,  
2129ligeiramente maior entre a de novembro e a anterior. Elas estão muito  
2130próximas. Seria uma semana antes.

2131

2132

2133**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Francamente, eu não vejo razão  
2134para isso. Nós temos dois meses, março, abril e maio, são três. (*Intervenção*  
2135*fora do microfone. Inaudível*). Uma semana? Ok. Eu quero saber o seguinte:  
2136qual é a sua proposta? Seria a última semana de agosto? Então, nós temos  
2137uma proposta original. A mesa não vai ficar apresentando grandes  
2138modificações aqui. A última semana de agosto, e essa proposta aqui de 26 a  
213927 de setembro. Não sei se há alguma discordância em relação às outras  
2140datas. Ok. Então, eu pergunto se alguém é contrário a essa proposta que a

2141CNM está trazendo. Alguém é contrário a essa proposta de antecipar em um  
2142mês, passando para quais os dias? Em de 26 e 27 de setembro, 29 e 30 de  
2143agosto. Porque nós vamos ter, na realidade, a minha preocupação aí, Valtemir,  
2144é que nós vamos ter maio, depois nós temos junho, com a Rio+20, depois  
2145julho. Você tem um período praticamente de recesso, e logo em seguida, um  
2146mês, você vai ter praticamente um mês de atividade de Câmara Técnica, para  
2147poder ter uma outra Plenária em seguida. É quase como se fosse uma  
2148extraordinária. Eu acho um pouco complicado, mas eu vou consultar, claro. Eu  
2149estou só fazendo essas observações aqui. Alguém tem alguma consideração  
2150em relação a essa proposta da CNM? Alguém é contrário? Porque, se ninguém  
2151foi contrário, eu vou considerar como unanimidade a proposição da CNM.

2152

2153

2154**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Volney, eu ressalto a  
2155dificuldade operacional que nós vamos ter, como você lembrou realmente.  
2156Difícil convocar as Câmaras Técnicas e ter assunto entre a de maio e essa final  
2157de agosto, porque julho nós costumamos ter problema de quórum.

2158

2159

2160**O SR. MÁRCIO FEITAS (Ibama)** – É simples. Se há esse impasse, e acho que  
2161os dois argumentos são consistentes, tanto a data de final de setembro fica  
2162próxima da eleição municipal, como a de final de agosto fica próxima, não dá  
2163tempo de preparação, tente-se um meio termo, que seria efetivamente a  
2164primeira, segundo semana de setembro. Seria uma alternativa para tentar  
2165auxiliar essas duas datas críticas aí.

2166

2167

2168**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Então, o Ibama faz uma  
2169proposta de segunda semana de setembro. Seria quando? 12 e 13 de  
2170setembro. Ok? Então, é o seguinte: nós derrubamos a primeira... Retira? Certo.  
2171Ficamos com 12 e 13 de setembro. Podemos aprovar o calendário com essa  
2172nova previsão, esse novo cronograma de datas? Então, eu pergunto aqueles  
2173que são favoráveis a esse novo calendário, fazendo essa distribuição, 12 e 13  
2174de setembro de 2012, levante o seu crachá. Obrigado. Aqueles que são  
2175contrários? Abstenções? Ok. Aprovado o novo calendário, registrando que a  
2176107<sup>a</sup> será realizada nos dias 12 e 13 de setembro de 2012. Passamos ao  
2177próximo ponto de pauta. Proposta de Resolução. Revisão da Resolução  
2178402/2009, no que tange à tabela III, limites máximos de emissão de CO  
2179corrigido e hidrocarboneto corrigido.

2180

2181

2182**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Nós estamos  
2183pedindo vistas a esse processo, em razão de uma série de questões que foram  
2184levantadas pela área técnica do Sistema de Meio Ambiente de São Paulo, que  
2185aponta através de parecer que haveria uma redução significativa dos limites de  
2186em emissão de CO. E se essa Resolução for aprovada na forma como ela se  
2187apresenta hoje, nós teríamos valores de CO aprovados pelo Conama 800%  
2188mais flexíveis do que o padrão europeu. Por esse motivo, nós estamos  
2189formalizando o pedido de vistas.

2190

2191

2192 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Proam pediu vistas.

2193

2194

2195 **O SR. LUTTI (Planeta Verde)** – Planeta Verde também está com pedido de  
2196 vistas, além das razões colocadas pela PROAM, também pelo fato de estar,  
2197 pode estar acontecendo dentro do Conama um retrocesso extremamente  
2198 grave. Então, o Planeta Verde quer analisar com mais cuidado.

2199

2200

2201 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – pedido de vista também para o  
2202 Planeta Verde. ANAMMA Nacional pede a palavra.

2203

2204

2205 **A SR<sup>a</sup>. JUSSARA CARVALHO (ANAMMA NACIONAL)** – Prevendo essa  
2206 situação, nós da ANAMMA junto com a ABEMA e discutindo com o MMA,  
2207 trazemos à análise de vocês e propomos a análise tendo por referência o § 3º  
2208 do art. 18, pedindo emergência para uma alteração nessa Resolução, uma vez  
2209 que alguns Estados ou municípios que já operam o Sistema de Inspeção  
2210 Veicular ficariam prejudicados, porque estariam sujeitos a esta Resolução a  
2211 partir de agora, 26 que é semana que vem, que é o prazo dessa etapa. Então,  
2212 nós trazemos aqui uma alternativa de Resolução para contemplar  
2213 especialmente o município de São Paulo, que estaria nessa situação. Eu posso  
2214 ler, Dr. Volney?

2215

2216

2217 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Apresente essa proposta. Na  
2218 realidade, o que vocês estão pedindo aqui é que seja avaliado, tendo em  
2219 considerado o pedido de vista, e que já não vai ser discutido o mérito da  
2220 Resolução, que vocês apresentam uma nova proposta para que seja avaliada  
2221 pela Plenária. Então, eu gostaria que vocês apresentassem para que nós  
2222 soubéssemos do que se trata.

2223

2224

2225 **A SR<sup>a</sup>. JUSSARA CARVALHO (ANAMMA NACIONAL)** – Então, seria uma  
2226 alteração da redação do art. 20, do art. 33 da Resolução 418 de 25 de  
2227 novembro de 2009, alterada pela Resolução nº 426 de 14 de dezembro de  
2228 2010, e regulamenta a entrada em vigor nos Estados e municípios dos  
2229 programas de inspeção e manutenção dos motocicletos e veículos similares com  
2230 motor de ciclo Otto de quatro tempos. O Conselho Nacional do Meio Ambiente  
2231 – Conama, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 8º inciso 6º  
2232 da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 3º e 12º da Lei 8.723 de 28 de  
2233 outubro de 1993, art. 104 e 131, entre outros dispositivos da Lei 9.503 de 23 de  
2234 setembro de 1997, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e  
2235 considerando que a entrada em vigor dos limites de emissão para motocicletos e  
2236 similares, definidos na Resolução nº 418 de 25 de novembro de 2009, está  
2237 prevista para o dia 26 de novembro de 2011, e ainda considerando que os  
2238 limites de emissão para motocicletos e similares definidos nessa Resolução 418  
2239 de 25 de novembro de 2009, encontram-se em processo de revisão, que só  
2240 deverá ser apreciado pelo Conama em 2012, resolve. Então, seria a nossa

2241 proposta. Art. 1º que o art. 20 da Resolução Conama 418 de 25 de novembro  
2242 de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação: § 1º os veículos pertencente  
2243 à frota-alvo deverão ser inspecionados com antecedência mínima de até 150  
2244 dias para o seu licenciamento. § 3º as unidades executoras poderão  
2245 regulamentar a aplicação do prazo dentro do limite estabelecido. Art. 2º o art.  
2246 33 da Resolução Conama nº 418 de 25 de novembro de 2009 passa a vigorar  
2247 acrescido do seguinte parágrafo único: no que se refere à inspeção de  
2248 motocicletas e veículos similares com moto de ciclo Otto de 4 tempos, esses  
2249 Estados e municípios deverão adequar-se aos termos dessa Resolução no  
2250 prazo de até 40 meses, a partir da sua publicação. Art. 3º os Estados e  
2251 municípios que ainda não iniciaram programas de inspeção e manutenção, até  
2252 a publicação dessa Resolução, só deverão submeter os motocicletas e veículos  
2253 similares, com motor do ciclo Otto de 4 tempos aos referidos programas após  
2254 concluído o processo de revisão da tabela III do anexo 1 da Resolução  
2255 Conama nº 418, de novembro de 2009. Esta a proposta nós conversamos com  
2256 ABEMA, com o Ministério do Meio Ambiente, e eu gostaria inclusive de  
2257 convidar o Rudolf, do Ministério, para que pudesse também nos ajudar aqui  
2258 nessa argumentação. Porque a data é 26, é semana que vem.

2259

2260

2261 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Pedir para a Adriana explicar  
2262 aqui só uma questão regimental, antes do Dr. Rudolf fazer a agora a explicação  
2263 mais técnica.

2264

2265

2266 **A SRª. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Então, esclarecer a Plenária,  
2267 diante do pedido de vistas, da impossibilidade de discussão da revisão da 418  
2268 nos termos em que estava em pauta, a ANAMMA entra com uma matéria não  
2269 constante na pauta, de acordo com o § 3º do art. 18 do Regimento, que repete  
2270 o dispositivo do Regimento anterior. Em casos excepcionais, assim  
2271 reconhecidos pelo Plenário, comprovado o caráter relevante do tema e a  
2272 necessidade de manifestação urgente do Conama, poderá ser requerida a  
2273 análise e deliberação de matéria na mesma reunião em que fora apresentada.  
2274 Então são duas discussões: a primeira, o entendimento do Plenário quanto a  
2275 esse aspecto da relevância e da urgência, e depois os termos em si da matéria  
2276 apresentada.

2277

2278

2279 **O SR. RUDOLF (MMA)** – Obrigado, Dr. Volney. O que se deu, tendo em vista a  
2280 premência dos termos estabelecidos na 418, as entidades que já executam  
2281 programas de inspeção e manutenção se viram agora na premência de uma  
2282 alternativa a esse pedido de vistas. Esse pedido de vistas que nós lamentamos  
2283 muito porque os efeitos ambientais decorrentes disso serão piores do que  
2284 qualquer avaliação que nós pudéssemos fazer aqui em plenário da revisão da  
2285 tabela. Mas o que se dá de fato é isso. A prefeitura municipal de São Paulo e o  
2286 Governo do Estado do Rio de Janeiro têm o seu programa de inspeção veicular  
2287 em funcionamento. Eles deveriam aplicar os valores constantes da 418 a partir  
2288 do dia 25 de novembro, quando ela completa dois anos. A 418 dizia isso: quem  
2289 tem programa, tem dois anos para se adaptar. Os outros Estados todos  
2290 também demonstraram um profundo descontentamento e um desconforto  
2291 porque a maioria absoluta dos Estados cumpriu o prazo previsto na 418 e  
2292 elaborou o seu plano de controle de poluição veicular até o dia 30 do junho  
2293 conforme previa a norma. E muito deles irão iniciar programas de inspeção e  
2294 manutenção veicular, no começo do ano que vem. Nós acabamos de ver aqui o  
2295 calendário do próximo, e onde deve ser, na primeira reunião de março,  
2296 discutido essa revisão, nós já teremos diversos Estados começando programas  
2297 também, antes dessa avaliação dos senhores. O que a ANAMMA e a ABEMA  
2298 conversaram conosco e propõem? Um item para cada uma dessas questões,  
2299 ou seja, o art. 2º, vamos ver ali por essa ordem, vocês me permitam alterar um  
2300 pouquinho, é voltado para os programas existentes. O que nós não vemos ali  
2301 no caput do art. 33 é exatamente o que vocês aprovaram na época que diz que  
2302 os programas existentes têm dois anos para se adaptarem a 418. Ficaria,  
2303 então, inserido um parágrafo único, dizendo que especificamente para as  
2304 motos haveria um prazo maior, ou seja, eles continuariam operando da  
2305 maneira que estão e se adaptariam a 418, seja o que está vigente hoje, seja o  
2306 que for deliberado em março. Não temos que fazer isso na sexta-feira. Então,  
2307 esse art. 2º é específico para esses casos. O art. 3º é justamente um comando  
2308 para quem vai iniciar programas em janeiro do ano que vem. Eu afirmo que são  
2309 muitos Estados; Estados com frotas importantes, onde a qualidade do ar é  
2310 comprometida gravemente pela ação dos veículos. Então, o que diz ali, não sei  
2311 exatamente, eu estou sem óculos, mas me parece que é um comando, e que  
2312 eles poderão aguardar a Resolução do Conama sobre essa revisão 418 para  
2313 então iniciar o programa com as motos. Soma-se a isso um pequeno detalhe,  
2314 Dr. Volney, o Governo do Paraná já está com o seu programa todo prontinho  
2315 para deslanchar. Eles iriam fazer uma emenda de plenário à revisão, que é o  
2316 art. 1º. Porque a 418 diz que há um intervalo de 90 dias, entre o dia da inspeção  
2317 e o dia do licenciamento. Nós sabemos que o pagamento do IPVA em diversas  
2318 parcelas, eu vou citar o caso específico do Paraná que suscitou: são cinco  
2319 parcelas de IPVA e mais uma sexta para taxas, ou seja, eles teriam a  
2320 impossibilidade de chamar as pessoas para a inspeção após o pagamento  
2321 integral. Qual é a ideia? Eles pretendem convocar os proprietários de veículos  
2322 já no início do ano, em fevereiro, março ou abril, para que seja feita a inspeção,  
2323 e esses proprietários de veículos só receberão o seu documento de  
2324 licenciamento mais ao fim do ano quando terminarem de pagar toda a parte  
2325 tributária, que não é interesse nosso aqui do Conama. Isso não tem nenhum  
2326 impacto ambiental, isso é questão administrativa. Mas o fato é que o indivíduo  
2327 teria mais do que os 90 meses previstos entre a inspeção e o licenciamento.

2328Por isso a ABEMA solicita também a mudança do art. 20 dando esses 150  
2329dias. Presidente, essa são as propostas.

2330

2331

2332**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Essas são as justificativas que o  
2333Dr. Rudolf apresenta à solicitação feita pela ANAMMA do pedido de urgência  
2334de avaliação dessa proposta de Resolução. Algum esclarecimento?

2335

2336

2337**O SR. LUTTI (Planeta Verde)** – Instituto de Direito por um Planeta Verde.  
2338Antes de mais nada, eu queria registrar aqui o meu desconforto pelo  
2339indelicadeza do Rudolf em afirmar que o prejuízo causado pelo pedido de  
2340vistas é muito maior do que se nós aprovássemos isso aqui. Mas isso você  
2341guarda para você. Isso é a sua opinião. Não precisa falar em público. Eu  
2342gostaria agora de uma explicação a respeito de por que os 40 meses. Se eram  
2343dois anos, por que passou para 40 meses?

2344

2345

2346**O SR. RUDOLF (MMA)** – Bom, eu sou a pessoa designada do Governo  
2347Federal para comandar os programas de qualidade do ar, e me sinto na  
2348obrigação de compartilhar com vocês algumas certezas que eu tenho. Os 40  
2349meses são pelo seguinte: a princípio, se imaginou que havendo a normal  
2350tramitação da proposta em que foi pedido vistas, que seria feita uma emenda  
2351de Plenário pelo ANAMMA solicitando que números novos, determinados pelo  
2352Conama, sempre entrassem em vigor no exercício seguinte. Para evitar qual  
2353situação? Vocês imaginem que a 418 começa, a vigência dela começa sexta-  
2354feira. Então, vocês imaginem que algum proprietário de veículo esteve esta  
2355semana fazendo a sua inspeção, foi reprovado, voltou para sua oficina, regulou  
2356tudo e voltou de novo a semana que vem. E agora o resultado foi esse, “eu  
2357passei na inspeção veicular”. “Não, não, porque agora no meio do ano, mudou  
2358o critério, o senhor está reprovado de novo e tem que voltar outra vez”, enfim.  
2359Qual é a ideia, então? Eles iriam pedir uma emenda em Plenário que o valor  
2360novo fosse válido a partir do próximo exercício, a partir do ano que vem. Com o  
2361pedido de vistas e com a postergação da tabela das motos, eles iriam pedir que  
2362os 24 meses durassem 36, que se acrescentasse um ano para entrada em  
2363vigor dos números para as motos. Isso nos levaria que em novembro do ano  
2364que vem, eles tivessem que de novo mudar um número no meio do exercício.  
2365Então, juntando uma necessidade com a outra, se chegou aos 40 meses, que  
2366vai ser exatamente em fevereiro do ano seguinte, ou seja, um número  
2367deliberado pelo Conama em março entraria em vigor no exercício seguinte, não  
2368alterando a regra do programa no meio de um exercício.

2369

2370

2371**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Isso é suficiente. O sentido é  
2372evitar a troca de padrões no meio do exercício, até para não averiguar uns  
2373carros no mesmo ano com um padrão e outros carros com outro padrão, não  
2374mesmo exercício.

2375

2376

23770 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Essa declaração  
2378do Dr. Rudolf demonstra exatamente a timidez de um programa de um controle  
2379de inspeção veicular no Brasil. O programa de inspeção veicular, das motos,  
2380que deveria ser um programa corajoso, implementado pelo Governo no sentido  
2381de controlar a poluição, está se transformando em um programa que tem que  
2382ser palatável para a sociedade, e ele não quer, na questão das motocicletas,  
2383enfrentar como está enfrentando na poluição dos automóveis a questão da  
2384rejeição ou da reprovação na avaliação. O que nós temos, na verdade, então,  
2385não é um programa de controle de poluição, mas um acordo política para não  
2386haver a reprovação. Por que isso acontece? É uma boa pergunta para se fazer  
2387ao Sistema Nacional da Meio Ambiente. É exatamente porque as agências que  
2388têm esse controle não têm esse interesse em que a reprovação ocorra porque,  
2389na medida em ocorre a reprovação, a nova aferição é feita de graça pela  
2390concessionária. Esse é um elemento forte no processo. Há outras questões  
2391que nos distanciam muito dos outros países do mundo com relação ao controle  
2392de poluição. Por que se enfrenta a questão dos caminhões, das Pikups, da  
2393fumaça preta, que tem 40% ou mais de índice de rejeição. Então, porque nas  
2394motocicletas nós não fazemos isso? O que está acontecendo nesse processo  
2395para esse tratamento diferenciado das motocicletas? Por que esses prazos tão  
2396lenientes de 40 meses? O que está de fato acontecendo? O que nós  
2397percebemos é que nós temos uma série de decisões políticas que não estão  
2398em acordo com os pareceres técnicos, por exemplo, da própria CETESB, e  
2399esse caso, e o Volney me contestou ontem, me parece um caso muito mal  
2400contado de instrução de processo para a elaboração de uma Resolução. Isso  
2401também é motivo do nosso pedido de vistas. Agora, eu faço um apelo ao  
2402Conama: se o Governo não tem a coragem de implementar um processo de  
2403controle de poluição, que é o gênese, que é a matriz do PROCONVE/  
2404PROMOT, esse Conselho, com a sua capacidade representativa, e na  
2405perspectiva de proteção da saúde pública, deve implementar a forma mais  
2406rápida, mais dinâmica e mais corajosa para que esses objetivos do próprio  
2407programa sejam atingidos. Eu fico muito desconfortável de pertencer a um  
2408Conselho Nacional do Meio Ambiente com uma coordenação que nos sugere  
2409sempre o abrandamento, o acordo político, e não a perspectiva técnica, que é  
2410na verdade aquilo que deve instruir a orientação de cada Conselheiro quando  
2411ele pratica o seu voto. Eu manifesto aqui a minha preocupação, a minha  
2412insegurança com relação a essa postura de orientação por parte do Ministério  
2413do Meio Ambiente.

2414

2415

24160 **SR. ALEXANDRE (TOCANTINS)** – Boa tarde a todos. Eu só queria me  
2417manifestar. Eu acho que em momento algum falta coragem tanto ao Governo  
2418Federal quanto aos governos Estaduais para a implementação desse  
2419programa. E colocar que a discussão tem se pautado exatamente em cima de  
2420você poder atacar o problema com um embasamento técnico. Eu acho que a  
2421grande questão a respeito disso hoje é a capacidade operacional que os  
2422Estados têm de implementar esse programa. Então, a negociação toda está  
2423caminhando nesse sentido. Eu estou muito franco e realista em dizer que o  
2424Estado do Tocantins não teria como implementar esse programa na sua  
2425totalidade já a partir do ano que vem. Nós temos uma série de questões que  
2426temos que alavancar, processos licitatórios para executar. Então, não adianta

2427nós queremos fazer milagre. Eu creio que todos os Estados estão  
2428preocupados de poder implementar um programa que seja efetivo e que  
2429consiga dar respostas à sociedade. No caso do Tocantins, por exemplo,  
2430metade da nossa frota são motocicletas, exatamente 50% da frota do Estado  
2431do Tocantins é composta de motocicletas. Então, a capacidade operacional dos  
2432Estados, lembrando que nós estamos implementando esses programas,  
2433Estados e municípios basicamente recursos próprios, eu queria que este  
2434Conselho levasse isso em consideração. Não adianta nós termos programas,  
2435planos e projetos de papel. Nós temos que ter as coisas na prática, nós temos  
2436que ter a realidade. Então, nós estamos muito mais preocupados com a  
2437implementação do programa, e que esse programa seja implementado em  
2438todos os Estados com o mesmo padrão de qualidade. Eu acho que é  
2439exatamente em que os Estados estão trabalhando. Então, esses prazos estão  
2440muito voltados para a capacidade técnica dos Estados em equacionar essa  
2441situação. Obrigado.

2442

2443

2444**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ok. Obrigado. Feitos os  
2445esclarecimentos, a minha proposição é que nós decidamos agora, deliberemos  
2446sobre a urgência dessa matéria para que ela seja analisada no seu mérito logo  
2447a seguir. Eu pretendo fazer esse encaminhamento. Em regime de deliberação,  
2448eu consulto aqueles que são a favor da relevância e urgência dessa matéria  
2449apresentada pela ANAMMA, por favor, levantem os seus crachás.

2450

2451

2452**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Se é um pedido de vista sobre a alteração do  
2453mérito da Resolução... Eu só estou dizendo que essa proposta já está  
2454alterando a Resolução e tem pedido de vista para discutir exatamente esse  
2455assunto.

2456

2457

2458**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós estamos votando agora a  
2459relevância da matéria. Logo em seguida nós vamos discutir o conteúdo, se tiver  
2460que fazer alguma adequação ou não. O que a mesa entende é que um pedido  
2461de vistas impediu a discussão da matéria nesse momento. Como há, vamos  
2462dizer assim, por parte do entendimento da ABEMA um grande risco para entrar  
2463para o próprio programa nacional de controle e posição veicular entrar em  
2464vigência esses valores no dia 26, na sexta-feira, então nós estamos agora  
2465submetendo à avaliação no sentido de discutirmos se a Plenária entende como  
2466relevante essa matéria. É isso que está sendo feito. Isso não exige depois uma  
2467discussão sobre conteúdo, que será feito logo a seguir, se for aprovada a  
2468relevância. Ok? Respondido a questão de ordem? Então, em regime de  
2469deliberação. Aqueles que são favoráveis ao regime de urgência de avaliação  
2470dessa proposta de Resolução apresentada pela ANAMMA, por favor, levantem  
2471os seus crachás. Obrigado. Aqueles que são contrários. Obrigado. Abstenções.  
2472Aprovado o regime de urgência. Então, abrimos agora para a discussão do  
2473mérito, do texto da matéria. A palavra está aberta. Não cabe pedido de vistas  
2474para matéria que está em urgência. Ela será analisada nessa reunião.

2475

2476

2477**O SR. LUTTI (Planeta Verde)** – Essa discussão, essa proposta altera  
2478fundamentalmente a Resolução 418. Essa proposta de 40 meses é descabida  
2479porque aquele exemplo dado aqui não encaixa nele. São as motos novas; essa  
2480medida, essa mudança é em relação às motos novas. O que são aquelas que  
2481já estão rodando, continuam respeitando a Resolução da forma como está.  
2482Então, não há necessidade desses 40 meses.

2483

2484

2485**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Algum comentário adicional?

2486Alguma proposta de emenda?

2487

2488

2489**O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Bom dia. Eu estou me  
2490sentindo desconfortável de participar dessa discussão. Eu sinceramente  
2491esperava que nós tivéssemos tempo de avançar no assunto, e fiquei surpreso  
2492por retirada de pauta pelo pedido de vistas. Mas eu estou mais surpreso ainda  
2493por termos no nosso Regimento uma possibilidade de fazer isso como uma  
2494alternativa tão imediata. Sinceramente, eu estou mais preocupado ainda agora  
2495porque, a cada momento que se vem de um processo de discussão, que um  
2496Grupo de Trabalho ou a Câmara Técnica não chegou a um consenso, não  
2497conseguiu construir, passou-se meses fazendo isso, e não se chegou a um  
2498consenso, não se consegue construir, e aqui, por conta dessa não construção,  
2499porque se deu a entender aqui que alguns entes que fazem parte da Câmara  
2500não trouxeram todos os assuntos à pauta, todas os pontos de vista bem  
2501baseados, e agora, nesse momento que tem um mecanismo protocolar aceito,  
2502que é pedir vistas, e logo tem um outro mecanismo que você põe uma outra  
2503matéria, é uma coisa para que mim me tira toda a possibilidade de discussão.  
2504Eu não me sinto preparado para fazer parte desse processo. Eu acho que é um  
2505mecanismo que não nos dá autonomia para vir aqui e participar, porque com  
2506certeza a votação aqui é que vai ser aprovado, porque tanto os governos de  
2507Estado quanto os Ministérios do Governo Federal já vieram pactuados para  
2508que isso aconteça. Então, nós não vamos ter um processo de discussão em  
2509cima de um assunto pautado muito mais profundo. Nós viemos para resolver  
2510um assunto dos Estados, mas não é questão ambiental que é o mérito de tudo  
2511isso. Então, eu quero manifestar isso aqui porque eu vou me abster nessa  
2512discussão, mas eu sinceramente não queria que fosse dessa maneira. Eu  
2513gostaria que o representante do Ministério do Meio Ambiente aqui pudesse  
2514esclarecer por que na discussão do Grupo de Trabalho ou na Câmara Técnica  
2515não trouxe essa argumentação para o debate, e vem trazer isso num momento  
2516de votação, em um processo que agora não temos mais saída: ou volta ou não  
2517vota. E vai ter que votar na marra. Então, eu acho um procedimento, e lamento  
2518que o nosso Regimento tenha isso. Eu acho que não tinha isso anteriormente.  
2519Deve ter entrado agora. Já havia dessa maneira. É lamentável, mas assim  
2520mesmo eu não me sinto preparado para que faça essa votação agora.

2521

2522

2523**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Dr. Volney, eu  
2524gostaria de registrar agora o meu profundo desagrado com essa situação. Eu  
2525acho que tem duas formas de nós usarmos o Regimento. Nós podemos usar o  
2526Regimento pró-sociedade, pró-sustentabilidade, usar o Regimento de uma

2527forma legal. E há também o mau uso do Regimento, quando você não permite  
2528através de uma manobra regimental que determinada situação se aprofunde  
2529tecnicamente como está comprovadamente nesse processo, pelo parecer da  
2530CETESB, que está anexado a toda a discussão da Câmara Técnica de  
2531Assuntos Jurídicos. Então, na forma como esta situação vem se dando, que eu  
2532considero uma manipulação do regime, mau uso do Regimento, eu realmente  
2533vou me afastar dessa discussão, e nós vamos tratar dessa situação em outra  
2534esfera, como nós tratamos do Rodoanel, como nós tratamos de outras  
2535situações. E aí, se a questão for partir para o impedimento da sociedade para  
2536que nós não possamos fazer valer as dúvidas técnicas, as dúvidas científicas;  
2537se eu como Conselheiro não posso exercer o meu direito de dúvida; se eu  
2538tenho que submeter isso a um pedido de urgência de um outro Conselho, que  
2539situação é essa de instabilidade na salvaguarda do juízo do Conselheiro que  
2540lhe garante o pedido de vista? Diante dessa situação, Dr. Volney, nós vamos  
2541ter que conversar de outra forma, em outras instâncias. Eu sinto muito por esse  
2542episódio. Isso já aconteceu antes com nosso pedido com relação aos  
2543catalisadores, onde eu não instruí devidamente; eu estava no Senado brigando  
2544pelo Código Florestal. E como eu não estava aqui, o processo não houve a  
2545justificativa; manobra regimental. O que acontece agora também: manobra  
2546regimental. É assim que vai ser daqui para frente com a sociedade civil, com as  
2547representações não governamentais?

2548

2549

2550**SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que, na medida em já  
2551que foi votada a questão da relevância, eu gostaria que as intervenções  
2552viesses agora mais no sentido do mérito. Até porque o que foi votado aqui é  
2553que justamente existe uma relevância na questão da postergação da vigência  
2554da entrada em vigor desses parâmetros por não ter sido possível discutirmos  
2555na reunião a questão de mérito, que já foi tratado exaustivamente na Câmara  
2556de controle e qualidade, por duas vezes, onde a CETESB defendeu o  
2557encaminhamento que foi feito para esse trabalho. Eu peço, por favor, que  
2558essas ilações sejam restritas.

2559

2560

2561**O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos)** – O que  
2562interessa agora é o texto. Nós tentamos obter uma forma mais consensual  
2563possível de melhorar o texto, se for o caso. Eu fiquei com uma dúvida, que é:  
2564se isso é para inspeção, por que só pega moto nova, como foi falado aqui? Não  
2565é só para moto usada? Eu não entendi bem essa colocação. Eu queria  
2566esclarecimento.

2567

2568

2569**SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A explicação é a seguinte: na  
2570Resolução original em 2009, estava previsto que as motos, a partir de 2010,  
2571nós deveríamos fazer essa definição dos padrões justamente quando essas  
2572motos comesçassem sua produção, porque elas não existiam à época que foi  
2573feita a Resolução. Então, houve uma deliberação naquele momento por parte  
2574da Plenária de colocar um número, que foi um número em cima de uma  
2575estimativa. Essa estimativa, a partir do momento em que, vamos dizer assim,  
2576começou o processo de inspeção com as motos novas se verificou que esse

2577número não estava adequado a uma realidade de inspeção veicular. E está se  
2578propondo, em cima dos dados, que foram levantados a partir da prefeitura de  
2579São Paulo, um padrão que se entende ajustado a um processo de inspeção  
2580veicular. É por isso que essas motos à época não existiam. Esclarecido?

2581

2582

2583**O SR. JOÃO URBANO CAGNIN (Secretaria Especial dos Portos) –**  
2584Esclarecido.

2585

2586

2587**O SR. MARCELO(Não identificado) –** Presidente, questão de ordem parece  
2588fundamental. Em primeiro lugar, o que consta, nós temos uma convocação com  
2589uma série de itens. O item 6 é relativo à apresentação justamente por escrito  
2590de requerimentos de urgência. Ao que consta também, esse item já foi  
2591superado na Plenária e essa questão não havia sido oportunamente  
2592apresentada no momento adequado. Nós já passamos a Ordem do Dia e,  
2593portanto, já não poderíamos ter deliberado sobre um pedido de regime de  
2594urgência. Além disso, nosso Regimento Interno, no art. 18, prevê que o  
2595requerimento do regime de urgência deverá ser apresentado à mesa,  
2596devidamente justificado, subscrito por no mínimo oito conselheiros e poderá ser  
2597acolhido ao critério do Plenário por maioria simples de seus membros. Eu  
2598pergunto se também foi subscrito. Além disso, o § 2º do art. 18 prevê: a matéria  
2599em regime de urgência deverá ser incluída obrigatoriamente após parecer das  
2600Câmaras Técnicas competentes, o que não foi o caso dessa proposta, na  
2601pauta da Reunião Ordinária subsequente ou em reunião extraordinária, ou seja,  
2602parece que está tendo uma ilegalidade de encaminhamento aqui, é o nosso  
2603entendimento.

2604

2605

2606(*Palmas!*).

2607

2608

2609**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Ok. Obrigado, Marcelo. Solicito à  
2610Dr<sup>a</sup>. Adriana que explique as questões regimentais.

2611

2612

2613**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA MANDARINO (DConama) –** O entendimento da mesa é  
2614diferente. São coisas diferentes. O regime de urgência é pedido sempre para  
2615matéria não constante da pauta, e ele faz com a matéria tramite nas Câmaras  
2616Técnicas. E qualquer pedido de vista, tanto na Câmara Técnica quanto na  
2617Plenária, tem que passar por uma votação. Ele não é concedido  
2618automaticamente. Então, esse é o mecanismo do regime de urgência. Uma  
2619coisa distinta é quando uma matéria não constante da pauta da Plenária pode  
2620entrar, como foi a proposição quanto ao Código Florestal que nós aprovamos  
2621há umas duas ou três reuniões passadas, com base no mesmo dispositivo que  
2622existia no Regimento anterior. Então, se a Plenária entender que o caso é  
2623irrelevante o suficiente a ponto de necessitar de uma manifestação do Conama  
2624naquela reunião, a matéria entra na pauta, mesmo não constado anteriormente  
2625e é apreciada e votada. Então, são questões diferentes, embora esse  
2626dispositivo esteja aqui no § 3º do art. 18. Eu espero ter esclarecido.

2627

2628

2629 **O SR. VALTE MIR BRUNO GOLDMEIER (CNM)** – Em nome da CNM, dos  
2630 municípios, eu gostaria de tentar fazer um esclarecimento para não  
2631 transparecer que está se propondo uma alteração de uma Resolução em  
2632 Plenário, inclusive infringindo o Regimento. Colocar que nós leiamos que até  
2633 40 meses, não é de 40 meses, primeiro aspecto. Vamos tentar entender o que  
2634 está sendo proposto. Segundo, esses 40 meses advêm da discussão anterior,  
2635 de 2009, não é 40 meses de agora para frente. Então, pedir o apoio do  
2636 Plenário no sentido de votar isso, e outra coisa, se nós não votarmos isso, a  
2637 partir da semana que vem, do dia 26, nós temos uma decisão que não vai ser  
2638 possível ser cumprida porque nós acabamos não votando e que vai ficar para  
2639 votar na Reunião Ordinária de março porque houve o pedido de vista. Então, é  
2640 dentro desse contexto que eu, nome dos municípios, até porque a proposição e  
2641 da ANAMMA, de um esclarecimento e nós, da CNM, E eu tenho certeza que a  
2642 ABEMA também vai se juntar a nossa manifestação no sentido de esclarecer  
2643 de que o que nós, municípios, e os estados também querem é continuar  
2644 fiscalizando. Infelizmente se criou um hiato aí. Talvez, Volney, se nós  
2645 tivéssemos tido condições, lá na Câmara Técnica, de ter terminado esse  
2646 assunto de tal maneira que ele tivesse vindo para a Plenária anterior, não teria  
2647 acontecido isso que aconteceu hoje, mas não deu assim são coisas que, às  
2648 vezes, acontecem na administração pública, às vezes não dá tempo para tudo  
2649 e o que está sendo colocado aqui com clareza e que foi objeto da proposta e  
2650 por isso da urgência, e por isso de que o Regimento garante porque é  
2651 simplesmente uma mudança de prazo em função de que nós vamos cair em  
2652 um hiato, ou seja, o prazo começa dia 26 e nós não teríamos votado a  
2653 alteração que nós teríamos que ter votados. Eu vou fazer o apelo aqui, em  
2654 nome dos municípios, reforçando a posição da ANAMMA com o apoio da  
2655 ABEMA de que nós votemos em Plenário essa alteração o prazo.

2656

2657

2658 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Feitos os esclarecimento, não há  
2659 nenhum emenda eu vou colocar esse texto em votação.

2660

2661 **O SR. MARCELO (Não identificado)** – Só um último esclarecimento, que abre-  
2662 se um precedente de estar se fazendo adendos que não estão escritos no  
2663 Regimento, entendimentos que não estão escritos, eu consulto...

2664

2665

2666 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O entendimento na mesa está  
2667 claro.

2668

2669

2670 **O SR. MARCELO (Não identificado)** – Eu consulto qual é o artigo que está  
2671 sendo embasado, que embasa esse encaminhamento simplesmente porque o  
2672 que nós queremos evitar e que começa a se dar interpretações elásticas para o  
2673 Regimento, e aí começa a justificar várias formas de encaminhamento que, no  
2674 nosso entendimento, deveriam seguir rigorosamente as posições do  
2675 Regimento. Nós procuramos e não encontramos onde é que seria embasado  
2676 esse encaminhamento, só encontram aquilo que já foi relatado.

2677

2678

2679 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Já foi esclarecida essa questão, 2680 acho que não vamos esclarecer novamente. Por favor, companheiro.

2681

2682

2683 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Tendo em vista o conteúdo 2684 de a matéria ter chegado assim e eu não ter conhecimento em detalhes da 2685 proposta, só ouvi aqui agora, eu quero sugerir que ao invés de nós colocarmos 2686 em votação agora, essa matéria seja jogada para amanhã a votação dela e nós 2687 tenhamos tempo de fazer uma análise do conteúdo, é possível?

2688

2689

2690 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não sei. Aí eu pergunto ao 2691 proponente, a ANAMMA que entende, se deve manter agora essa... Por favor, 2692 microfone, ANAMMA.

2693

2694

2695 **A SR<sup>a</sup>. CRISTIANE CASINI (ANAMMA)** – A ANAMMA entende que nós 2696 poderíamos fazer essa discussão agora. Uma vez que ela trata da uma 2697 situação concreta, como o representante o Valtemir colocou, uma vez que nós 2698 não discutimos ainda, no caso de pedido de vistas e saída dessa Resolução, 2699 nós ficamos com o hiato e é uma situação muito clara, nós temos que dar 2700 sequência às atribuições que venceriam agora, dia 25 de membro, a partir do 2701 dia 25 nós teríamos que já cumprir a segunda fase e nós não temos esses 2702 parâmetros definidos. Então, a ANAMMA entende que não há grande 2703 discussão, além do que esse processo tem sido discutido exaustivamente nas 2704 Câmaras Técnicas. Então, a nossa proposta é que seja discutido hoje.

2705

2706

2707 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - A ANAMMA apresenta, que ela 2708 entende que existe uma questão de mérito, não está prejudicada, ela vai ser 2709 discutida a partir do pedido de vista, mas tem uma questão de prazo, que a 2710 vigência desse prazo causará, realmente, um prejuízo à implementação dos 2711 programas de controle de poluição, somente os existentes, que é o caso de 2712 São Paulo, (...) da ANAMMA. Feito esse esclarecimento, a proponente entende 2713 que deva se manter agora. Se não há mais nenhuma observação em relação 2714 ao texto, eu vou colocar o texto em votação. Pergunto àqueles que são 2715 favoráveis ao texto que está disposto na tela, por favor, levantem seus crachás. 2716 Obrigado. Aqueles que são contrários. Obrigado. Abstenções. Ok, foi aprovado 2717 o texto proposto pela ANAMMA. Passamos para o próximo ponto de pauta. 2718 Fontes fixas. Dr. Rudolf, o senhor poderá fazer uma apresentação sobre essa... 2719 Por favor.

2720

2721

2722 **O SR. RUDOLF (MMA)** - Obrigado presidente. Bom, esse próximo ponto de 2723 pauta é uma Resolução que trata da questão das emissões das fontes fixas. É 2724 uma Resolução extremamente importante, com impacto ambiental 2725 extremamente relevante e que vai trazer para nós, aqui no Brasil, também uma 2726 renovação tecnológica significativa. Nós, aqui no Conama, quando aprovamos

2727em 2006 a 382, estabelecemos um patamar ali para toda a indústria brasileira  
2728no que diz respeito às emissões de fontes fixas. E agora nós estamos  
2729completando essa ação e trazendo para o universo regulado todas aqueles  
2730fontes pré-existentes a essa norma, ou seja, nós estamos incorporando ao  
2731universo regulado todo aquele parque pretérito que nós tínhamos. Isso, do  
2732ponto de vista da regulação extremamente importante, foi feito um trabalho  
2733árduo, coordenado pela CETESB. Os Grupos de Trabalho trabalharam ao  
2734longo dos últimos dois anos para vocês terem ideia, foram 13 Subgrupos de  
2735Trabalho, que cada um se dedicou especificamente a uma fonte, cada Grupo  
2736de Trabalho coordenado por um órgão estadual, participaram ativamente  
2737diversos órgão ligados à ABEMA no Estado de São Paulo, Rio de Janeiro,  
2738Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná Rio Grande do Sul, entre outros. Nós  
2739temos convicção que exigimos o limite da possibilidade tecnológica desses  
2740setores, a aprovação dessa matéria na Câmara Técnica foi precedida de um  
2741seminário de três anexos. Se vocês observarem, a Resolução tem 14 anexos,  
2742porque o 14º são procedimentos gerais. São 13 setores, cada um em um  
2743anexo e o 14º são procedimentos. Então, nós temos convicção da necessidade  
2744dessa Resolução, quanto antes tivermos a aprovação, antes teremos o impacto  
2745no mundo real do abatimento das emissões das fontes fixas, que nós temos  
2746aqui convicção de que esse método usado, ao longo da negociação toda, entre  
2747órgãos licenciadores, órgãos fiscalizadores e a indústria foi extremamente  
2748positivo e que nós atingimos os limites mais apertados possíveis traduzidos  
2749aqui na Resolução que está sendo posta para a apreciação dos senhores.  
2750Presidente, obrigado.

2751

2752

2753**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Dr. Rudolf. Eu acho que foi  
2754relatado, esse Grupo de Trabalho foi coordenado pela CETESB, depois  
2755aprovado na Câmara Técnica e passou pela Câmara Jurídica, chega aqui, e na  
2756realidade, ela vai atrás desse processo das fontes existente à época que foi  
2757publicado a 382. Nós temos um grande problema de renovação sobre aspecto  
2758até tecnológico, o nosso parque industrial são cerca de 13 tipologias que  
2759praticamente todas elas vão convergir para os padrões da 382, que são o de  
2760fontes novas e em nenhum momento questões críticas, pensando isso que é  
2761uma Resolução nacional, deixa de ser tratados, uma vez que os  
2762licenciamentos, nos estados têm condições de fazer todo um processo mais  
2763restritivo e até não só em relação aos padrões, mas também em relação aos  
2764próprios prazos. Então, eu acho que nós deveríamos ver essa Resolução até  
2765como um processo de aumentar nossa competitividade industrial de  
2766modernização tecnológica do nosso parque industrial. Eu acho que é um  
2767processo que foi muito bem construído entre os diversos setores, setor  
2768empresarial, ambiental, principalmente os Estados, que tem a grande carga de  
2769licenciamento e a participação da ABEMA, quer dizer, desses 13 Subgrupos de  
2770Trabalho, que trabalharam as tipologias, tivemos aí coordenados diversos  
2771Estados, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, todos esses  
2772Grupos de Trabalho foram coordenados por grupos de órgão estaduais da  
2773meio ambiente. E aprendemos muito com a 382 também. Eu acho que é  
2774importante ver aquele capítulo, o anexo que trata dos aspectos metodológicos  
2775e que se consegui conciliar em um único anexo, as questões metodológicas  
2776que a Resolução 382 estavam espalhadas em diversos anexos. Houve todo um

2777trabalhão de otimização da utilização que avançou bastante e que abre a  
2778oportunidade de nós começarmos a tratar de outras agendas depois, como as  
2779próprias questões de qualidade do ar, que o Dr. Bocuhy sempre menciona. Dr.  
2780Francisco.

2781

2782

2783**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – O fato da Resolução é  
2784importante. O fomento da Resolução foi discutidos, mas não significa dizer que  
2785houve um consenso em todos os assuntos foram acordados. Um dos temas  
2786que nós questionamos, que trazemos aqui, se for possível, na hora de  
2787discussão, ou antes, haver uma negociação para redução de prazos de  
2788algumas fontes que foram consideradas exageradamente dilatados. Prazo de  
278915 anos, 10 anos para determinadas fontes fixas de poluição atmosférica, o  
2790setor poderia rever esses prazos, tentar reduzir um pouco para nós discutirmos  
2791ou se achar que não é o suficiente transferir a discussão em votação para  
2792amanhã até chegar a um aprimoramento, um consenso de redução de prazo.  
2793Essa é a nossa colocação para evitar que haja pedido de vista, o importante é  
2794nós resolvermos logo, mas é para preciso que o setor também aqui ceda e  
2795reduza os prazos de diversas fonte fixas poluentes, até porque nós temos  
2796casos sérios, como as siderúrgicas que estão por aí, criando problema sério na  
2797produção de ferro gusa. Então, nós precisamos já trabalhar nisso para evitar o  
2798que está acontecendo, como está acontecendo na se a ECSA, do Rio de  
2799Janeiro e outros locais, no Pólo Siderúrgico de Minas Gerais e etc. Nós  
2800teríamos que trabalhar também com relação à indústria de cimentos,  
2801principalmente os poluentes atmosféricos, e verificar como nós podemos  
2802melhorar aqui na discussão ou na hora da fixação dos prazos, o setor reavaliar  
2803a possibilidade de redução de algumas fontes que estão exageradamente  
2804dilatadas. Com a tecnologia moderna hoje ninguém pode dizer que só daqui a  
280510 anos ou 15 anos eu vou conseguir reduzir 0,5, 0,2 0,1 de poluente  
2806atmosférico. É preciso que o setor também aqui ceda e veja da importância  
2807dessa Resolução ser discutida e votada, mas tem que haver a redução de  
2808prazo, que muitos setores estão bastante exagerados.

2809

2810

2811**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Francisco. Mas  
2812alguma observação. Dr. Elder. Só para registrar aqui, enquanto ela está indo  
2813para o microfone, aqueles segmentos que já tiverem suas definições sobre as  
2814instituições que vão participar das Câmaras Técnicas, eu vou entregar para o  
2815João, que daí nós já vamos começando o processo de sistematização da  
2816nossa planilha. Obrigado, Helder.

2817

2818

2819**O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** – Eu não sei se os Conselheiros,  
2820principalmente, dos órgãos de controle ambiental, tanto aqui federal, Ibama e  
2821os Estados que tem acompanhado muito essa questão das fontes fixas  
2822prestaram bastante atenção no que o Conselheiro Francisco propôs. Ele está  
2823propondo que o setor da indústria aqui presente, inclusive os órgãos de  
2824controle ambiental, com a presença deles, façam a negociação para que os  
2825prazos possam ser discutidos e provavelmente reduzidos que ele considera  
2826dilatados. Se não, ele pedirá vistas e serão, no mínimo, 6 meses por aí para a

2827implantação dessa Resolução. Essa Resolução é um marco, como foi a  
2828primeira de fontes fixas, há um necessidade imediata, principalmente para os  
2829Estados e para o Ibama terem padrões referentes para fazer os seus sistemas  
2830de controle ambiental e para que o setor industrial saiba quais os  
2831equipamentos e quanto custa, se nós temos mão-de-obra, se nós temos  
2832material para implantar essas medidas que estão sendo colocadas aqui. Então,  
2833Sr. Presidente, eu peço que nós levemos em consideração essa sugestão que  
2834o Conselheiro Francisco trouxe aqui, que nós conversemos, a Cristina levantou  
2835a mão, eu também queria pedir que o setor industrial faça essa manifestação,  
2836que é essa Resolução foi construída demorou pelo menos, como disse o  
2837Rudolf, uns três anos para ser construída. Ela é uma Resolução extremamente  
2838importante, não é só para cá, para o Conselho, para toda a sociedade e  
2839principalmente para quem é fiscalizado e para quem fiscaliza. Então, eu  
2840gostaria muito dessa possibilidade de discussão.

2841

2842

2843**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado. Dra. Cristina, CNI.

2844

2845

2846**A SR<sup>a</sup>. MARIA CRISTINA YUAN (CNI/IBS)** - Boa tarde a todos, Conselheiros e  
2847Conselheiras. Eu sou Cristina Yuan, da Confederação Nacional da Indústria,  
2848acho que faz algum tempo que não ocupo esse microfone, é um prazer estar  
2849aqui com vocês de novo e falar para o meu querido companheiro de Furpa que  
2850participa também da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e,  
2851portanto, ele já acompanhou também esse processo quando ele passou pela  
2852Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental de que do assunto não foi  
2853discutido de forma fortuita ou ao acaso, muito pelo contrário, envolveu  
2854centenas de especialistas, não só dos setores que são objeto dessa matéria  
2855como também de diversos órgãos ambientais, da União, dos Estados e dos  
2856Municípios, de universidades, de instituições de pesquisa. Então, o assunto foi  
2857levado muito a sério. Isso que está aqui apresentado resultou de um período  
2858muito longo de discussão, de uma discussão séria, acirrada e a muitíssimo  
2859bem fundamentada. Todos os setores tiveram que apresentar uma  
2860fundamentação e uma justificativa para os números propostos, esses números  
2861foram negociados, muitas vezes revisados. Então, fica parecendo estranho  
2862aqui que nós possamos concordar que na reunião nós vamos rever prazos.  
2863Esses prazos foram propostos de uma forma fundamentada, não vai ser agora  
2864em uma reunião do Conama que isso poderá acontecer. Nós não temos mais  
2865essa possibilidade porque o que nós propomos é o que os setores podem  
2866realmente fazer, é o que pode ser feito e o que é viável fazer. Então, muitas  
2867vezes, o ótimo inimigo é do bom, nós estamos trabalhando num processo de  
2868melhoria contínua. Quem trabalha conhece o sistema de gestão, sabe que o  
2869negócio é esse. Seria melhor não fazer nada, está sendo dito que não, você  
2870negocie prazo porque senão nós vamos pedir vista. É um direito de todo  
2871Conselheiro que está previsto no Regimento, mas eu queria, acima de tudo que  
2872os senhores soubessem isso foi muito estudado. Não é uma proposta leviana  
2873que está sendo aqui, nem eu, nem um dos presentes, eu me orgulho de ter  
2874participado dessa discussão, teria trazido isso se não fosse bem fundamentado  
2875ou tecnicamente justificável.

2876

2877

2878 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Cristina. A palavra está  
2879 aberta. Alguma inscrição? Dr. Francisco.

2880

2881

2882 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Quanto a isso, nós  
2883 discutimos. Não são todos, são aqueles setores que tiveram o prazo dilatado  
2884 de 10 a 12 anos. Os demais, nós achamos que estava realmente, mas  
2885 daqueles que estão baseados mais na expectativa de vida do equipamento, até  
2886 eu falei, nós estamos preocupados com a vida útil, a expectativa de vida dos  
2887 equipamentos, eu estou mais preocupados com a expectativa da população  
2888 brasileira, não dos equipamentos. Então, foi colocado que o investimento teria  
2889 que ser reprogramado, vamos reprogramar esse investimento, mas vamos  
2890 reduzir esse prazo mais dilatados de 10, 12 anos. De 10 para 12 para de 10  
2891 para 7. É isso é que nós colocamos. Por que nós estamos preocupados mais  
2892 com vida útil da máquina e não estamos preocupados com vida útil do homem?

2893

2894

2895 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou fazer a seguinte  
2896 proposição, nós aprovamos o texto-base, nós votamos o texto-base, em  
2897 seguida nós vamos abrir uma discussão sobre essa questão de prazo e nós  
2898 vamos examinar se nós mexemos ou não mexemos no prazo, tem  
2899 fundamentação, não tem fundamentação. De uma forma global, se não houver  
2900 acordo, vamos dizer assim, se entender que não tem que mexer nesse  
2901 processo, porque são 13 anexos. Teve toda uma discussão, uma  
2902 fundamentação, e nós ficamos fazendo emenda de Plenário sem ter uma  
2903 fundamentação, se é 12, é 13 ou 14, me parece que não é o ponto. Eu acho  
2904 que nós podemos até discutir, o Dr. Francisco levantou esse ponto, nós  
2905 aprofundamos um pouco mais essa discussão, e tentamos organizar dessa  
2906 forma, porque é realmente uma Resolução complexa. Podemos fazer assim?  
2907 Então, solicito, senhoras e senhores Conselheiros, aqueles que são favoráveis  
2908 ao texto-base da Resolução, levantem os seus crachás. Ressalvando os  
2909 destaques, principalmente sobre esse aspecto o prazo. Obrigado. Aqueles que  
2910 são contrários ao texto-base. Obrigado. Aqueles que se abstêm? Ok. Obrigado.  
2911 Então, está aprovado o texto-base. Bom, ressalvado os destaques. Nada como  
2912 um parlamentar, Deputado Ronaldo aqui na frente com razão. Então, abrimos  
2913 agora a questão de destaques. Nós temos uma questão que eu gostaria de  
2914 fazer uma primeira conversa mais global sobre a questão de prazos. Dr.  
2915 Francisco apontou esse aí. Existem outras questões, Dr. Ronaldo? O senhor  
2916 está pedindo a palavra. A palavra está à disposição. Proposta de emendas?  
2917 Porque senão tiver proposta de emendas, nós temos o texto-base aprovado.  
2918 Lembra a questão das Câmaras Técnicas, quem tiver, por favor, já passa para  
2919 o João lá. Meus caros, eu vou dar 10 minutos para nós tomarmos um café. Nós  
2920 temos agora 15h43, nós retornamos às 16h00. É que está errado aqui o  
2921 relógio, mas pontualmente às 17h00 vamos ver essa questão dos prazos.

2922

2923

2924 *(Pausa)*.

2925

2926

29270 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos retomando a nossa  
2928reunião. O grande ponto que apareceu, o Dr. Francisco fez um destaque em  
2929relação às questões de prazos, que ele comentou nos aspectos de prazos um  
2930pouco dilatados no entendimento dele. Eu pediria ao Dr. Rancevas, da  
2931CETESB, que faça uma rápida apresentação aí sobre como foi essa discussão  
2932no âmbito do Grupo de Trabalho que coordenou o Grupo de Trabalho e  
2933explique a razão do por que desses prazos, dizendo que os parâmetros  
2934praticamente todos convergem para os parâmetros 382 e esclareça à Plenária  
2935sobre esse ponto que foi o ponto, vamos dizer assim, que apareceu em  
2936destaque. Então, Dr. Rancevas, CETESB.

2937

2938

2939**O SR. SÉRGIO RANCEVAS (CETESB)** – Boa tarde a todos e a todas. Eu  
2940coordenei esse trabalho de padrões de emissão para fontes fixas existentes  
2941antes de janeiro, 2 de janeiro de 2007. Então, basicamente essa Resolução, no  
2942fundo contempla os mesmos processos da Resolução Conama 382 para as  
2943fontes novas. Eles, de certa forma, também reproduzem os mesmos limites  
2944máximos. Alguns casos não são os mesmos limites da 382, e o que difere mais  
2945é com referência aos prazos. Os prazos estabelecidos, que a maioria fica entre  
2946dois e cinco anos, alguns casos bem específicos é que um deles chega a 15  
2947anos outro a 10 anos. E como que foi feito os trabalhos? Os trabalhos foram  
2948feitos como já frisados aqui, dividindo as atividades em subgrupos,  
2949coordenados pelos órgãos ambientais de alguns Estados, São Paulo, Rio de  
2950Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Minas e houve reuniões, onze reuniões do  
2951grupo mesmo que eu coordenei e houve várias reuniões dos subgrupos. Então,  
2952tudo que foi feito, foi um consenso. Não só com referência aos números,  
2953também como esses prazos. Os prazos foram discutidos nos subgrupos e nos  
2954grupos. Então, em linhas gerais, os limites são uma referência para serem  
2955utilizados em todo o território nacional. Como o Dr. Volney disse, os órgãos  
2956estaduais alguns deles já usam, há muito tempo, padrões até mais restritivos  
2957do que esse. Convém lembrar que o Estado de São Paulo, por exemplo, tem  
2958uma história de controle da poluição do ar, que eu tenho muito orgulho de ter  
2959participado dela, em que para os padrões foram muito restritivos porque nós  
2960trabalhávamos com situações de desconformidades, nem eram problemas de  
2961qualidade do ar, era um problema de vizinhança, impacto à comunidade  
2962resolver problema de incômodo. Então, para resolver problema de incômodo  
2963nós temos que trabalhar com melhor tecnologia, tem que trabalhar com  
2964padrões muito restritivos. Então, tradicionalmente, os Estados têm empregado  
2965padrões mais restritivos do que esses apontados na nossa Resolução. E tem  
2966mecanismos modernos muito interessantes, que eu aprecio muito, nós temos  
2967um Decreto de áreas saturadas no Estado de São Paulo, que tem determinado  
2968para novos empreendimentos, inclusive não só para novos, como também para  
2969os existentes, compensações de emissões e tudo mais. Nós temos  
2970mecanismos para trabalhar daqui para frente, aumentar até as restrições  
2971impostas. Com referência a esses prazos contestados por apenas uma  
2972organização, essa contestação vem surgindo ao longo de várias reuniões que  
2973nós fizemos. E foi sempre um ponto vencido, e agora volta a ser considerado  
2974nessa reunião. Então, eu acho que seria conveniente que quem está  
2975apresentando as contestações, que o façam trazendo agora os argumentos  
2976técnicos, porque nós somos um grupo técnico. Então, que traga esses

2977argumentos técnicos e que não fique apenas contestando por contestar os  
2978prazos. É isso que eu queria dizer e nós temos os setores representados, se  
2979quiserem colocar alguma contestação com referência a um prazo específico,  
2980que o façam, que tragam aí as justificativas técnicas e nós poderemos discutir  
2981nesse momento com a participação, é lógico, dos setores que se encontram  
2982representados. Então, é isso que eu estou colocando, eu queria colocar e estou  
2983aqui à disposição.

2984

2985

2986**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Dr. Francisco, depois Dr.  
2987Wanderlei da CNI.

2988

2989

2990**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Eu quero que fique  
2991claro que nós todos aqui temos interesse que essa Resolução seja aprovada.  
2992O que nós fizemos a proposta foi para um aprimoramento com relação ao  
2993prazo. Esses prazos, inclusive quando eu pedi vista na Câmara Técnica, eu  
2994apresentei proposta de redução prazo. Não é hoje que eu estou pedindo a  
2995redução, nós colocamos proposta para redução de alguns setores que nós  
2996achamos, não são todos, (...) muito adequados os outros setores. Os outros  
2997setores, com exceção de dois ou três setores, que achamos muito dilatados,  
2998que foi considerada a questão da vida útil do equipamento. Os investimentos  
2999vão ter que alterar. Isso é o de menos. São números que se podem alterar.  
3000Agora, o que eu vi, já foi aprovado, eu não tenho interesse em pedir vista é  
3001que, embora tenha na Resolução artigo quando estiver saturado, o Estado  
3002possa reduzir esse prazo, mesmo assim eu ainda achei que ficou uma margem  
3003muito alta para o Estado reduzir. Eu gostaria que tivesse reduzido um pouco e  
3004deixava mais uma margem para o Estado reduzir, porque nós vamos dar um  
3005foto de confiança para o Estado, mas também é muita responsabilidade para  
3006os Estados de reduzir os prazos se eles acharem que está bem, pode achar  
3007que está muito dilatado para eles. Então, era isso que eu queria. Eu coloquei  
3008para o setor, que na hora da leitura da matéria, que use uma maneira que veja  
3009cada setor que se manifeste que possa apresentar alguma melhoria, porque eu  
3010contínuo dizendo para todos, que o voto de confiança que nós estamos dando,  
3011nem pedi vista, eu espero que eu não fique decepcionado com esse pedido de  
3012voto de abstenção. E que os setores vejam que se pode reduzir, por que não  
3013reduzir agora? Deixar uma margem para o Estado quando estiver saturado. É  
3014isso que eu coloco. Não temos nenhum interesse de pedir vista para prejudicar  
3015o processo. Agora, é preciso que fique bem claro que esses que eu estou  
3016colocando, eu coloquei também na Câmara Técnica, mas o setor não cedeu  
3017nada. Então, teriam que também ceder.

3018

3019

3020**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Boa tarde a todos. Apenas  
3021para corroborar com que foi falado pelo coordenador da CETESB, do Grupo de  
3022Trabalho, o do Dr. Sérgio Rancevas que o esforço que o setor industrial vai  
3023fazer para se adequar aos padrões de fontes fixas novas é relativamente  
3024grande. Nós podemos fazer um levantamento de investimentos básicos que  
3025alguns setores terão que fazer e esse investimento alcançam a casa do 5  
3026bilhões de reais, isso sem contar os principais investimentos que vão ser feitos

3027para fornos e caldeiras no país. E praticamente todo setor industrial é  
3028constituídos de fornos e caldeiras. Isso é um ponto importante. Outro ponto  
3029importante, Dr. Francisco que o Sérgio falou que nós gostamos sempre de  
3030colocar que muitas atividades industriais, nós estamos falando aqui atividades  
3031industriais, do início do século passado até dezembro de 2006. Então, um *gap*  
3032tecnológico enorme. Nós estamos tratando todo mundo numa Resolução só. E  
3033alguns tipos de processos produtivos serão extintos porque eles não têm  
3034condições tecnológicas de atender aos padrões da 382. Um exemplo ocorre  
3035com o papel celulose, que terá que investir em uma de suas plantas, dobrar a  
3036sua produção para que ele viabilize economicamente a instalação de uma  
3037planta nova para desativar uma planta antiga. Isso vai acontecer. Então, os  
3038prazos que foram colocados e estão sendo, digamos assim, apresentados a  
3039esta Plenária, são prazos que têm fundamentação técnica muito forte. É  
3040calcado não só em investimento como envolve a elaboração de projetos,  
3041aprovação de projetos no órgão ambiental, busca de financiamentos,  
3042disponibilidade de Recursos Humanos para elaborar esses projetos e também  
3043para fabricar esses equipamentos, nós estamos falando em troca de  
3044equipamentos e até troca de processos industriais, isso demanda um prazo  
3045enorme. Nós estamos falando de um país do tamanho do Brasil, com um  
3046parque industrial que tem mais de 800 mil empresas e em caso onde couber  
3047prazos e padrões mais restritivos, os Estados sempre podem atuar e devem  
3048fazê-lo, se assim exigir a qualidade do ar, se assim exigir a questão que está  
3049colocada. Então, nós aqui defendemos que sejam mantidos os prazos que  
3050foram acordados porque eles têm base de fundamentação técnica sólida.  
3051Obrigado.

3052

3053

3054**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que nós vimos aqui, tem  
3055uma argumentação de caráter mais genérico, que o Dr. Francisco apresenta  
3056sobre a necessidade de abrir uma discussão sobre prazos. Existe uma  
3057argumentação em parte da coordenação do GT, no sentido que foi feita essa  
3058discussão e que os aspectos mais específicos podem ser tratados no âmbito  
3059do licenciamento dos Estados, como já vem sendo tratados, eu vou fazer a  
3060seguinte consulta, que é uma consulta mais genérica à Plenária. A Plenária  
3061entende como adequado, se é a favor de abrir uma discussão mais específica  
3062sobre a questão de prazos. Aqueles que forem a favor, acompanhariam a  
3063proposta dentro Dr. Francisco e aqueles que forem contrários, estão apoiando  
3064o texto-base e nós encerrariamos essa discussão. Ok? Então, eu consultando  
3065a Plenária, eu pergunto quem acompanha, vamos dizer, a proposição do Dr.  
3066Francisco de abirmos uma discussão mais específica sobre os prazos para  
3067adequação aos limites definidos nessa nova Resolução, por favor, quem  
3068acompanha o Dr. Francisco levante o seu crachá. Aqueles que são contrários à  
3069proposição, com manutenção do texto base. Obrigado. Abstenções? Uma.  
3070Então, o texto está aprovado. Temos a Resolução (Palmas). Avançamos para a  
3071próxima proposta de Resolução. Dra. Zilda.

3072

3073

3074**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Boa tarde a todos e todas. Eu  
3075sou Zilda Veloso, sou gerente de resíduos perigosos do Ministério do Meio  
3076Ambiente. Trago aqui para os senhores, eu estive na última reunião ordinária

3077para apresentar o relatório de cumprimento da Resolução 362 e trago agora  
3078para os senhores a proposta de revisão da Resolução 362. O pedido foi  
3079originalmente enviado ao Ministério do Meio Ambiente, exatamente pelo art. 9º  
3080da Resolução 362/2005, que trata das obrigações de recolhimento de óleo  
3081lubrificante usado. Saiu no art. 9º que o Ministério do Meio Ambiente deveria  
3082apresentar na primeira Reunião Ordinária do ano os dados de recolhimento do  
3083exercício anterior. Os dados de recolhimento são dados que têm que ser  
3084declarados pelos setores envolvidos no Cadastro Técnico Federal. E o prazo  
3085de cumprimento do Cadastro Técnico Federal, de entrega de relatório é 31 de  
3086março do ano posterior ao ano de vencimento. Como a primeira Reunião  
3087Ordinária do ano é sempre antes disso nós passamos esses últimos anos  
3088tendo que nos justificar e apresentando na segundo ordinária. Então,  
3089basicamente o pedido original é esse. Ela não está sendo modificado só nisso,  
3090está havendo uma pequena modificação, a pedido do Ibama, nos arts. 16, 19,  
309120 e 21, desmembrando-se a parte, na versão original, a 362 hoje consta que  
3092os dados serão declarados junto ao Ibama e aos demais órgãos, estadual ou  
3093municipal, quando solicitados. Nós desmembramos esse dois incisos nesses 4  
3094artigos em, será declarado no Cadastro Técnico Federal, até porque o  
3095Cadastro Técnico Federal, que é gerenciados pelo Ibama, já possui hoje  
3096convênio, acordo, com os Estados e alguns dados serão declarados  
3097diretamente no cadastro, mas já ficam disponíveis para esses Estados. E ao  
3098final, nós incluímos um art. 24ª, que ele sugere ao Ibama que o Ibama, através  
3099de um regulamento próprio, uma instrução normativa, coloque as informações  
3100que deverão ser declaradas aqueles que são obrigados a declarar no Cadastro  
3101Técnico Federal. Com isso nós pedimos a revogação dos anexos I e II, porque  
3102cabera agora ao Ibama essa tarefa de apresentar, através de instrução  
3103normativa, o formato com os quais os fabricantes, importadores, recicladores,  
3104coletores terão que declarar essas informações no Cadastro Técnico Federal.  
3105Basicamente são essas as alterações da Resolução. Estou à disposição para  
3106esclarecimento.

3107

3108

3109**SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dra. Zilda, a palavra  
3110está a disposição para pedidos de esclarecimentos. Se não há nenhum pedido  
3111de esclarecimento, eu vou voltar ao texto-base. Consulta à plenária, aqueles  
3112que são favoráveis ao texto-base apresentado agora peal Dra. Zilda, por favor,  
3113levante o seu crachá. Aqueles que são contrários? Abstenções? Unanimidade.  
3114Abro agora a palavra para proposição de emendas. Alguém tem alguma  
3115proposição de emenda? Nenhuma proposição de emenda, então o texto está  
3116aprovado, mais uma Resolução. Parabéns (palmas). Passamos então para a  
3117próxima Resolução, Dra. Zilda novamente, a senhora hoje está popular.

3118

3119

3120A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) – Volto agora para tratar da  
3121revisão da Resolução 307, de 5 de julho de 2002, que trata do gerenciamento  
3122de resíduos da construção civil. O pedido original de revisão partiu da  
3123ANAMMA, havia uma falta de clareza entre o que fazer com determinado tipo  
3124de resíduo entre o seu recolhimento e a destinação resíduos classe A em  
3125aterros reservação. Então, foi feito esse clareamento no texto e, além disso,  
3126nós aproveitamos a oportunidade de revisão da Resolução para atualizar a  
3127termologia com a Lei 12.305, que trata da Política Nacional de Resíduos  
3128Sólidos. Ela tem pequenas inserções, que eu vou relatar para os senhores  
3129agora. Então, o mote de revisão foi o inciso IX do art. 2º, onde se lia aterro de  
3130resíduos da construção civil, agora se lê aterro de resíduos classe A de  
3131reservação de material para usos futuros, resíduo classe A é aquele resíduo  
3132basicamente o resíduo oriundo de tijolos, restos de concreto que pode ser  
3133usado como agregado futuramente. Muitas vezes a prefeitura não tem uma  
3134capacidade imediata de absorção desse resíduo. Nós também não vamos  
3135sugerir o enterramento dele. Ele fica numa área para reservação de uso futuro,  
3136como material de terraplenagem ou material de estrutura para rodovias para  
3137sistema viário da cidade. Com isso, foi feito uma adequação no texto que os  
3138senhores podem ler na tela. O segundo é o inciso X do mesmo art. 2º, o nome  
3139original era áreas de destinação de resíduos, hoje passa passaria a ter caso  
3140seja aprovado, áreas de transbordo e triagem de resíduos da construção civil e  
3141resíduos volumosos. Então, foi essa grande mudança, esses dois incisos  
3142configuram a grande mudança. Pela Lei 12.305, não posso mais mandar  
3143resíduos sólidos para aterro. Posso mandar só rejeitos. Foi a mudança do  
3144inciso XI. No inciso X eu criei a palavra de área de transbordo e triagem de  
3145resíduos da construção civil, onde o resíduo classe A vai ser, todos os resíduos  
3146vão ser destinados lá. Passam por uma triagem e vão ser separados e  
3147enviados para a reciclagem ou para disposição final ambientalmente adequada  
3148de seus rejeitos. O inciso XI foi criado, e a partir da definição que consta na  
3149política. Ele contempla o gerenciamento de resíduos sólidos. A Câmara de  
3150Saúde e Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos entendeu que era  
3151importante a inserção disso, a inserção desse conceito para melhor esclarecer  
3152a grande mudança que a Lei 12.305 trouxe, que ela colocou os conceitos de  
3153gestão e gerenciamento. Gestão vai ser o inciso XII, que nós estamos  
3154propondo. Esses dois conceitos explicitam a maneira pela qual os órgãos de  
3155governo vão se organizar para poder fazer os seus planos de gestão de  
3156resíduos e o gerenciamento é feito diretamente por empresas ou pela própria  
3157prefeitura no caso de resíduos da construção civil. O art. 4º também nós  
3158estamos pedindo a inserção ao final do *caput* de disposição final  
3159ambientalmente adequada dos seus rejeitos, no § 1º foi retirado o prazo, já que  
3160hoje é proibido a disposição inadequada de resíduos sólidos, ou seja, em áreas  
3161da bota-fora, encostas, corpos d'água, a versão anterior dava um prazo, com a  
3162proibição oriunda da lei, esse prazo não existe mais. O art. 5º, houve uma  
3163mudança de nomenclatura. Foi inserido a palavra plano municipal de gestão de  
3164resíduos da construção civil, antigamente era programa municipal de gestão de  
3165resíduos da construção civil. Mesma alteração no art. 6º, quanto à  
3166nomenclatura. Mesma inserção no inciso III do art. 6º, da palavra reservação  
3167de resíduos e disposição final de rejeitos para se adequar àquele conceito que  
3168eu já explicitarei no art. 2º. Igual alteração de nomenclatura no art. 8º, a  
3169Resolução hoje contempla, não antigamente, porque ainda não foi aprovado,

3170mas hoje ela contempla projeto de regerenciamento, a Lei 12.305 fala em  
3171planos de gerenciamentos de resíduos da construção civil, a mesma correção  
3172está sendo proposta no art. 1º, no início e ao final. Plano de gerenciamento de  
3173resíduos da construção civil, plano municipal de resíduos da construção civil, a  
3174mesma correção no seu § 2º. A mesma correção de nomenclatura no *caput* do  
3175art. 9º. No art. 10º foi incluída para ser coerente com a proposta de áreas da  
3176transbordo e triagem de resíduos, se colocou no art. 10º, os resíduos da  
3177construção civil, após triagem, deverão ser destinados das seguintes formas, e  
3178aí tem por classes, o indicativo da destinação. Como lança no inciso I, no que  
3179trata de classe A, que é destinado ao aterro de resíduos de classe A de  
3180reservação de material para uso futuro. No art. 10º também foi retirada as  
3181palavras reutilizadas porque não cabe para resíduo classe D. O art. 11, uma  
3182simples alteração da nomenclatura e também uma alteração no prazo, pois  
3183havia um prazo de 18 meses para a retirada para que os planos municipais  
3184implementassem, agora esse prazo passou para 12 meses. É coerente com a  
3185lei. O art. 13, a é um novo artigo, que eu gostaria de ler aos os senhores, os  
3186planos municipais de gestão de resíduos da construção civil poderão ser  
3187elaborados em forma conjunta com outros municípios, em consonância com o  
3188artigo 14 da Lei 12.305. Ele é para ter coerência com os consórcios de  
3189municípios que estão previsto na Lei 12.305, e revoga-se os arts. 7º e 13º, que  
3190estabelecem prazos para que os resíduos da construção civil sejam destinados  
3191hoje nós temos a lei cujo prazo é mais rigoroso. São essas, não há nenhuma  
3192alteração de mérito, há um esclarecimento do texto, e uma adequação à  
3193terminologia e os prazos da política nacional de resíduos sólidos.

3194

3195

3196**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dra. Zilda, a palavra  
3197está a disposição. Planeta Verde.

3198

3199

3200**O SR. LUTI (PLANETA VERDE)** - Inicialmente, eu tinha a pretensão de pedir  
3201vista do processo, mas eu vou propor aqui uma emenda aditiva já no art. 2º,  
3202inciso IX, o aterro de resíduos classe A de reservação de material para usos  
3203futuros, dois pontos. É a área tecnicamente adequada onde... a área  
3204tecnicamente adequada onde serão dispostos... Deu para entender?

3205

3206

3207**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só uma questão, qual é o  
3208procedimento agora? Se não houver nenhuma outra intenção de pedido de  
3209vistas, nós iríamos aprovar o texto-base e você apresenta isso à emenda, sem  
3210prejuízo de apresentar essa emenda. Mas, assim se não houver, pode haver  
3211outras entidades que peça, aí anula essa sua disposição. Se não houver, nós  
3212colocamos, aprovamos o texto-base sem prejuízo de emendas e aí o senhor  
3213apresenta as suas emendas e nós fazemos a discussão para deliberação. Ok.  
3214Consulto então, Marcelo.

3215

3216

3217**O SR. MARCELO(Não identificado)** – Referente ao artigo 2º, inciso IX 9.

3218

3219

3220 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Esclarecimento? se tiver a  
3221 intenção de emenda, nós podemos até depois aprovar texto-base e apresenta  
3222 essas emendas, que não vai ter prejuízo. Agora, se já quiser fazer um  
3223 esclarecimento, se tiver alguma proposição de pedido de vista ou que for, pode  
3224 já a Dra. Zilda está aqui para disposição. Ok, Marcelo?

3225

3226

3227 **O SR. MARCELO (Não identificado)** – Primeiro, eu gostaria de um pedido de  
3228 esclarecimento e daí, caso não fique esclarecido, talvez entra também o pedido  
3229 de vista. Referente ao art. 2º inciso IX, trata de aterro de resíduos classe A de  
3230 reservação de material para uso futuro. A única alteração que teve aqui em  
3231 relação à Resolução 307/2002 é quanto à última oração do parágrafo. Foi  
3232 alterado, hoje com a proposta consta como devidamente licenciado pelo órgão  
3233 ambiental competente e o texto original, que está em apreciação, o texto da  
3234 Resolução 307, diz o seguinte, sem causar danos à saúde pública e ao meio  
3235 ambiente. Então, o que nós estamos deliberando aqui, nesse ponto, é substituir  
3236 sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente por devidamente  
3237 licenciado pelo órgão ambiental competente. Essa é a única alteração que foi  
3238 feita nesse inciso. Bem, pelo que nós podemos nos informar, inclusive pela  
3239 Dra. Zilda, pelos colegas da Câmara de Assuntos Jurídicos, o entendimento  
3240 inicial dos Conselheiros da parte da área técnico, que fizeram avaliação técnica  
3241 de mérito, era de que não haveria nenhuma diferença nesses dois conceitos.  
3242 Entretanto são conceitos jurídico- administrativos que possuem sim uma  
3243 diferença de mérito. Então, não se trataria aqui de apenas fazer uma  
3244 adequação de texto e de redação. Estaria sim havendo uma, claro, que talvez  
3245 isso não tenha sido percebido no início, até porque isso demanda já uma  
3246 análise, uma percepção jurídica da matéria, que quando se substitui uma  
3247 expressão pela outra, efetivamente está se alterando o texto. Então, eu  
3248 gostaria de consultar a Dra. Zilda, se, diante dos debates, da tramitação da  
3249 matéria e daquilo que foi discutido na Câmara Técnica, se haveria a  
3250 possibilidade, havendo aqui um consenso, de manter a redação como proposta  
3251 pela Câmara, acrescentando esse devidamente licenciado pelo órgão  
3252 ambiental competente sem a exclusão da redação que já existia. Então, ficaria  
3253 assim, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente devidamente  
3254 licenciado pelo órgão ambiental competente. Dessa forma, é feita essa  
3255 adequação que foi feita e não é excluída essa atenção especial à saúde  
3256 pública e ao meio ambiente, que é que já estava previsto na norma anterior. Eu  
3257 consulto se seria viável essa possibilidade.

3258

3259

3260 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Só uma questão que a mesa quer  
3261 esclarecer. Na realidade, nós não vamos aprovar uma emenda agora, *a priori*,  
3262 que nós estamos fazendo aqui um debate e a Dra. Zilda vai se pronunciar até  
3263 porque o Plenário depois vai se pronunciar sobre essa proposta de alteração  
3264 do texto. Só para deixar isso muito claro. Então, esclarecimento Dra. Zilda.

3265

3266

3267 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O entendimento foi que o  
3268 licenciamento ambiental é uma atividade que contempla a proteção à saúde  
3269 humana e ao meio ambiente e por isso ficaria redundante, o licenciamento

3270ambiental seria mais impositivo, ou seja, esse não pode ser um aterro  
3271qualquer, ele tem que ser um aterro devidamente licenciado. Foi por isso que o  
3272grupo optou em substituir por devidamente licenciado.

3273

3274

3275**O PAULO NOGUEIRA NETO (ADEMA)** – Eu acho que em relação aos  
3276resíduos de construção é muito importante fazer referência à saúde pública  
3277porque existem materiais descartáveis e que são altamente danosos à saúde,  
3278por exemplo, os materiais que contêm amianto. Então, o cuidado é bastante  
3279importante.

3280

3281

3282**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dr. Paulo. Marcelo,  
3283depois Ronaldo.

3284

3285

3286**O SR. MARCELO (Não identificado)** – O licenciamento ambiental, e aí parece  
3287que a questão que está havendo um pouco de certa confusão, o licenciamento  
3288ambiental parte da premissa que existe um dano e a partir desse dano ao meio  
3289ambiente são apuradas as mitigações e compensações. Essa é a forma  
3290adequada de... É como está previsto no licenciamento ambiental. Quando a  
3291Resolução fez a referência expressa à saúde pública e ao meio ambiente, claro  
3292que não dispensa o licenciamento ambiental, mas dá uma ênfase ao que  
3293licenciamento ambiental deve levar em consideração com uma prioridade maior  
3294à proteção desses valores. Então, realmente só para esclarecer, aqui  
3295realmente há uma alteração de mérito, não se trata de mera redação e não é  
3296redundante, com certeza. São coisas diferentes. Agora, como  
3297encaminhamento, Volney, Presidente, caso seja aprovado o texto-base para se  
3298fazer uma emenda, fica um pouco difícil de decidir nesse momento, porque  
3299seria interessante saber talvez um posicionamento inicial do pessoal da  
3300Câmara quanto à aceitação ou não dessa proposta, porque se for o caso, nós  
3301pedimos vista e trazemos um parecer fundamentado para demonstrar aos  
3302Conselheiros a importância da manutenção desses termos. Caso contrário, já  
3303poderia simplesmente fazer um...

3304

3305

3306**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Marcelo, eu acho que nós temos  
3307ser bem pragmático nesse negócio. Se tem dúvidas, acha que tem uma  
3308insegurança nesse processo, o pedido de vista seja a melhor alternativa. Não  
3309estou incentivando isso, mas nós não temos como deliberar *a priori* sem  
3310aprovar o texto-base. Nós podemos saber o que pensam o Ministério do Meio  
3311Ambiente, o que pensa determinados autores o Ministério da Saúde, mas não  
3312podem fechar uma emenda antes de aprovar o texto-base, é isso. Dr. Ronaldo.

3313

3314

3315**O SR. RONALDO (PONTO TERRA)** - Presidente, acho que tem um erro aqui  
3316de forma, pode até ser pequeno, mas nós não podemos errar. O art. 1º, os art.  
33172º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º da Resolução Conama 307 tudo bem. Aí fala  
3318comentário sobre todos. Lá no final vem art. 11º e não fala nada no art. 12º. Há

3319um erro qualquer que precisa ser corrigido a tempo, só no sentido de ajudar,  
3320seu Presidente, pode ter certeza absoluta disso, Vossa Senhoria.

3321

3322

3323**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** - Com certeza, nós sabemos da  
3324sua intenção. Nesse processo, nós podemos fazer as correções, mas o  
3325primeiro processo agora será ver se há um acordo, fazemos aprovação do  
3326texto-base e se houver uma discussão um pouco maior, nós podemos até  
3327deixar para amanhã ser o primeiro ponto de pauta para a questão das  
3328emendas. Nós estamos um pouco adiantado, eu vou tentar manter o horário  
3329das 18h como limite, que eu acho que já tivemos uma grande produção hoje.  
3330Estamos de parabéns, todos aí. Marcelo, eu ia te fazer a seguinte proposição,  
3331que nós aprovemos o texto-base hoje e deixemos para começar amanhã pela  
3332manhã já com as emendas para dar tempo até de... Por favor, Planeta Verde.

3333

3334

3335**O SR. MARCELO (Não identificado)** – Então, uma conversa aqui informal  
3336entre os membros, não houve nenhuma oposição dos membros que  
3337participaram de manter a redação atual que está prevista hoje na 307 e incluir a  
3338nova redação, fazer um somatório delas. Então, não pediria vistas e daí...

3339

3340

3341**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Qual é o encaminhamento que a  
3342mesa vai dar? Vamos votar o texto-base e amanhã pela manhã nós  
3343recomeçamos com a proposição das emendas, ok? Porque daí já deixa tudo  
3344ajeitadinho e nós já começamos com as emendas. Pode ser assim? Obrigado.  
3345Meus caros, regime de deliberação, aqueles que são favoráveis ao texto-base  
3346apresentados sem prejuízo de emendas, por favor, levantem os seus crachás.  
3347Obrigado. Contrários? Abstenções? Então, ok. A ideia é que nós temos  
3348aprovado o texto-base, amanhã às 9h00 retomamos a reunião com a  
3349apresentação das emendas. Obrigado a todos. Senhor Gaetani.